



UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS
FACULDADE DE EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA



ESTEFANIA CHERULI FERNANDES

**Psicologia e População em Situação de Rua na Interface das Políticas Sociais: Limites,
Contradições e Possibilidades**

GOIÂNIA

2025



UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS
FACULDADE DE EDUCAÇÃO

TERMO DE CIÊNCIA E DE AUTORIZAÇÃO (TECA) PARA DISPONIBILIZAR VERSÕES ELETRÔNICAS DE TESES

E DISSERTAÇÕES NA BIBLIOTECA DIGITAL DA UFG

Na qualidade de titular dos direitos de autor, autorizo a Universidade Federal de Goiás (UFG) a disponibilizar, gratuitamente, por meio da Biblioteca Digital de Teses e Dissertações (BDTD/UFG), regulamentada pela Resolução CEPEC nº 832/2007, sem ressarcimento dos direitos autorais, de acordo com a [Lei 9.610/98](#), o documento conforme permissões assinaladas abaixo, para fins de leitura, impressão e/ou download, a título de divulgação da produção científica brasileira, a partir desta data.

O conteúdo das Teses e Dissertações disponibilizado na BDTD/UFG é de responsabilidade exclusiva do autor. Ao encaminhar o produto final, o autor(a) e o(a) orientador(a) firmam o compromisso de que o trabalho não contém nenhuma violação de quaisquer direitos autorais ou outro direito de terceiros.

1. Identificação do material bibliográfico

☒ [x] Dissertação ☐ [] Tese ☐ [] Outro*: _____

*No caso de mestrado/doutorado profissional, indique o formato do Trabalho de Conclusão de Curso, permitido no documento de área, correspondente ao programa de pós-graduação, orientado pela legislação vigente da CAPES.

Exemplos: Estudo de caso ou Revisão sistemática ou outros formatos.

2. Nome completo do autor

Estefania Cheruli Fernandes

3. Título do trabalho

Psicologia e População em Situação de Rua na Interface das Políticas Sociais: limites, contradições e possibilidades

4. Informações de acesso ao documento (este campo deve ser preenchido pelo orientador)

Concorda com a liberação total do documento ☒ [x] SIM ☐ [] NÃO¹

[1] Neste caso o documento será embargado por até um ano a partir da data de defesa. Após esse período, a possível disponibilização ocorrerá apenas mediante:

- a) consulta ao(à) autor(a) e ao(à) orientador(a);
 - b) novo Termo de Ciência e de Autorização (TECA) assinado e inserido no arquivo da tese ou dissertação.
- O documento não será disponibilizado durante o período de embargo.

Casos de embargo:

- Solicitação de registro de patente;
- Submissão de artigo em revista científica;
- Publicação como capítulo de livro;
- Publicação da dissertação/tese em livro.

Obs. Este termo deverá ser assinado no SEI pelo orientador e pelo autor.



Documento assinado eletronicamente por **Estefania Cheruli Fernandes, Usuário Externo**, em 18/01/2026, às 17:50, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Fernando Lacerda Junior, Professor do Magistério Superior**, em 24/02/2026, às 09:41, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.ufg.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **5904976** e o código CRC **863D5191**.

ESTEFANIA CHERULI FERNANDES

**Psicologia e População em Situação de Rua na Interface das Políticas Sociais: Limites,
Contradições e Possibilidades**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia, da Faculdade de Educação, da Universidade Federal de Goiás, como requisito parcial para obtenção do título de Mestra em Psicologia.

Orientador: Prof. Dr. Fernando Lacerda Júnior.

GOIÂNIA

2025

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor, através do Programa de Geração Automática do Sistema de Bibliotecas da UFG.

Fernandes, Estefania Cheruli
Psicologia e População em Situação de Rua na Interface das Políticas Sociais: Limites, Contradições e Possibilidades [dissertação de mestrado] / Estefania Cheruli Fernandes. - 2025.
CXLVII, 147 f.: 2025

Orientador: Prof. Dr. FERNANDO LACERDA JÚNIOR
Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Goiás, Faculdade de Educação (FE), Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Goiânia, 2025.
Anexo.
Bibliografia.
Inclui: siglas.

1. População em Situação de Rua, "questão Social", Psicologia, Sociedade Capitalista, Inspiração Marxiana.

I. LACERDA JÚNIOR, FERNANDO , orient. II. Título.

CDU 159.9



UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS

FACULDADE DE EDUCAÇÃO

ATA DE DEFESA DE DISSERTAÇÃO

Ata nº 63 da sessão de Defesa de Dissertação de **Estefania Cheruli Fernandes**, que confere o título de Mestra em **Psicologia**, na área de concentração em **Psicologia**.

Aos dezoito dias do mês dezembro de 2025, a partir das **9h**, na **sala 241 da Faculdade de Educação**, realizou-se a sessão pública de Defesa de Dissertação intitulada “**Psicologia e População em Situação de Rua na Interface das Políticas Sociais: limites, contradições e possibilidades**” de autoria de **Estefania Cheruli Fernandes**. Os trabalhos foram instalados pelo Orientador, Professor Doutor **Fernando Lacerda Júnior (PPGP-UFG)** com a participação dos demais membros da Banca Examinadora: Professor Doutor **Hugo Leonardo Fonseca da Silva (PPGP-UFG)**, membro titular interno; Professora Doutora **Isabel Maria Farias Fernandes de Oliveira (UFRN)**, cuja participação ocorreu através de **videoconferência** membro titular externo. Durante a arguição os membros da banca **não fizeram** sugestão de alteração do título do trabalho. A Banca Examinadora reuniu-se em sessão secreta a fim de concluir o julgamento da Dissertação, tendo sido a candidata **aprovada** pelos seus membros. Proclamados os resultados pelo Professor Doutor **Fernando Lacerda Júnior**, Presidente da Banca Examinadora, foram encerrados os trabalhos e, para constar, lavrou-se a presente ata que é assinada pelos Membros da Banca Examinadora, aos dezoito dias do mês dezembro de 2025.

TÍTULO SUGERIDO PELA BANCA

TÍTULO SUGERIDO PELA BANCA



Documento assinado eletronicamente por **Estefania Cheruli Fernandes, Usuário Externo**, em 09/01/2026, às 05:53, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Isabel Maria Farias Fernandes de Oliveira, Usuário Externo**, em 12/01/2026, às 11:18, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Fernando Lacerda Junior, Professor do Magistério Superior**, em 24/02/2026, às 09:42, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Hugo Leonardo Fonseca Da Silva, Professor do Magistério Superior**, em 20/03/2026, às 10:37, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site
https://sei.ufg.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0,
informando o código verificador **5899563** e o código CRC **968F6DB2**.

Referência: Processo nº 23070.065154/2025-85

SEI nº 5899563

À Maria Lúcia Santos Pereira, Lindalva, Savana, Bia, Eva, Willame, Fumaça, Rogério, Bacelar e Fabão pela memória, pela luta e por tudo que viveram. À todas, todos e todes que constroem o Movimento Nacional da População em Situação de Rua, especialmente em Goiás. À todas as pessoas em situação de rua que convivi como psicóloga do SUAS e do SUS e como apoiadora do MNPR GO. Ao Coletivo Liberdade. Às trabalhadoras e trabalhadores do SUS e do SUAS, sobretudo, aquelas e aqueles que, além de assistirem à População em Situação de Rua em sua rotina de trabalho, lutam ao seu lado pela transformação dessa realidade, principalmente em Goiás.

1. Sou morador de rua, às vezes fico puto/ olho para cima,
vejo só um viaduto/ é tudo que eu tenho pra me abrigar/
se a polícia, sob ordem, não me expulsar/ se a noite está
fria uso jornal e papelão/ é tudo o que tenho pra me
aquecer/ às vezes, de repente, estou no lixo/ revirando
tudo pra ter o que comer./ só vejo na política corrupção/ o
amor já não faz parte da religião/ o ser humano diz:
somos todos iguais/ tudo é mentira mano, olha para nós/
moradores de rua somos escrachados/ somos reduzidos a
menos que nada/ cadê os meus direitos como cidadão/
saúde, moradia e educação?

Refrão: não vou me calar/ eu vou gritar/ sociedade
hipócrita que morde e assopra/ com crueldade mórbida/
só sabe me julgar e me machucar.

2. por viver na rua sou muito oprimido/ como cidadão nem
sou reconhecido/ morador de rua vive sem direitos/ das
autoridades não tem o respeito/ mesmo em situação de
rua eu produzo cultura/ pinto, faço poesias, sou
compositor/ ainda ontem eu fiz uma bela escultura/ nela
eu expressei toda minha dor/ sou morador de rua mas não
mereço tortura/ eu sou um ser humano, filho do planeta
terra/ direito é direito, aí tudo se encerra/ só respeitem
meus direitos/ quero paz, odeio guerra.(refrão)

Refrão: não vou me calar/ eu vou gritar/ sociedade
hipócrita que morde e assopra/ com crueldade mórbida/
só sabe me julgar e me machucar.

3. sou morador de rua nem sei quanto tempo faz/ não
acomodado, tenho sonhos, corro atrás/ mas a burocracia vive
sempre me parando/ me chama de vagabundo se me pega
sonhando/ jamais desistirei da minha luta, não/a esperança
nunca morre no meu coração/eu espero algum dia, espero de
verdade/ser acolhido com amor, tratado com
dignidade/espero ouvir a voz da minha doce pátria
amada/nenhum filho dessa pátria dorme mais pelas
calçadas/viaduto como teto, jornal como cobertor, papelão
como colchão/ vida triste que passou/podem até dizer pra
mim que isso é uma utopia/eu prefiro acreditar que tudo
mudará um dia/mesmo que a mudança venha sem nenhuma
perfeição/ só quero dignidade, direito de cidadão.

Milton Monteiro (2024)

AGRADECIMENTOS

Esta dissertação foi escrita em quarenta anos de vida e em três anos de trabalho intenso. Sem a trajetória de vida, sem o percurso profissional de dezesseis anos entre política de assistência social e política de saúde, sem a convivência direta e intensa com as pessoas em situação de rua e sem as parcerias de vida, de trabalho, de militância e de estudos, este texto não existiria. Realizar esta pesquisa só foi possível pelas pessoas que comigo caminharam ao longo da vida.

Começo agradecendo à minha mãe, Terezinha Fernandes de Santana, mulher, mãe e professora, que desde cedo enfrentou barreiras para acessar direitos básicos, vivenciando o trabalho doméstico até chegar à educação superior aos quarenta e três anos de idade, sempre demonstrando coragem para enfrentar limitações impostas pela sociabilidade vigente, inspirando rupturas e buscas semelhantes. Agradeço pelo cuidado, pela escuta, pelo amor e, sobretudo, pela inspiração. Ao meu pai, Sidney Cherulli Guimarães, que repetiu incansavelmente a importância de estudar e se alegrou todas as vezes que me viu estudando. Agradeço por ser a pessoa que celebra com entusiasmo todas as minhas buscas por conhecimento. À minha irmã, Néia, pela amizade e pela torcida por dias tranquilos. Às minhas sobrinhas, Yasmin e Stephany, e aos meus sobrinhos, Rafael e Gabriel, por existirem.

Agradeço à Elaine, por me acolher na militância e na vida e por me incentivar a fazer o mestrado. Obrigada, principalmente, por ser uma companheira comprometida e incansável na defesa da população em situação de rua, por ter uma prática política inspiradora, por me olhar com amorosidade e apoiar toda vez que o contexto de trabalho ficou absurdamente hostil e opressor. Ao amigo Belém, pelo suporte e parceria no trabalho, na vida e na militância. Obrigada, pela generosidade e pelo cuidado de sempre. À Poliane, pela parceria no trabalho, buscando melhorias concretas no cotidiano das pessoas que acompanhamos no Consultório na Rua e no CAPS em Anápolis. Obrigada por ser uma das minhas melhores referências de trabalho coletivo e por permanecer na minha vida como amiga. À Katia Sayuri, pelo trabalho em grupo que realizamos na CAC, pelas reflexões sobre a nossa prática e pela parceria. À Lany e à Juracy, pelo encontro, pelas articulações e pela amizade. Obrigada pelo acolhimento, pela confiança e, sobretudo, pela parceria nas lutas ao lado da pop rua. À Regina, pela segurança de trabalhar ao seu lado. Obrigada pelos cuidados que construímos e proporcionamos às pessoas, mesmo quando o contexto era totalmente desfavorável. À Sheila, por me receber na equipe do Caps Girassol, proporcionando a experiência de trabalhar com adolescentes em situação de rua e/ou em cumprimento de medida

socioeducativa. Obrigada por me ajudar a compreender que compartilhar como o encontro com as pessoas acompanhadas pelo serviço me atravessa não é erro, é entrega e potência. À Kellen, pela firmeza e sustentação técnica. Obrigada pelo carinho. À Ana Paula, por cuidar e inspirar cuidados através da arte. Obrigada pela parceria durante o tempo que trabalhamos juntas.

À Sandra, pelo acompanhamento em um dos momentos mais difíceis no trabalho. Obrigada por me ajudar a atravessar esse momento e pela disponibilidade de sempre. À Patrícia, pela companhia e parceria no trabalho. Obrigada por cuidar das populações mais vulneradas e não se calar diante das injustiças. À Ana Beatriz, Bia, por se indignar e não negociar princípios caros. À Adelvair, Adel, por reforçar a importância do afeto, do olho no olho, do vínculo, da materialidade das ações, do cuidado autêntico e da militância. Obrigada por mostrar que discursos não bastam, é preciso coerência entre discurso bonito e ações que promovam vida, por radicalizar a política pública, buscando eliminar barreiras, burocracias e promovendo sorrisos. Obrigada, sobretudo, por manter acesa em mim a chama da militância e pela amizade. À Clemici, pela parceria no cotidiano de trabalho, pelo cuidado, pela escuta e pelo compromisso ético-político com as pessoas atendidas na política pública. Obrigada pela camaradagem, pela entrega, pela amizade e pela companhia, ao seu lado eu me senti segura e acompanhada. À Isabel Clímaco, pela parceria na militância e pela inspiração. Obrigada por ser uma referência de atuação profissional da psicologia nas políticas públicas. Ao Glaucio, pela coragem de afirmar direitos e lutar pela materialização destes no cotidiano de trabalho. Ao Gleyson, pela parceria desde quando eu trabalhava na política de assistência social e pela coragem de seguir produzindo cuidado às pessoas em situação de rua em todas as políticas que ocupa, inclusive na educação. À Sara Marques, Celita e ao Petrônio, pelo compromisso que vocês têm com a vida das pessoas que acompanham e assistem no cotidiano de trabalho. Ao Rogério, por reconhecer meu trabalho junto às pessoas em situação de rua e me acolher em sua coordenação. Obrigada pela confiança e espera.

Às pessoas em situação de rua que convivi durante minha trajetória profissional e militante, por me acolherem e me ensinarem tanto. Obrigada pela confiança, pelo cuidado recíproco e pelos ensinamentos. Ao Movimento Nacional da População em Situação de Rua em Goiás, pela organização, luta e resistência. Obrigada por me permitir acompanhar tanto desse processo e por manter acesa a vontade de pesquisar e aprofundar o conhecimento, vocês são a base da minha formação.

À Ana Siqueira, pela amiga que é, pelo carinho e cuidado. Obrigada por compartilhar respiros literários, pela amizade e companhia na vida. À Suellen, pela curiosidade genuína sobre como o processo do mestrado me atravessou. Obrigada pela escuta atenta, pelos abraços apertados e por escolher ficar. À Carol Rocha, por proporcionar vários respiros durante o processo. Obrigada pela amizade, pelo humor afiado e irresistível em dias difíceis, pela companhia nos rolês, nas viagens e na vida. À Cris, prima amiga, por ser um dos lindos encontros da minha vida. Obrigada pelas trocas, pela amizade, pelo cuidado e pelo carinho. À Camila, por permanecer. Obrigada pela amizade e pelos risos compartilhados.

À Lorrany, amiga e jovem mestra, por me escutar e me ensinar a respirar com profundidade acolhendo as angústias e desfrutando as alegrias, ambas temporárias. Obrigada por tudo. À Anaquiri, por perguntar sobre o andamento da dissertação e compartilhar um pouco do seu processo na pós. Obrigada pela coragem de se comprometer com a alegria, o descanso e a festa. À Viviane, por me escutar quando fiquei monotemática e só conseguia falar sobre o mestrado. Obrigada por me acolher. À Clô, por me acompanhar nas águas salgadas e doces no início e no meio deste ciclo. Obrigada pelas palavras: “ser trabalhadora e produzir ciência neste país é digno de respeito e admiração”, elas sintetizam um tanto da dureza deste processo. À Sara, por nomear contradições da academia e por estar presente em momentos importantes. À Bárbara Palhuzzi, minha psicóloga, por proporcionar um espaço seguro e acolhedor, por me acompanhar nos momentos de distanciamento da pesquisa, por me ajudar a compreender as determinações históricas e sociais do sofrimento decorrente do processo do mestrado, por segurar em minhas mãos e contribuir para me aproximar da pesquisa novamente e realizar os movimentos necessários para concluir este processo. Obrigada por tanto.

Ao Programa de Pós Graduação em Psicologia da Universidade Federal de Goiás (PPGP / UFG), por me aproximar do marxismo, fornecendo ferramentas teórico-metodológicas que ampliaram minha compreensão da realidade, e por me apresentar amigas. Ao professor Fernando Lacerda Jr, pela densidade da orientação, pelo rigor teórico-metodológico, pela indicação de leituras e pelo empréstimo de livros. Obrigada pelo direcionamento e contribuições na estrutura da pesquisa, pela paciência com minha incipiente apropriação do marxismo, pelas leituras e revisões do meu texto. Ao professor Guilherme Araújo, pelo acolhimento e supervisão durante o Estágio. À professora Lívia, pela qualidade das aulas, pela postura acolhedora e por acompanhar o fechamento deste processo. Ao professor Hugo Leonardo, pelas reflexões teóricas, por acolher

minhas angústias e ansiedade durante meu percurso no programa, ajudando a contornar dores e chegar ao final deste processo. Obrigada pela disponibilidade, pelo cuidado, por reforçar que a vida é maior que o mestrado e que o samba é a melhor companhia para dias difíceis.

À Monara, por compor o grupo de bons encontros do mestrado. Obrigada pela amizade, pelos encontros, pela escuta, pelo lírio da paz, pelo bolo compartilhado, pela poesia, pela companhia, pela delicadeza, por testemunhar meu choro e por me apresentar Carla Madeira. À Geovana, pela parceria nas críticas às posturas acadêmicas duras e frias, pelas trocas, pela amizade, pelo afeto compartilhado, pela sensibilidade, pela poesia, por me apresentar Aline Bei e por mostrar que “existe amor no PPGP”. À Gabriela, pela atenção e pela disponibilidade durante todo o meu percurso no mestrado. Obrigada.

À professora Isabel Fernandes de Oliveira e ao professor Hugo Leonardo Fonseca da Silva, pela colaboração teórica nesta pesquisa, pelas preciosas sugestões e pelas críticas tão pertinentes no exame de qualificação, possibilitando o avanço deste estudo, e por aceitarem participar da defesa.

Por fim, faço uso das palavras de Posada, na música Norte, para reforçar agradecimentos a quem foi:

Norte, vento, vela, barco, porto

A mão amiga e beijada

Os atalhos do repouso

Resumo

A População em Situação de Rua (PSR) é uma expressão radical da “questão social” intimamente vinculada à sociedade capitalista. As transformações na estrutura societária mundial contemporânea: crise do capital, desemprego estrutural, inexistência e/ou fragilidade das políticas públicas, precarização da vida e neoliberalismo, provocaram a expansão da PSR. Junto com a expansão da PSR houve o surgimento de iniciativas formais de enfrentamento e crescimento no número de pesquisas sobre essa população. A presente pesquisa buscou estudar os limites, as contradições e as possibilidades da Psicologia nas Políticas Sociais (PS) junto às pessoas em situação de rua, considerando a formação social brasileira. O referencial teórico-metodológico adotado para investigar e analisar a produção de conhecimento da Psicologia sobre a PSR é de inspiração marxiana. A partir da análise dos trabalhos, identificamos três categorias analíticas que expressam as concepções de PSR adotadas na produção conhecimento da Psicologia: 1) definição superficial; 2) influências políticas, sociais e econômicas; 3) “questão social”, múltiplas determinações e vinculação à sociedade capitalista. A análise da produção de conhecimento da Psicologia sobre PSR sugere que, em sua maioria, os trabalhos da Psicologia nem sempre compreendem a dimensão estrutural do fenômeno, contribuindo para naturalizar a existência de pessoas vivendo em situação de rua. Destaca-se a importância de abarcar a sociedade capitalista e as dimensões econômicas, históricas, sociais e políticas concretas que determinam a situação de rua na produção de conhecimento da Psicologia, como forma afirmar a situação de rua como fato historicamente situado e distanciar de concepções naturalizantes, individualizantes e despolitizantes.

Palavras-chave: população em situação de rua, “questão social”, psicologia, sociedade capitalista, inspiração marxiana

Abstract

The Homeless Population (HPP) is a radical expression of the "social question" intimately linked to capitalist society. Transformations in the contemporary global societal structure—capital crisis, structural unemployment, the absence and/or fragility of public policies, precarious living conditions, and neoliberalism—have led to the expansion of the HPP. Along with this expansion, formal initiatives to address the issue have emerged, and research on this population has grown. This research sought to study the limits, contradictions, and possibilities of Psychology in Social Policies (SP) with homeless people, considering the Brazilian social formation. The theoretical-methodological framework adopted to investigate and analyze the production of knowledge in Psychology about the HPP is Marxist-inspired. From the analysis of the works, we identified three analytical categories that express the conceptions of HPP adopted in the production of knowledge in Psychology: 1) superficial definition; 2) political, social, and economic influences; 3) “Social question”, multiple determinations and linkage to capitalist society. The analysis of the production of knowledge in Psychology about homelessness suggests that, for the most part, the works in Psychology do not always understand the structural dimension of the phenomenon, contributing to the naturalization of the existence of people living on the streets. The importance of encompassing capitalist society and the concrete economic, historical, social, and political dimensions that determine homelessness in the production of knowledge in Psychology is highlighted, as a way to affirm homelessness as a historically situated fact and to distance oneself from naturalizing, individualizing, and depoliticizing conceptions.

Keywords: homeless population, “social question”, psychology, capitalist society, Marxist inspiration

Sumário

Resumo.....	14
Abstract.....	15
Lista de Siglas.....	18
Introdução.....	19
Justificativa.....	19
Estudos sobre a PSR e este estudo.....	23
Sobre a investigação.....	28
Objetivos e Procedimentos de Pesquisa.....	29
Objetivo Geral.....	29
Objetivos Específicos.....	29
Procedimentos de Pesquisa.....	29
Considerações teórico-metodológicas.....	34
1. A Miséria Urbana: “Questão social” e População em Situação de Rua nos marcos do Capitalismo.....	38
1.1 Capitalismo, exploração e desumanização.....	40
1.2 “Questão Social” e Classe trabalhadora.....	43
1.3 Emergência da População em Situação de Rua e População em Situação de Rua no Brasil.....	49
1.4 Estado e Políticas Sociais.....	55
1.5 Crise e Neoliberalismo.....	65
2. Quem sobrevive nas ruas, becos, viadutos, praças, marquises e calçadas da cidade?.....	70
2.1 População em Situação de Rua: a fração da classe trabalhadora mais afetada pela contradição capital-trabalho	71
2.2 Quem são as pessoas em situação de rua e quais suas características?.....	74
2.3 A luta do Movimento Nacional da População em Situação de Rua e a conquista da Política Nacional para População em Situação de Rua nos marcos do capitalismo em crise	83
3. Psicologia e População em Situação de Rua: história e pesquisa.....	90
3.1 Psicologia e Políticas Sociais: abordagem da Psicologia frente as manifestações da “questão social”	91
3.2 Psicologia e População em Situação de Rua: um panorama.....	96

Revisões de literatura.....	96
A produção do Sistema Conselhos de Psicologia.....	102
3.3 Estudos sobre População em Situação de Rua realizados pela Psicologia em Goiás.....	105
3.4 Como a Psicologia tem abordando a População em Situação de Rua em sua produção científica?	114
3.4.1 Características gerais da produção científica da Psicologia sobre a PSR.....	115
3.4.2 Categorização das concepções de PSR adotadas pela Psicologia.....	118
Definição superficial.....	120
Capitalismo como influência: fatores políticos, sociais, e econômicos.....	121
“Questão Social”, múltiplas determinações e vinculação à sociedade capitalista.....	125
Discussão.....	130
Considerações Finais.....	133
Referências.....	136
Anexos.....	147

Lista de Siglas

ADPF	Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental
BPC	Benefício de Prestação Continuada
BDTD	Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações
CadÚnico	Cadastro Único para Programas Sociais
CAPS AD	Centro de Atenção Psicossocial Álcool e outras Drogas
CnaR	Consultório na Rua
CRP MG	Conselho Regional de Psicologia Minas Gerais
IPEA	Instituto e Pesquisa Econômica Aplicada
OBPopRua/POLOS UFMG	Observatório Brasileiro de Políticas Públicas com a População em Situação de Rua da Universidade Federal de Minas Gerais
PNPSR	Política Nacional para a População em Situação de Rua
PS	Políticas Sociais
PSR	População em Situação de Rua
PUC GO	Pontifícia Universidade Católica de Goiás
MDHC	Ministério dos Direitos Humanos e Cidadania
MS	Ministério da Saúde
MNPR-GO	Movimento Nacional da População em Situação de Rua em Goiás
MP	Modo de Produção
MPC	Modo de Produção Capitalista
SciELO	Scientific Electronic Library Online
SINAN	Sistema de Notificação e Agravos de Saúde
STF	Supremo Tribunal Federal
SUAS	Sistema Único de Assistência Social
SUS	Sistema Único de Saúde
UFG	Universidade Federal de Goiás

Introdução

*“Um bom profissional é em primeiro lugar uma
pessoa que humaniza a vida!”
(Lancellotti, 2012, p.28)*

A presente pesquisa buscou estudar os limites, as contradições e as possibilidades da Psicologia nas Políticas Sociais (PS) junto às pessoas em situação de rua na formação social brasileira. O referencial teórico-metodológico adotado para investigar e analisar a produção de conhecimento da Psicologia sobre a População em Situação de Rua (PSR) desde a criação da Política Nacional para a População em Situação de Rua (PNPSR) no Brasil é de inspiração marxiana. O estudo buscou compreender as concepções que a Psicologia produziu sobre a PSR nas PS.

Historicamente, a Psicologia transitou entre abordagens que concebem o sujeito de forma abstrata, que o retira da relação social real em que está inserido, desistoricizando o fenômeno, e de forma concreta, que apreende as determinações sociohistóricas fundamentais (Patto, 2022). A partir disso, o presente estudo buscou problematizar como orientações teórico-metodológicas fundamentam as concepções da Psicologia sobre as pessoas em situação de rua, desvelando problemas, tendências e contribuições que marcam e caracterizam o estado presente da produção de conhecimento da Psicologia sobre PSR na interface das PS.

Justificativa

O problema de pesquisa tem origem em diversas indagações feitas a partir de anos de trabalho e militância junto à PSR. Sou graduada em psicologia e servidora pública municipal em Goiânia desde janeiro de 2010. Também fui servidora no município de Anápolis por quase 10 anos, entre fevereiro de 2012 e outubro de 2021. Como profissional da psicologia, trabalhei e trabalho na execução de políticas públicas voltadas para as pessoas em situação de rua. No Sistema Único de Assistência Social (SUAS) atuei no Serviço de Acolhimento Institucional e no Serviço Especializado em Abordagem Social; enquanto no Sistema Único de Saúde (SUS), atuei no Consultório na Rua (CnaR), na Unidade de Acolhimento Transitório, em Centro de Atenção Psicossocial Álcool e Outras Drogas / CAPS AD e, atualmente, no Centro de Convivência e Cultura Cuca Fresca.

A partir desta inserção profunda no trabalho com as pessoas em situação de rua nas PS, pude perceber que as ações realizadas pelos serviços públicos, quando orientadas por uma perspectiva de atenção, cuidado e garantia material de direitos, são fundamentais

e necessárias. Entretanto, há limites materiais, formativos e ideológicos impostos pela realidade concreta que inviabilizam avanços. Algumas barreiras materiais identificadas são: a precariedade na estrutura física e manutenção dos serviços; o número de vagas muito aquém da demanda; a insuficiência dos recursos humanos; e a ausência de implantação de alguns serviços que compõem a política de atenção à PSR.

Quanto às barreiras formativas e ideológicas, é possível notar a ausência de espaços formativos na rotina de trabalho, resultando numa prática sem reflexão e centrada na aparência imediata do fenômeno, marcada por rótulos, preconceitos, indiferença, autoritarismo e assistencialismo, transformando direito em favor. Outro limite comum, é a hegemonia de concepções meritocráticas e individualizantes: a pessoa atendida é vista como culpada pela mazela vivenciada e se tiver “força de vontade” pode transformar a sua realidade aproveitando aquela “ajuda” que o serviço oferece.

Ademais, é possível observar de maneira preponderante uma gestão verticalizada que cria regras e altas exigências, desconsiderando a realidade e as necessidades das pessoas atendidas, provocando “desligamento”, “expulsão” e “suspensão” do serviço. Assim, as pessoas que já estão na rua por terem sido privadas de todos os direitos básicos, são “desligadas”, “expulsas” e “suspensas” de um serviço que formalmente/legalmente deveria acolhê-las.

Outro aspecto limitante comum, é a criminalização requintada da situação de rua pela presença constante da Guarda Civil Municipal e da Polícia Militar nos serviços socioassistenciais e de saúde, a qual é solicitada pelos próprios executores das Políticas Sociais (PS)¹ para manejar situações que não conseguem lidar e/ou não consideram sua atribuição, cumprindo o papel de afastar, intimidar e amedrontar a PSR, além de conferir ao serviço uma feição militarizada e punitivista.

Os exemplos de barreiras materiais, formativas e ideológicas aqui apresentados indicam os limites impostos à atuação profissional e como esta pode reforçar a noção de que quem vive nas ruas não é sujeito. De acordo com Kohara e Comarú (2023), o lugar de não sujeito da PSR se manifesta na sociedade e nas PS. Estas, por suas próprias

¹ Neste estudo a sigla PS é utilizada para designar Políticas Sociais no plural e não Política Social no singular. Conforme afirmam Faleiros (2004) e Oliveira e Costa (2022), a diferença entre PS e Política Social é relevante, vez que na medida em que se fragmenta o tratamento da “questão social” em PS fica cada vez mais difícil lidar com a determinação fundamental da “questão social” que é a desigualdade estrutural entre capital e trabalho, cuja superação demanda uma Política Social. A terceira seção do primeiro capítulo aprofunda essa discussão.

contradições, muitas vezes expressam respostas protocolares e imediatas do poder público a um problema específico existente na cidade: as pessoas em situação de rua.

Neste percurso, como psicóloga do SUAS e do SUS, pude aprender com as pessoas atendidas e a partir das orientações técnicas para a execução das PS, a identificar e nomear as opressões e violências que aconteciam e acontecem nos espaços de trabalho nas vestes de assistência e cuidado. Tais práticas não são casos isolados, mas compõem, com gradações diferentes a rotina dos serviços.

De maneira geral, destaco que, além de encontrar práticas que apenas mantêm a realidade como está e que incrementam a violência institucional, encontrei, também, trabalhadoras e trabalhadores que por motivos diversos, como religião, assistencialismo, compromisso ético-político, militância, entre outros, não compactuavam com tais práticas e se viam enredadas e enredados por elas. Algumas e alguns, com o passar do tempo, por tanta exposição àquela realidade, as reproduziam de forma acrítica.

No local de trabalho, experienciei um estranhamento seguido por uma aproximação que, ao longo dos anos, se tornou mais consciente. Aos poucos compreendi que “a população de rua está cansada de ser tratada de maneira fria e tecnicista” (Lancelotti, 2012, p. 27).

Nós, trabalhadoras e trabalhadores, lidamos, diariamente, com muitos tensionamentos e disputas para assegurar o elementar para as pessoas em situação de rua que buscam os serviços públicos: um banho, uma marmita, um copo de café, frequentar o serviço e ser atendido sem cumprir exigências que não cabem em sua realidade, descansar o corpo exausto de andar procurando atender suas necessidades básicas sem antes ser submetido ao protocolo geral de atendimento, entre outros. Muitas vezes, somos convocadas e convocados pela realidade a lidar com a unidade assistência-repressão que se manifesta nas PS², enfrentando violências cometidas pela própria equipe ou outro braço do Estado.

A despeito do processo constante de desumanização³ imposto a quem vive em situação de rua e dos limites institucionais, políticos e econômicos que dificultam a atuação profissional, é possível cuidar e proporcionar alívio, é possível olhar nos olhos das pessoas que chegam nos serviços buscando uma esperança, é possível reconhecê-las

² Unidade assistência-repressão da política social – o Estado na sua função de amortecer as tensões sociais, cria políticas que atendem concomitantemente demandas da classe trabalhadora e do capital, praticando repressão e cuidado ao mesmo tempo (Faleiros, 2004; Behring & Boschetti, 2009).

³ Desumanização – barreiras sociais, econômicas e políticas que impedem o pleno desenvolvimento do potencial humano, vide seção 1 do capítulo 1.

como humanas e ser reconhecida por elas como humana, é possível nutrir no cotidiano de trabalho delicadezas que acalentam e humanizam a vida e é possível fazer brotar lutas cujo horizonte é a humanização⁴ da vida.

Nas possibilidades de encontro tecidas a cada atendimento, a cada contato com as pessoas em situação de rua, percebi no fazer a potência de construir e sustentar laços com as pessoas atendidas. Segundo o Padre Júlio Lancellotti (2012, p. 27):

Quando a população em situação de rua percebe o cuidado para consigo, é que você olha para a vida, e não só para a ferida, ela se deixa ver. A ferida ou a doença é mais do que a dor de estar doente, é a dor de existir na situação que provoca essa dor de sobreviver assim. Nossa capacitação técnica tem que ser acompanhada da nossa capacidade de acolher sem tantos critérios para excluir!

Assim, aos poucos, em meu trabalho, as pessoas atendidas já não eram uma descrição formal, pessoa em situação de rua, mas Marcos, Fábio, Maurício, Café, Cabelo, My Friend, João, Fumaça, Joice, Lindalva, Ana Paula, Paloma, Suellen, Eva, Trifany, Savana, Bia, Rubi, Daniela, Maia, Capeta, Bacelar, Marquinho, Diego, Lucas, seu Jorge, Cleomar, Fernando, Reginaldo, Bruno, Leonardo, Geovanne, Willame, Paulo Roberto, Thiago, Roberto, Kilder, Kayk, Baiano, Nilton, Tonhão, Renato e Maciel. São pessoas com nomes, com histórias e, que escancaram a permanente violência da vida nas ruas.

Em Goiás, temos um exemplo radical de violência praticada contra a PSR. Entre agosto de 2012 e maio de 2015 foram contabilizadas e noticiadas 61 mortes provocadas de pessoas em situação de rua na região metropolitana de Goiânia (Necrivi-UFG, 2015). De acordo com o Movimento Nacional da População em Situação de Rua em Goiás (MNPR-GO), esse dado era e ainda é subnotificado. Diante desse cenário apocalíptico e avassalador, a coletivização e a luta se impuseram como principais estratégias de enfrentamento de uma realidade cruel.

Em 2014, fui convidada a compor o Coletivo Liberdade, o qual é formado por trabalhadoras e trabalhadores das PS no estado de Goiás desde 2010 e tem como objetivo denunciar as contradições da sociedade goiana, revelar a inexistência real de direitos, bem como a negação da condição humana. O coletivo busca, ainda, lutar pela materialização de direitos básicos e fundamentais na vida das pessoas em situação de rua, das e dos adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas e das usuárias e dos usuários da política de saúde mental.

⁴ Numa perspectiva marxiana, humanização é a eliminação das barreiras econômicas, sociais e políticas que impedem a plena realização do potencial humano, mediante luta de classes e superação do capitalismo.

O Coletivo Liberdade, ao lado de pessoas em situação de rua, de outros coletivos e militantes que lutam pelos direitos da PSR, de técnicas, técnicos, gestoras e gestores do poder executivo e de servidoras e servidores públicos de instituições de defesa de direitos implicados e engajados na transformação da realidade, associam o presente desumano imposto à PSR com as condições materiais concretas e, por isso, almejam a transformação social.

Os esforços buscam a criação de estratégias diferenciadas e articulações que impulsionem a participação social e organização política das pessoas em situação de rua como sujeito coletivo. A atuação apoiou e acompanhou a emergência e desenvolvimento do MNPR-GO.

Em resumo, o trabalho na execução de políticas voltadas para a PSR foi configurando minha experiência profissional, militante e, mais recentemente, científica. Inicialmente, era frequente a sensação de que a formação acadêmica não me preparou para atuar numa política pública, sobretudo com pessoas em situação de rua.

As perspectivas predominantes na Psicologia dicotomizam normal e patológico, propõem a correção de diferenças e naturalizam a exclusão dos que resistem às normas, assim como culpabilizam e psicologizam o sujeito. Desta forma, constroem e legitimam barreiras sociais e ignoram ou subestimam a determinação social dos fenômenos (Patto, 2022). Estas perspectivas marcaram a minha formação.

Conforme apresentado, testemunhei, no trabalho como psicóloga e na práxis militante, níveis exacerbados de desumanização impostos à PSR. Pude constatar fragmentos da realidade que revelam contradições, as contraditórias funções de uma estratégia do Estado capitalista na sua manutenção e reprodução. Foi assim que tomei consciência das contradições que atravessam a maneira como o Estado enfrenta os problemas. Em especial, identifiquei a coexistência de PS cujo horizonte formal/legal é a dignidade humana com políticas higienistas e repressivas.

O incômodo de ser uma trabalhadora que opera uma política que devia garantir direitos, mas na prática não garante, tornou-se uma constante. Assim, além de me indignar, surgiram inquietações e indagações sobre o papel da Psicologia junto às pessoas em situação de rua que me acompanham. Isto me impulsionou a buscar o Programa de Pós-graduação em Psicologia e a pesquisar a produção de conhecimento da Psicologia sobre a PSR na interface das PS.

O Brasil ainda não realizou um sistemático e aprofundado censo sobre a PSR. As pesquisas oficiais disponíveis são baseadas em estimativas feitas em uma base restrita de dados e informações disponíveis nos registros oficiais do governo federal na Assistência Social (Cadastro Único de Programas Sociais – CadÚNICO e Registro Mensal de Atendimento) e na Saúde (Sistema de Notificação e Agravos de Saúde, Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde e Sistema de Informação em Saúde para a Atenção Básica). As bases contabilizam apenas as pessoas que efetivamente acessaram a política de assistência social e/ou saúde e foram cadastradas, não contemplando necessariamente toda a PSR do país, já que nem todas as pessoas em situação de rua são cadastradas.

A estimativa realizada pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea, 2022), constatou que, em um período de 10 anos (2012-2022), o crescimento da PSR cadastrada foi de 211%: em 2022 existiam 281.472 pessoas em situação de rua. Um ano depois, o diagnóstico preliminar do Ministério dos Direitos Humanos e Cidadania (MDHC, 2023) sobre PSR no Brasil apurou o total de 236.400 pessoas cadastradas, isto é, um a cada mil brasileiros cadastrados no CadÚnico em dezembro de 2022, vivia em situação de rua.

Um levantamento realizado pelo Observatório Brasileiro de Políticas Públicas com a População em Situação de Rua da Universidade Federal de Minas Gerais (OBPopRua/POLOS UFMG), publicado em julho de 2024, revelou que o número de pessoas em situação de rua cadastradas no CAD Único ultrapassou 300 mil, uma progressão de 23,93% em relação a dezembro de 2023 (242.756 pessoas). De acordo com o levantamento mais recente do OBPopRua da UFMG, publicado em outubro de 2025, cerca de 358.553 pessoas estão em situação de rua no Brasil.

O levantamento do OBPopRUA, publicado em outubro de 2025, mostrou que 69% das pessoas em situação de rua registradas no CadÚnico são negras, 85% são homens e 87% se encontram na faixa etária entre 18 e 59 anos. A maioria, 85%, sobrevive com até R\$109 por mês, 42% têm ensino fundamental incompleto e 14% tem algum tipo de deficiência.

Segundo Silva (2009), as transformações na estrutura societária mundial contemporânea associadas à expansão da PSR foram: crise do capital, desemprego estrutural, inexistência e/ou fragilidade das políticas públicas, precarização da vida e neoliberalismo. Junto com a expansão da PSR houve o surgimento de iniciativas formais

de enfrentamento em cidades brasileiras, assim como crescimento no número de pesquisas sobre a PSR.

No entanto, somente a partir 2009, a PSR, mediante sua organização e luta, ganha espaço formal nas PS. Naquele ano, houve a instituição da Política Nacional para a População em Situação de Rua (PNPSR) por meio do decreto 7.053. Apesar da abertura democrática no Brasil nos anos 1980 e das garantias formais previstas na Constituição Federal de 1988, foi apenas após o crescimento da PSR, assim como a articulação da sua organização e luta houve respostas pelo Estado. Com a PNPSR, novos serviços foram implantados, contribuindo para maior inserção da psicóloga e do psicólogo no trabalho com a PSR (CRP-MG, 2015).

Embora na atualidade a PSR tenha se constituído em tema de pesquisas acadêmicas em diversas universidades do Brasil, a pesquisa sobre PSR no campo da Psicologia ainda é pouco expressiva (Sicari & Zanella, 2018). No que tange à avaliação da atuação profissional da Psicologia e de processos que contribuíram para transformação da situação social da PSR, há escassez de trabalhos científicos.

Em Goiás, existem dois Programas de Pós-Graduação em Psicologia: um na Universidade Federal de Goiás (UFG) e outro na Pontifícia Universidade Católica de Goiás (PUC-GO). O Programa da UFG existe há 10 anos e, ao buscar a produção científica sobre Psicologia e PSR na Biblioteca Digital de Teses e Dissertações (BDTD) do Programa em 2024, foram encontradas apenas duas pesquisas acerca da temática (Machado, 2016; Mesquita, 2021) em um universo de 149 dissertações. Já na BDTD da PUC, cujo Programa de Psicologia existe há 25 anos, nenhuma produção foi encontrada em uma base contendo 294 dissertações e teses.

A pesquisa “Atuação profissional de psicólogas e psicólogos em políticas para a população em situação de rua”, realizada pelo Conselho Regional de Psicologia Minas Gerais mostra que, a despeito da atividade da psicóloga e do psicólogo com a PSR no campo das PS ser um fazer recente, é essencial seu embasamento em um referencial teórico cuja dimensão ético-política se alinhe com a perspectiva emancipatória (CRP-MG, 2015). Isso reforça a necessidade de análise da produção de conhecimento no campo com vistas a desvelar como a Psicologia tem se posicionado diante da PSR e quais desafios para uma ação mais consequente.

Tendo em vista as condições histórico-sociais em que se dá a relação da Psicologia com o indivíduo e como as Psicologias concebem e tratam a relação indivíduo e sociedade, é importante analisar como a Psicologia concebe a PSR, questionando se os

estudos transitam entre uma abordagem abstrata (que retira o indivíduo da relação social real em que está inserido, desistoricizando o fenômeno) ou outra abordagem concreta (apreendendo determinações sociohistóricas fundamentais).

A Psicologia como ciência e profissão não constitui um corpo homogêneo, pelo contrário, é composta por fundamentos teóricos-metodológicos muito diversos. Martín-Baró (1997) destaca que boa parte das teorias psicológicas enfatiza as raízes pessoais dos problemas sociais ao invés de explicar a raiz social. Trata-se do predomínio da marca individualista da Psicologia, a qual busca por culpados individuais, em detrimento do desvelamento das questões estruturais do capitalismo.

O conhecimento da Psicologia sobre as pessoas em situação de rua no campo das PS também é pouco estudado a partir de uma perspectiva marxiana, tradição que exige analisar a totalidade dos processos sociais em sua realidade concreta. A despeito de ser possível identificar contribuições epistemológicas do marxismo⁵ na produção de conhecimento e na atuação profissional de algumas psicólogas e alguns psicólogos, isso ainda é feito de forma incipiente.

Conforme apresentado, estive e estou imersa no campo onde o fenômeno acontece, nos dias de trabalho e de luta, e, no entanto, escolho estudar o que está sendo produzido pela Psicologia sobre a relação entre PSR e PS. Os inúmeros problemas vivenciados na prática me levam a buscar conhecer melhor, conhecer mais, fazendo uma aposta de que o conhecimento pode repercutir na prática.

A minha relação com a PSR vem de uma inserção muito profunda no trabalho e na militância com aquela população. Sentir na pele que as políticas sociais não alcançam o que elas deveriam alcançar provoca uma inquietação nas pessoas. Há um incômodo em ser uma trabalhadora que opera uma política que devia garantir direitos (responder problemas cotidianos da classe trabalhadora), mas na prática apresenta muitas contradições. Por isso, além de trabalhar e militar com a PSR, mais recentemente trouxe para academia questões concretas que surgiram para mim nas entranhas, na pele, na vivência com as pessoas em situação de rua.

Minha preocupação é a PSR, o que psicólogas e psicólogos vêm fazendo com ela nas PS. Todavia, o que psicólogas e psicólogos vêm falando sobre a PSR na Psicologia é

⁵ Neste trabalho, apesar da diversidade de marxismos encontrados na literatura que divergem entre si sobre o significado do pensamento de Marx, a expressão marxismo é uma referência ao pensamento marxiano. Portanto, compreendido como referencial teórico capaz de analisar e compreender criticamente o modo de produção capitalista e a luta de classes. Sobre isso, ver Netto (2006).

uma dimensão relevante dessa realidade. Por isso, estou analisando a produção de conhecimento e não a experiência direta/ prática de psicólogas e psicólogos. O que os pesquisadores dizem sobre o fenômeno revela como a Psicologia está apresentando um conhecimento científico a respeito da realidade concreta desses sujeitos. Em consonância com Gamboa (2013, p.35), considero relevante interpelar a ciência “sobre seus pressupostos, seus fundamentos e suas implicações sociais e éticas”.

Demo (2006) defende a conjugação entre teoria e prática na compreensão da realidade e no enfrentamento de seus problemas. Embora o conhecimento não seja o único a orientar a prática profissional, se a prática se pretende uma prática refletida, uma prática transformadora, prática que realiza certos fins, sim, o conhecimento deve orientar a prática. E é, justamente, considerando que teoria e prática se constituem mutuamente que eu considero fundamental fazer análise sobre o conhecimento.

Nesse sentido é importante analisar temáticas, fundamentos, concepções ético políticas e avaliar sua contribuição para formação de psicólogas e psicólogos que trabalham ou vão trabalhar com a PSR nas PS.

Importante destacar o caráter exploratório desta pesquisa, que busca se apropriar da produção de conhecimento da Psicologia sobre a PSR nas PS e identificar o que existe nesta produção de conhecimento.

Para tanto, o estudo realizou um levantamento, na BDTD da UFG e da PUC e na base de dados SciElo, buscando trabalhos sobre PSR realizados pela Psicologia e publicados a partir de 2009. Foram encontradas duas dissertações na BDTD da UFG e 65 trabalhos na base de dados SciElo.

Como pesquisadora procurei procedimentos consistentes e coerentes com os propósitos de um estudo acadêmico. Para apreender a articulação da realidade concreta estudada e aquilo que está apresentado nas obras examinadas, sintetizando as numerosas relações sociais, recorri a informações provenientes de outras pesquisas, de publicações na imprensa, de documentos oficiais de órgãos governamentais, de manifestos e denúncias do MNPR e de outros coletivos de luta.

No entanto, é preciso reconhecer que esse esforço e cuidado com a produção científica não objetiva prescindir das experiências vividas, como trabalhadora das PS e apoiadora do MNPR-GO, junto às pessoas em situação de rua. São experiências que atravessam e enriquecem minhas considerações e abstrações teóricas sobre o tema pesquisado e reforçam meu envolvimento e implicação com a transformação dessa realidade.

Sobre a investigação

É importante destacar os fundamentos teórico-metodológicos deste trabalho, o materialismo histórico-dialético, e a organização desta dissertação.

O primeiro capítulo aborda a relação existente entre capitalismo, exploração e desumanização. Logo após, analisa as categorias “questão social” e classe trabalhadora, com especial atenção às segmentações e frações de classe forjadas na sociedade do capital. Em seguida, o capítulo apresenta a emergência da PSR, tomada como expressão radical da “questão social” intrínseca ao capitalismo e sua configuração na realidade brasileira. A seção seguinte discute as contraditórias funções do Estado e das PS no tratamento da “questão social” no contexto do capitalismo. Ao final, argumenta-se que as transformações da sociedade capitalista contemporânea, marcadas pela crise sistêmica do capital e pelos rebatimentos do neoliberalismo (como o desemprego estrutural e a desestruturação de PS), provocaram a ampliação e expansão da PSR. Enquanto a ascensão da direita e extrema direita ao poder brutalizou o tratamento do Estado a essa população, aumentando a militarização e criminalização da pobreza.

O segundo capítulo apresenta uma interpretação marxista sobre a PSR, articulando suas dimensões com os movimentos históricos e processos sociais inerentes à acumulação do capital. O capítulo descreve características, modos de vida e as adversidades vividas nas ruas. Outro aspecto tratado, é a relação da PSR com as PS, destaca-se a conquista e desenvolvimento da PNPSR como resultado do complexo processo de organização e luta das pessoas sem situação de rua como coletivo, o MNPR.

O terceiro capítulo expõe as condições históricas e sociais que proporcionaram a entrada da Psicologia no campo das PS no Brasil, observando seus limites, contradições e possibilidades. Logo após, descreve a produção de conhecimento da Psicologia sobre PSR que versa sobre revisão bibliográfica e os apontamentos feitos em uma pesquisa do CRP MG (2015) sobre a prática profissional da Psicologia junto às pessoas em situação de rua. Em seguida, descreve as duas dissertações produzidas pela Psicologia sobre a PSR em Goiás. Por último, descreve e analisa como a Psicologia vem abordando a PSR em sua produção científica entre 2009 e 2024.

Na tentativa de emprestar um certo lirismo a essa discussão tão árida, lançamos mão de trechos de letras de música, poemas e frases de representantes da luta pela superação da vida nas ruas, que dialogam com o conteúdo discutido e oferecem elementos que favorecem sua compreensão.

Objetivos e Procedimentos de Pesquisa

Esta seção apresenta os objetivos, os procedimentos de pesquisa e os passos da investigação. Para tanto, indica as estratégias utilizadas e o caminho metodológico percorrido para alcançar os objetivos estabelecidos.

Objetivo Geral

Explorar a produção de conhecimento da Psicologia sobre a PSR no que se refere aos pressupostos, fundamentos e implicações ético e sociais que atravessam os conhecimentos que a Psicologia vem produzindo sobre a PSR na interface das PS.

Objetivos Específicos

Segue delimitação das particularidades do objeto consideradas para alcance do objetivo geral da pesquisa:

I – Identificar as principais características da produção científica;

I – Descrever e sistematizar as principais características dos estudos sobre PSR realizados pela Psicologia em Goiás;

II – Analisar se a concepção de PSR adotada pela Psicologia em sua produção de conhecimento vem revelando ou ocultando as determinações históricas e sociais da “questão social”;

II – Problematizar os fundamentos teórico-metodológicos e as respectivas implicações ético e sociais da concepção de PSR adotada pela Psicologia.

Procedimentos de Pesquisa

Como o objeto de pesquisa é a produção de conhecimento da Psicologia sobre a PSR na interface das PS em Goiás e no Brasil, foram estabelecidos dois aspectos para delimitar o estudo. O primeiro foi a produção de conhecimento da Psicologia sobre a PSR nos Programas de Pós-Graduação em Goiás, PUC e UFG. O segundo foi o recorte temporal para a produção de conhecimento encontrada no banco de dados SciElo. Para esta última foi considerado o ano de criação da PNPSR no Brasil, a qual ampliou a inserção da psicóloga e do psicólogo no trabalho com a PSR. Desse modo, o recorte temporal adotado foi de 2009 até o momento de realização do levantamento, ainda que se tenha recorrido ocasionalmente a dados e informações de anos anteriores, quando relevantes, secundariamente, às discussões.

A presente investigação caracteriza-se como um estudo exploratório, isto é, visa estudar um problema de pesquisa pouco conhecido ou estudado, permitindo uma compreensão mais aprofundada sobre o objeto de pesquisa (Gil, 2002). Ao estudar o que psicólogas e psicólogos estão produzindo de conhecimento sobre a PSR nas PS, sem defender uma tese a priori, busca conhecer o que a Psicologia está publicando sobre o tema para depois problematizar as teses.

Na investigação de inspiração marxiana, que é crítica, histórica e ontológica, buscamos ultrapassar a expressão fenomênica e chegar à essência do fenômeno. Para realizar o percurso metodológico fugindo a definições e buscando determinações, “é preciso apreender que o fenômeno indica a essência e, ao mesmo tempo, a esconde, pois a essência se manifesta no fenômeno, mas só de modo parcial, ou sob certos ângulos e aspectos” (Berhing & Boschetti, 2009, p. 51). Desta forma, a pesquisa

não apenas descreve, mapeia ou retrata. Esse é um trabalho pré-teórico importante.

Mas o central nessa linha de análise é que o sujeito procura reproduzir idealmente o movimento do objeto, extrai do objeto as suas características e determinações, reconstruindo-o no nível do pensamento como um conjunto rico de determinações que vão além das suas sugestões imediatas (Berhing & Boschetti, 2009, p. 49).

O método, na perspectiva marxiana, não se confunde com técnicas ou regras intelectivas: “é uma relação entre sujeito e objeto que permite ao sujeito aproximar-se e apropriar-se das características do objeto” (Berhing & Boschetti, 2009, p. 50). Nessa perspectiva, é possível apreender as múltiplas determinações dos processos sociais historicamente situados.

Trata-se, portanto, de pesquisa bibliográfica com o objetivo de caracterizar e avaliar a produção de conhecimento da Psicologia sobre PSR na interface das PS na formação social brasileira a partir de 2009. De acordo Gil (2002), a pesquisa bibliográfica é caracterizada pela leitura, análise e interpretação do material. Para Miotto e Lima (2007, p.44), a pesquisa bibliográfica “é um movimento incansável de apreensão dos objetivos, de observância das etapas, de leitura, de questionamentos e de interlocução crítica com o material bibliográfico”. Assim, a pesquisa bibliográfica deve ser escolhida como método de pesquisa quando o objetivo é realizar a síntese e análise do conhecimento científico já produzido sobre o tema.

Considerando o sugerido por Gil (2002), foi realizado levantamento, mapeamento, sistematização e análise crítica da produção de conhecimento da Psicologia sobre PSR no campo das PS, visando produzir uma sistematização das principais

características da produção de conhecimento e uma síntese sobre as concepções de PSR adotadas pela Psicologia com o escopo de conhecer e compreender o que precisa ser conservado e o que precisa ser modificado para subsidiar uma atuação mais comprometida com a transformação social.

Com o objetivo de compreender e situar como os Programas de Pós Graduação em Psicologia em Goiás se posicionam no campo da PNPSR frente ao cenário nacional, levantamos a produção científica do campo da Psicologia sobre PSR na BDTD do dois Programas de Pós-Graduação em Psicologia em Goiás: o da UFG e o da PUC. Teses e dissertações têm informações que dão pistas sobre o fenômeno. Encontramos apenas duas dissertações (Machado, 2016; Mesquita, 2021) no Banco Digital da UFG e nenhuma no Banco de Dados da PUC.

A pretensão inicial desta pesquisa era realizar o levantamento de material bibliográfico em duas bases de dados, SciELO⁶ e Pepsic. No entanto, o primeiro levantamento foi feito no SciELO e chegamos a um número expressivo de 65 artigos. Considerando o tempo disponível para finalizar a pesquisa e o fato da plataforma SciELO agregar significativo número de periódicos de psicologia de grande circulação, com uma sistemática séria de revisão por pares, decidimos realizar o levantamento apenas na plataforma SciELO.

Apesar de existirem outras publicações, além de artigos, publicados em periódicos genéricos da área, escolhemos artigos porque dão ideia de terminalidade do processo de investigação. Isso permite analisar os conhecimentos que a Psicologia está sistematizando sobre o tema. Consideramos, ainda, a facilidade de acesso.

A investigação foi realizada em quatro etapas: 1) levantamento de material bibliográfico por meio da combinação dos descritores escolhidos com base em leituras prévias sobre a temática: “psicologia” e “rua” e “psicologia” e “população em situação de rua” na plataforma SciELO; 2) leitura dos resumos e títulos de todo o material encontrado para estabelecimento e aplicação de critérios de seleção e exclusão do material; 3) leitura crítica para subsidiar a organização das informações e dados contidos no material selecionado, apontando problemas, tendências e contribuições; 4) análise crítica do material por meio de leituras interpretativas para “filiar o texto a tradições de pensamento, compromissos filosóficos, discussões políticas” (Laurenti, Lopes & Araujo, 2016, p. 50).

⁶ É uma biblioteca digital e um projeto cooperativo de publicação eletrônica de periódicos científicos de acesso aberto e gratuito.

Na fase inicial da pesquisa de levantamento bibliográfico, após a leitura de títulos e resumos, foram elaborados os seguintes critérios para seleção do material encontrado na plataforma SciELO: selecionar apenas trabalhos publicados em português em revistas científicas; os textos serem da Psicologia e sobre PSR no Brasil; terem sido publicados entre 2009 e 2024. Assim, foram excluídos textos que não versavam sobre a realidade brasileira, publicados em línguas estrangeiras, que não eram da Psicologia ou que não consideravam o tema da pesquisa, PSR, como discussão primária.

O levantamento foi realizado em abril de 2024 buscando artigos disponíveis na plataforma SciELO de duas maneiras: na própria página da SciELO e no mecanismo de busca Google⁷ com filtro para explorar apenas dados da página SciELO. O levantamento identificou, inicialmente, 125 trabalhos. Os textos publicados a partir de 2009 foram encontrados da seguinte maneira: 30 trabalhos encontrados com a combinação dos descritores “psicologia” e “rua” no mecanismo de busca SciELO; 38 trabalhos usando a combinação dos descritores “psicologia” e “rua” no mecanismo de busca Google para explorar a página de dados da SciELO; 57 trabalhos com a combinação dos descritores “psicologia” e “população em situação de rua” no mecanismo de busca Google restringindo à página do SciELO. Foram descartados 60 trabalhos repetidos nas bases de dados. Com isso o levantamento chegou a 65 trabalhos para análise, conforme descrito na tabela 1.

Tabela 1 – Trabalhos Selecionados

Trabalhos Selecionados para Análise		
Ano	Quantidade	Referências
2009	3	Cirino & Alberto (2009); Barros & cols. (2009); Alves, Alvarenga & Rinal (2009)
2010	3	Morais, Moraes & Koller (2010); Minervino & Cols. (2010); Matias & Francischini (2010)
2011	1	Matias (2011)
2012	1	Morais & Koller (2012)
2013	1	Matias (2013)

⁷ O mecanismo de busca Google com filtro para explorar a página de dados da SciELO foi utilizado por apresentar trabalhos não contemplados na própria página da SciELO.

2014	6	Londero, Ceccin & Bilibio (2014); Ferreira, Littig & Vescovi (2014); Cardoso & Becker (2014); Pacheco (2014); Kunz, Heckert & Carvalho (2014); Macerata, Soares & Oliveria (2014)
2015	3	Macerata & Passos (2015); Montiel & cols. (2015); Costa & cols. (2015)
2016	4	Félix-Silva, Sales & Soares (2016); Moura & Ximenes (2016); Engstron & Teixeira (2016); Diniz (2016)
2017	4	Silva & Hüning (2017); Delfin, Almeida & Imbrizi (2017); Wijk & Mângia (2017); Souza, Mesquita & Sousa (2017)
2018	6	Rodrigues, Lima & Holanda (2018); Sicari & Zanella (2018); Santos & Ceccin (2018); Machado & Rabello (2018); Londero & Paulon (2018); Nobre & cols. (2018)
2019	8	Ferreira & cols. (2019); Mendes, Ronzani & Paiva (2019); Sousa & Macedo (2019); Souza, Costa-Rosa & Benelli (2019); Vale & Vecchia (2019); Rizzini & Couto (2019); Engstron & cols. (2019); Macerata, Soares & Oliveira (2019)
2020	11	Cunda & Silva (2020); Moraes & Macêdo (2020); Rossi & Tucci (2020); Vale & Vecchia (2020); Valle, Farah & Carneiro (2020); Medeiros & cols. (2020); Valle & Farah (2020); Cruz & Taquette (2020); Morais & Silva (2020); Silva, Hüning & Guaresh (2020); Silva & Justo (2020)
2021	4	Nascimento & Máximo (2021); Nardes & Giongo (2021); Santos & Zanela (2021); Santana & cols. (2021)
2022	5	Esmeraldo & Ximenes (2022); Brito & Silva (2022); Pedrosa & Cárceres-Serrano (2022); Marques & cols. (2022); Camargo & Cols. (2022)
2023	5	Coldibeli, Paiva & Batista (2023); Medeiros & cols. (2023); Gramajo & cols. (2023); Pinheiro & Giongo (2023); Richwin & Zanello (2023)

Para análise dos trabalhos, em consonância com o recomendado por Mioto e Lima (2007), utilizamos um roteiro de caracterização do texto formulado a partir do objeto e

objetivos da pesquisa (ver anexo A). O roteiro contém as seguintes dimensões: identificação; tema central do estudo; como a Psicologia concebe a PSR no texto; discute “questão social”; referencial teórico-metodológico utilizado e características predominantes do estudo (problemas, tendências e contribuições). A região e o estado da pesquisa, também, foram indicados com o objetivo de destacar como a psicologia goiana se posiciona no campo da PNPSR frente ao cenário nacional.

Inicialmente, com o objetivo de conhecer a produção de conhecimento da Psicologia sobre a PSR em Goiás, realizamos a leitura e descrição dos aspectos gerais das duas dissertações, mencionadas anteriormente (Machado, 2016; Mesquita, 2021). Em seguida, realizamos a leitura dos resumos, das introduções e das considerações finais dos trabalhos. Destacamos que alguns dos 65 trabalhos foram lidos na íntegra, em razão de trazerem uma discussão mais aprofundada do tema ou pelo fato das informações apresentadas nos resumos, nas introduções e nas considerações finais não serem suficientes para a compreensão. Por fim, analisamos a produção geral, formulamos categorias analíticas que expressam o conhecimento da Psicologia sobre a PSR sintetizado na literatura, buscando identificar as principais tendências dos estudos, limites da profissão e contribuições da Psicologia.

Considerações teórico-metodológicas

Muitas são as abordagens analíticas, os modelos teóricos e os termos utilizados para falar sobre a vida nas ruas. Neste trabalho, optamos pela expressão “população em situação de rua” que, apesar de polissêmica e algumas vezes ter sido apropriada apagando o conjunto de determinações e mediações presentes na realidade social é a mais pertinente para expressar “uma situação ou condição social produzida pela sociedade capitalista, no processo de acumulação do capital” (Silva, 2009, p.29). No entanto, acrescentamos algumas pontuações críticas à expressão “PSR” com o objetivo de evidenciar a complexidade e a realidade da PSR como uma fração da classe trabalhadora.

De acordo com Demo (2006, p. 14), “a pesquisa é sempre também fenômeno político por mais que seja dotada de sofisticação técnica e se mascare de neutra”. Da mesma forma, Tonet (2013) afirma que a ciência responde às necessidades de seu tempo, isto é, qualquer forma de pensamento científico está situada em um lugar e um tempo histórico. O autor afirma que o processo de conhecer e explicar o mundo é feito por indivíduos historicamente situados e, portanto, o conhecimento é determinado pelos interesses das classes sociais fundamentais: os proprietários dos meios de produção e os

trabalhadores. Assim, a pesquisa de inspiração marxiana não é diletante e não se pretende neutra, o seu objetivo é conhecer para transformar a realidade da classe explorada.

Duarte (2013) alerta para o risco de, sem termos consciência, adotarmos os preceitos das concepções burguesas que fetichizam a expressão fenomênica de processos sociais, produzindo uma verdade parcial que não explora as contradições imanentes.

Segundo Silva (2009), nas poucas pesquisas censitárias existentes sobre a PSR predominam análises restritas à expressão fenomênica em detrimento da totalidade da realidade concreta. Assim, o estudo sobre a PSR é realizado de forma descritiva e quantitativa, preconizando dados estatísticos que, apesar de imprecisos e subnotificados, são tomados como descrição de uma realidade natural, em detrimento da análise das inúmeras mediações e relações sociais que forjam a realidade social.

Netto (2011) resgata a tese de Marx sobre o conhecimento: se houvesse uma correspondência imediata entre aparência e essência, toda ciência seria desnecessária. Bastaria olhar para o mundo e o ser humano teria respostas. Logo, na abordagem marxista⁸ do conhecimento, nada pode ser compreendido de modo isolado. Por isso é imprescindível a busca dos fundamentos históricos e sociais que deram origem a determinado fenômeno social (Tonet, 2013).

É preciso considerar-se, sim, as manifestações fenomênicas mais imediatas dos fatos da realidade em que se pretende atuar, mas considera-las como ponto de partida e de chegada da investigação. É preciso, portanto, ultrapassar os limites dessas manifestações mais imediatas para conhecer quais são suas raízes processuais, não imediatamente perceptíveis, que formam a totalidade onde tais manifestações são produzidas (Oliveira, 2005, p.36).

Os lineamentos gerais do método em Marx são de caráter ontológico, ou seja, buscam determinações da própria realidade e não modos de agir e técnicas para nortear a elaboração do conhecimento sobre a realidade (Tonet, 2013). Yamamoto (1994) destaca que a investigação precisa capturar as minúcias do objeto, analisar sua gênese e desenvolvimento e sondar as mediações imanentes para, então, poder expor o movimento real do objeto.

O método dialético materialista “permite compreender e revelar que as formas reificadas se diluem, perdem sua rigidez e naturalidade para se mostrar como fenômenos

⁸ Neste trabalho, a expressão abordagem marxista está referenciada na obra marxiana.

complexos, contraditórios e mediados, como produtos da práxis social da humanidade” (Berhing & Boschetti, 2009, p. 56).

Para Netto, “uma teoria social veraz, que desvende a estrutura real da sociedade burguesa, revelando os seus instrumentos de exploração, opressão e reprodução, logicamente só interessa àqueles que perseguem um objetivo que ultrapasse os quadros da ordem vigente” (2006, p. 18). Assim, o marxismo além de ser base teórica para compreender e analisar criticamente o Modo de Produção Capitalista (MPC), é referência para quem luta pela transformação da atual ordem econômica e política fundada na exploração (Silva, 2005).

Severino (2013, p. 72), na sua abordagem sobre o método materialista histórico-dialético, reconhece que “o instante não se entende separadamente da totalidade temporal do movimento, ou seja, cada momento é articulação de um processo histórico mais abrangente”. A análise marxista percorre a realidade no sentido de esgotar a análise das determinações dessa realidade. Assim, além de mostrar o que é a PSR, cabe explicar o que a história não a permite ser.

Diante do exposto, pode se afirmar que existem teorias que se aproximam mais da realidade do que outras. Desde uma perspectiva materialista histórico-dialética, a qual toma a ordem social como processo em constante movimento, é possível compreender a PSR como parte constitutiva da sociedade capitalista. Esta é dinâmica, está em contínua transformação e é portadora de dimensões materiais, políticas, relacionais e subjetivas.

Na compreensão marxista, a realidade objetiva tem uma existência independente da consciência, isto é, a realidade objetiva ou o objeto podem existir sem um construto subjetivo. Ao mesmo tempo, as afirmações e categorias elaboradas no esforço de compreender a realidade têm lastro material concreto (Netto & Braz, 2006).

Conforme Duarte (1998), sujeito e objeto são históricos e a relação entre eles também é histórica. Por isso, o método, manifesta-se em Marx como a abstração que permite ao sujeito apropriar-se do movimento real do objeto. Trata-se de uma relação de unidade, a qual articula sujeito e objeto em uma totalidade complexa e em que o sujeito busca reproduzir idealmente a dinâmica real do objeto, identificando as suas múltiplas determinações (Netto & Braz, 2006).

O ponto de partida do pensamento, a atividade de abstração, é, incontornavelmente, uma atividade social (Silva, 2019). De acordo com Miotto e Lima (2007, p. 39), o método investigativo materialista histórico e dialético leva “o pesquisador a trabalhar sempre considerando a contradição e o conflito; o ‘devir’; o movimento

histórico; a totalidade e a unidade dos contrários”; além de capturar “as dimensões filosófica, material/concreta e política que envolvem seu objeto de estudo”.

Em uma pesquisa marxista “toda e qualquer formação social historicamente dada pode ser investigada com base em três categorias fundamentais: o singular, o particular e o universal” (Bittar & Ferreira Jr., 2009, p. 501). O singular é a manifestação empírica do fenômeno, no qual a aparência contém o real, mas não revela as mediações fundamentais para a compreensão de como a singularidade existe no mundo, como é constituída por ele e como o constitui em uma relação de determinação recíproca. A categoria teórica da mediação se torna central, vez que é preciso compreender como a singularidade se constrói na universalidade e, também, como a universalidade se concretiza na singularidade, sendo a particularidade uma síntese entre singular e o universal (Oliveira & Costa, 2018).

É possível depreender que a relação singular-particular-universal, além de ser uma questão epistemológica, é uma questão ontológica, isto significa que “é uma das relações que constituem o vir-a-ser da sociedade que se processa dentro de determinadas relações” (Oliveira, 2005, p. 37).

Por outro lado, a concepção marxista não parte de um universal abstrato, mas de um particular concreto:

a importância da particularidade na análise de um determinado fenômeno está no fato de que ela se constitui em mediações que explicam os mecanismos que interferem decisivamente no modo de ser da singularidade, na medida em que é através delas que a universalidade se concretiza na singularidade. A cuidadosa identificação e caracterização da particularidade é condição *sine qua non* para compreender-se como se dá essa concretização da universalidade no vir a ser da singularidade (Oliveira, 2005, p. 46).

Segundo a autora, somente compreendendo esses nexos causais da realidade é possível captar o complexo processo no qual a universalidade se concretiza na singularidade (2005). Em outras palavras: sem o estudo da particularidade, o fenômeno não pode ser compreendido.

Behring e Boschetti (2009) reforçam que a investigação orientada pelo enfoque do método materialista histórico-dialético proposto por Marx pressupõe situar, analisar e extrair do movimento da sociedade capitalista a condição histórica e social do objeto.

A presente pesquisa defende o marxismo e sua perspectiva de análise ontológica como a forma capaz de apreender as determinações e mediações da gênese e

desenvolvimento do intrincado processo que produz a PSR e constitui a sociedade capitalista. A escolha teórico-metodológica pela teoria marxista para captura e tessitura de análise da produção de conhecimento em Psicologia sobre a PSR na interface das PS se justifica por contribuir na apreensão, desnaturalização e desvendamento da realidade social, buscando emancipação humana e superação da “questão social”.

Neste sentido, a PSR não é um fenômeno natural, mas produto das contradições da sociedade capitalista. Portanto, revelar as determinações sociais das condições de vida da PSR significa pensar como surge na sociedade burguesa. Isto, por sua vez, exige uma compreensão crítica do modo de produção capitalista (MPC), o qual não permite à maioria das pessoas viver humanamente. De acordo com Netto (2006), o marxismo é justamente o arsenal teórico-metodológico voltado ao estudo crítico do MPC e suas contradições. Aquela perspectiva, além de buscar apreender as relações dos fatos com a totalidade, busca avançar para a prática política com a finalidade de superar a sociedade capitalista.

A obra marxiana pensa a sociedade burguesa como uma totalidade: “não como um conjunto de partes que se integram funcionalmente (um todo), mas como um sistema dinâmico e contraditório de relações articuladas que se implicam e se explicam estruturalmente” (Netto, 2006, p. 30). O movimento da realidade exige investigar a historicidade do objeto, assumir a perspectiva da totalidade, apreender as mediações concretas e a dialética (Netto, 2006). O marxismo permite contextualizar os fatos no movimento maior que os engendra, isto é, analisar a partir de acontecimentos aparentes e imediatos a incorporação de tendências e processos mais profundos e estruturais.

A partir do exposto, pode se afirmar que para se analisar criticamente a produção de conhecimento da Psicologia sobre a PSR na interface das PS em sua totalidade é necessário conhecer, primeiro, a relação entre capitalismo, exploração, desumanização, frações da classe trabalhadora, “questão social” e a emergência da PSR, bem como a determinação política do Estado e as transformações na sociedade capitalista contemporânea. Por isso, o primeiro capítulo dedica-se à análise desta relação.

1. A miséria urbana: “Questão social” e População em Situação de Rua nos marcos do Capitalismo

*“A selva capitalista joga seus chacais sobre nós.
Não somos bicho nem lixo temos voz. Por dentro da
caótica selva, somos vistos como fantasmas. Existem*

aqueles que se assustam. Não somos mortos, estamos vivos. Andamos em labirintos. Depende de nossos instintos. Somos humanos nas ruas, não somos lixo.”

(Carlos Eduardo (Cadu), 2011, p. 9)

Neste capítulo, apresentamos a relação entre capitalismo, “questão social” e PSR, destacando a realidade brasileira. Pretendemos, assim, historicizar a emergência e o desenvolvimento da PSR, bem como o seu lugar no circuito reprodutivo das atividades econômicas na sociedade capitalista.

As reflexões do capítulo foram orientadas pelas seguintes perguntas: que tipo de sociedade naturaliza a existência de pessoas em situação de rua? Quais pressupostos legitimam essa realidade? Quais condições históricas determinam a emergência e o desenvolvimento da PSR? Qual a relação entre desenvolvimento capitalista, “questão social” e população em situação de rua? Quais as mediações? Em quais condições históricas, econômicas e sociais ocorre o movimento de expansão e retração da PSR?

A primeira seção do capítulo apresenta a vinculação entre capitalismo, exploração e desumanização. A seção seguinte aborda as categorias classe trabalhadora e “questão social”, com especial atenção para as frações da classe trabalhadora localizadas na superpopulação relativa/exército de reserva (trabalhadoras e trabalhadores desempregados que enfrentam a instabilidade e insegurança do trabalho informal).

A terceira seção discorre sobre a emergência da PSR como derivação e expressão radical da “questão social” forjada na sociedade marcada pela exploração do homem pelo homem e pela apropriação privada da riqueza produzida coletivamente, a sociedade do capital. A gênese e o desenvolvimento da PSR na formação social brasileira (capitalismo de via colonial e dependente) são historicizados, observando os nexos entre sociedade capitalista e “questão social” determinando as relações sociais que mantêm a situação de rua, manifestação radical da desumanização.

A quarta seção aborda o desenvolvimento do Estado e das PS na particularidade brasileira, desvelando suas contraditórias funções políticas e econômicas na sociedade de classes e buscando identificar seus limites e suas possibilidades no trato da “questão social”.

A quinta seção apresenta as transformações da sociedade capitalista contemporânea provocadas pela crise sistêmica do capital e pelo neoliberalismo. No curso

da apresentação, mostra como a adoção da política neoliberal se relaciona com a ampliação e expansão da PSR. Ao final, destaca-se as particularidades do tratamento dado à PSR no contexto de avanço da direita e extrema direita.

1.1 Capitalismo, Exploração e Desumanização

Essa riqueza, que não é inocente, provém em grande medida da pobreza alheia e dela se alimenta mais e mais. (Galeano, 2023, p. 23)

Um modo de produção (MP) expressa a relação entre desenvolvimento das forças produtivas e as relações sociais de produção que estabelecem as condições sociais de vida, ambos determinados pelos movimentos das lutas de classes (Marx & Engels, 2005). No MPC existem duas classes fundamentais: os que produzem a riqueza a partir da venda da sua força de trabalho e os que possuem os meios de produção e se apropriam da maior parte da riqueza produzida (Marx & Engels, 2005).

A sociedade burguesa não é uma organização social "natural", destinada a constituir o ponto final da evolução humana; é uma forma de organização social histórica, transitória, que contém no seu próprio interior contradições e tendências que possibilitam a sua superação (Netto & Braz, 2006, p. 24).

A sociedade é produzida a partir da atividade humana e, por isso, os seus limites são históricos e humanos, não são limites naturais (Netto, 2006). Dessa forma, a crítica marxiana do MPC é o ponto de partida para compreender o processo de produção e reprodução da PSR.

No decorrer do desenvolvimento histórico surgiram múltiplas formas societais determinadas “pelas formas de propriedade, relações sociais de produção e grau de desenvolvimento das forças produtivas sociais do trabalho” (Alves, 2007, p. 82). Pode-se falar de sociedades pré-capitalistas, de sociedade feudal e de sociedade capitalista.

Apesar de o trabalho ser uma determinação ontológica do ser social (intercâmbio orgânico entre o homem e a natureza – atividade de transformar a natureza realizada pelos seres humanos com o fim de atender suas necessidades de subsistência e reprodução de vida material), a categoria trabalho é histórica e assume formas particulares concretas para atender necessidades sociais historicamente construídas. Na sociedade capitalista, o trabalho, ao estar subsumido ao capital, aparece como trabalho abstrato (Alves, 2007).

Com o capitalismo até os elementos que formam o processo de trabalho tornam-se mercadoria. Assim, para sobreviver, na sociedade capitalista, a trabalhadora e o trabalhador são obrigados a se colocarem à venda como mercadorias no mercado, vendendo sua força de trabalho em troca de salário (Alves, 2007). Caso o proletário⁹ não consiga vender sua capacidade de produzir, sua sobrevivência fica comprometida.

Segundo Alves (2007), a posição ocupada na divisão social do trabalho determina o lugar e a função de cada uma e cada um no MPC. Neste MP, a classe trabalhadora, está dividida em frações conforme a característica particular da força de trabalho que possui e vende (Bottomore, 1988). Até mesmo a fração de homens e mulheres desempregados são imprescindíveis ao capital (Alves, 2007).

O processo de produção capitalista equivale ao processo de expropriar/alienar os objetos de trabalho (matéria-prima), os instrumentos e, por fim, as habilidades da trabalhadora e do trabalhador (o trabalho vivo) (Alves, 2007). O capitalismo é a sociedade fundada na exploração, portanto, precisa de pessoas (homens, mulheres, crianças) livres para serem exploradas.

Para Bottomore (1988, p. 235), “a exploração ocorre quando um setor da população produz um excedente cuja utilização é controlada por outro setor”. Isto significa que, no capitalismo, ao invés do produto do trabalho retornar para benefício da trabalhadora e do trabalhador, ele é apropriado pelo capitalista. Como o controle da produção está nas mãos dos capitalistas, eles extraem dos trabalhadores um valor maior do que o equivalente ao salário. Logo, no capitalismo, a apropriação da riqueza produzida pela trabalhadora e pelo trabalhador, a diferença entre o valor produzido pelo trabalho e o salário pago, resulta em mais-valia (ou mais valor) para o capitalista (Alves, 2007).

No capitalismo, a escassez é produzida socialmente, pois o excedente é apropriado, gerido e mercantilizado de forma privada (Netto, 2012).

Pela primeira vez na história registrada, a pobreza crescia na razão direta em que aumentava a capacidade social de produzir riquezas. Tanto mais a sociedade se revelava capaz de progressivamente produzir mais bens e serviços, tanto mais aumentava o contingente dos seus membros que, além de não terem acesso efetivo a tais bens e serviços, viam-se despossuídos até das condições materiais de vida de que dispunham anteriormente (Netto, 2012, p. 203).

⁹ Proletário significa ser despossuído ou alienado “das condições objetivas e subjetivas de produção e reprodução da vida sócio-material” (Alves, 2007, p. 122).

A despeito do desenvolvimento das forças produtivas tornar possível a produção de excedente pela sociedade humana, a desigualdade social continua assolando a humanidade, pois a produção é socializada, mas a apropriação é privada. “O proletariado está alienado da produção da riqueza social, são os despossuídos do mundo social do capital” (Alves, 2007, p. 98). A atual forma de organização social, o MPC, impede que toda riqueza produzida socialmente seja usufruída pela humanidade (Mandel, 1982).

A sociedade capitalista é a sociedade que mais produziu riqueza na história da humanidade. Apesar de vivermos em uma sociedade que pode satisfazer as necessidades de todo mundo, há centenas de milhares de pessoas em situação de rua, vivendo na miséria, procurando água e comida no lixo, enfrentando as adversidades e violências que a PSR enfrenta cotidianamente. Então, o capitalismo é inerentemente uma sociedade que produz desumanização. O capitalismo gera riqueza, mas não produz condições para realizarmos nossas necessidades, conduzirmos nossa vida cotidiana e garantirmos o pleno desenvolvimento de todas as pessoas, pois, ao mesmo tempo que gera riqueza, nega acesso à riqueza socialmente produzida para a maior parte da população.

Sob o capitalismo, “os requisitos mínimos para a satisfação humana são insensivelmente negados à esmagadora maioria da humanidade” (Mészáros, 2012, p. 73). A grande maioria da população permanece alheia às suas possibilidades humanas constituídas historicamente (Bottomore, 1988).

A sociedade capitalista é marcada pela contradição entre humanização e alienação. As relações sociais alienadas são marcadas pela existência de barreiras socialmente impostas pelo capital que impedem que o desenvolvimento historicamente alcançado pelo gênero humano se efetive na vida cotidiana de toda a humanidade (Duarte, 2013).

Em sociedades que precederam a sociedade capitalista, a miséria era decorrente da escassez material. Já no capitalismo, a desumanização aparece em uma sociedade capaz de produzir bens e serviços além do necessário para produção e reprodução da vida. Na lógica do sistema capitalista, a produção de bens e serviços é orientada pela busca do lucro e acumulação do capital.

Com o objetivo de aprofundar a compreensão do desenvolvimento humano na sociedade capitalista, marcada pela redução de barreiras naturais e a imposição de barreiras sociais e históricas, a próxima seção se dedica à análise das categorias “questão social” e classe trabalhadora.

1.2 “Questão Social” e Classe Trabalhadora

*Cada vez mais distância entre a imensa maioria que
necessita muito mais do que consome e a mínima
minoridade que consome muito mais do que necessita.
(Galeano, 2023, p.)*

As consequências da exploração do trabalho no capitalismo são tratadas na literatura como “questão social”. Esta categoria analítica surgiu a partir de esforços de compreensão da pobreza nos marcos do capitalismo, sendo estudada desde diferentes abordagens epistemológicas e políticas. Netto (2012) identifica a gênese da categoria no seio do processo de amadurecimento da sociedade capitalista em curso no século XIX, com o desenvolvimento da hegemonia burguesa, da intensificação da luta de classes e da ordinária ampliação das contradições sociais e pobreza.

O autor destaca que a “questão social” foi explicada de maneira mistificadora pela burguesia, descrevendo aquela como traço natural e imutável da sociedade, podendo ser amenizada pela intervenção política, mas nunca superada (Netto, 2012). Nesta abordagem, a “questão social” é compreendida como fatalidade do progresso, contenta-se com a gestão e o controle das manifestações da “questão social” sem, contudo, alterar a ordem social responsável por sua produção e reprodução (Sousa & Macedo, 2019).

A análise marxiana da lei geral da acumulação capitalista levou à compreensão da categoria “questão social” como “o conjunto de problemas políticos, sociais e econômicos postos pela emergência da classe operária no processo de constituição da sociedade capitalista” (Yamamoto, 2007, p. 31). Assim, a “questão social” é a manifestação no cotidiano da contradição capital-trabalho, portanto, um fenômeno muito amplo, complexo, contraditório, mediado e constitutivo do capitalismo – MP em que o acúmulo de riqueza por poucos se dá às custas do acúmulo de miséria por muitos (Netto, 2012).

Para Netto (2012), a categoria “questão social” não pode ser reduzida à sua manifestação enquanto pauperismo. Esta análise simplista enfatiza a existência de pobreza em sociedades que antecederam a sociedade capitalista, buscando ocultar o fato de que a particularidade da pobreza no capitalismo resulta do acúmulo de riqueza e do avançado nível de desenvolvimento das forças produtivas alcançado no capitalismo (Netto, 2012).

Neste sentido, explicar a pobreza como algo proveniente da natureza, independente da atividade humana, ou como resultado de uma divergência natural entre social e individual, legitima sua existência e interdita sua compreensão e superação (Netto, 2012). A ideologia burguesa, ao ocultar o crescimento da “questão social” no capitalismo, diverge da realidade social e histórica de barbárie social. No contexto do capitalismo, a ideologia é usada pela classe dominante para mascarar e justificar a dominação de uma classe social sobre a outra, as relações de exploração e apresentar seus interesses como interesses gerais da sociedade. Para Netto (2006), a desmistificação do modo de pensar a realidade, forjado no interior da sociedade burguesa pelo fenômeno da alienação, tem significativa relevância na luta contra a exploração e opressão.

A naturalização da “questão social” pavimenta simbólica e materialmente a dominação econômica em sociedades fundadas na divisão social do trabalho e na propriedade privada dos meios de produção (Netto & Braz, 2006). Marx pesquisou e compreendeu o nascimento da sociedade burguesa revelando que a “divisão da sociedade em classes, a propriedade privada do solo e dos meios de produção, não são, pois, de modo nenhum um produto da ‘natureza humana’. São o produto duma evolução da sociedade e das instituições econômicas e sociais” (Mandel, 1982, p. 13).

Para Marx, segundo Sousa e Macedo (2019, p. 3), a gênese da “questão social” está, portanto:

no conflito capital/trabalho onde a produção é socializada, ao passo que ocorre a dissociação do trabalhador dos seus meios de produção, como a expulsão violenta do campesinato de sua base fundiária, expropriação de sua produção familiar e usurpação de terras comunais para pastagens, acompanhado de leis sanguinárias, gerando massas de indigentes e desocupados.

Em outras palavras, a gênese da “questão social” “está na maneira com que os homens se organizaram para produzir num determinado momento histórico, como vimos, o de constituição das relações sociais capitalistas — e que tem continuidade na esfera da reprodução social” (Behring & Boschetti, 2009, p. 69). Em vista disso, é preciso tomar a “questão social” enquanto produto dos processos estruturais e da dinâmica social da qual ela deriva (Sousa & Macedo, 2019). A origem da desigualdade social não está na desigualdade de aptidão ou de capacidade dos indivíduos, tal como a classe dominante insiste em afirmar e propagar (Mandel, 1982).

A produção de mercadorias não se restringe à dimensão econômica. O trabalho é “o elemento decisivo que transfere e cria valor, então tal processo se refere sobretudo à

produção e reprodução de indivíduos, classes sociais e relações sociais: a política e a luta de classes são elementos internos à lei do valor e à compreensão da questão social” (Berhing & Boschetti, 2009, p. 71).

As manifestações da “questão social” não existem no vazio, mas em uma realidade histórica e social concreta, com especificidades vinculadas à formação social. Demandas específicas da nossa sociabilidade, do modo como produzimos e reproduzimos a vida em sociedade forjam a existência da PSR, manifestação radical da “questão social” (Silva, 2009). Trata-se da mais dilacerante contradição da sociedade do capital. De modo geral, observa-se que a PSR é uma expressão da “questão social” a qual “se intercruciza com outras expressões da ‘questão social’, como desemprego, pobreza e ausência de moradia” (Sousa & Macedo, 2019, p. 2).

O agravamento da “questão social” e a existência da PSR como uma expressão radical da “questão social” tem relação com a superpopulação relativa / exército industrial de reserva. Conforme apresentado anteriormente, as classes fundamentais do MPC são a classe trabalhadora e a burguesia. No entanto, na classe trabalhadora “surgiram segmentações e frações de classe vinculadas às alterações da divisão técnica social do trabalho” (Alves, 2007, p. 87). Além disso, a classe trabalhadora “é atingida por clivagens de gênero, étnicas, etárias, técnico-profissionais, e de qualificação” (Alves, 2007, p. 88). Surgem, ainda, “outras segmentações de caráter político-institucional decorrente da precarização do trabalho” (Alves, 2007, p. 88).

A precarização do trabalho promove a maior socialização vista do trabalho abstrato, a precarização intensa das condições de contratação do proletariado, o crescimento de atividades autônomas, trabalhadores por conta própria e a fragmentação da classe trabalhadora (devido a determinações objetivas, determinações político ideológicas e de luta de classes) esgarça a capacidade de organização e luta política da classe subalterna (Alves, 2007).

No capitalismo, a força de trabalho é mercadoria que pode se valorizar ou desvalorizar. O objetivo do capital é extrair mais-valia e acumular capital, o que exige reduzir o valor da força de trabalho como mercadoria. Segundo Alves (2007), a permanente existência do desemprego em massa é uma manifestação crônica da busca por desvalorização da força de trabalho como mercadoria.

Assim, o principal modo de desvalorização do trabalho vivo é “produzi-lo” em excesso como força de trabalho, ou seja, como mercadoria disponível para o consumo capitalista. Cria-se uma superpopulação relativa ou exército industrial

de reserva. É uma população excedente e sobrança às necessidades de acumulação do capital, mas que possui uma funcionalidade sistêmica: contribuir para a produção (e reprodução) da acumulação de valor (Alves, 2007, p. 98).

Bottomore (1988, p. 234) afirma que “a existência de uma reserva de força de trabalho desempregada e parcialmente empregada é uma característica inerente à sociedade capitalista criada e reproduzida diretamente pela própria acumulação do capital”. Por isso, a ampliação do capital é acompanhada da expansão do exército industrial de reserva em larga escala.

A produção de força de trabalho excedente como mercadoria assegurada para o consumo capitalista desvaloriza a força de trabalho. O capitalismo “necessita de homens e mulheres dispostos a alugar (ou vender) sua força de trabalho, em troca de salário, para satisfazerem suas necessidades vitais” (Alves, 2007, p. 86)). Ainda que “o capital não os utilize, excluindo-os, eles são, de certo modo, imprescindíveis à ordem sócio-metabólica do capital” (Alves, 2007, p. 86).

Marx elaborou a categoria superpopulação relativa para descrever o conjunto da população trabalhadora que, no processo de avanço do modo de produção capitalista, é excluída do sistema produtivo (Silva, 2009). O desenvolvimento de novas técnicas e formas de organização da produção reduz a quantidade de trabalhadores que são incorporados em cada etapa do processo produtivo, formando um excedente de força de trabalho, a superpopulação relativa ou o exército de reserva. A trabalhadora e o trabalhador integram a superpopulação relativa quando está desempregado ou parcialmente empregado.

O aumento da superpopulação relativa ou exército industrial de reserva propicia a redução dos salários abaixo do nível que garante as necessidades básicas e essenciais para a preservação da vida, porque existem outras trabalhadoras e outros trabalhadores para substituírem os que forem abatidos ou descartados pelo capital (Bottomore, 1988). Para Alves (2007), o desemprego possui duas funções: uma sistêmica, ao interromper o crescimento do salário real e inviabilizar a luta sindical, o que incrementa a taxa de exploração da força de trabalho; outra, derivada, que serve para

instaurar um novo tipo de sociabilidade regressiva, de dessocialização perversa e de barbárie social que constitui uma fábrica de morbidez social capaz de obstaculizar disposições humano-genéricas em direção à transcendência do estado de coisas existente. Deste modo, o capital como modo de controle sócio-metabólico cria uma forma social adequada à sua própria reprodução

contraditória, uma forma social no interior da qual possa reproduzir suas contradições candentes (Alves, 2007, p. 105).

A superpopulação relativa é expressão da precariedade do trabalho assalariado, marcada pela instabilidade e insegurança de vida e de trabalho, sua morfologia social se modifica no transcorrer do desenvolvimento capitalista (Alves, 2007).

Há diferentes tipos de superpopulação. Em primeiro lugar, a superpopulação relativa flutuante é formada por trabalhadoras e trabalhadores que ora são colocados para fora, ora são incorporados pelo mercado de trabalho, conforme exige o desenvolvimento capitalista (Alves, 2007; Silva, 2009). Isto é, são trabalhadoras e trabalhadores que estão de prontidão para, a qualquer momento, vender sua força de trabalho para exploração capitalista. Por outro lado, a população latente é composta por homens e mulheres que se encontram na iminência de migrar para o proletariado urbano. Um exemplo concreto é o êxodo rural, isto é, a migração de um grupo significativo de trabalhadoras e trabalhadores do campo para a cidade (Alves, 2007).

Já a superpopulação relativa em sua forma estagnada é formada por trabalhadoras e trabalhadores de ocupação irregular e inserção precária. A população trabalhadora estagnada “é caracterizada pelo máximo do tempo de serviço e mínimo de salário” (Marx, citado por Alves, 2007, p. 101). Nas últimas décadas, por conta da crise estrutural do capital, a superpopulação relativa estagnada, ao ser atingida pela precarização do trabalho, cresceu e assumiu conotações de exclusão e barbárie social¹⁰ (Alves, 2007). Trabalhadoras e trabalhadores “autônomos”, “independentes” ou “por conta própria” surgem como manifestação ampliada da superpopulação relativa estagnada e expressam a exacerbação da precariedade do mundo do trabalho.

Segundo Alves (2007), a superpopulação relativa estagnada está no limiar do pauperismo e do lupemproletariado. Para Bottomore (1988, p. 354), condições extremas de crise e desintegração social em uma sociedade capitalista produz o lupemproletariado, isto é, grupo que

do ponto de vista das condições de vida e de trabalho, é formado por frações miseráveis, não organizadas do proletariado, não apenas destituídas de recursos econômicos, mas também desprovidas de consciência política e de classe, imersos em trabalho sem forma, sendo, portanto, suscetíveis a servir aos interesses da burguesia (Alves, 2021, p. 7).

¹⁰ As transformações nos marcos do capitalismo em crise serão expostas na última seção do capítulo.

Marx, segundo Alves (2007), introduz o conceito de lumpemproletariado para designar o grupo social formado pela esfera do pauperismo que está aquém das exigências de empregabilidade do sistema do capital, enfatizando a alienação e desintegração social resultantes da exploração capitalista. Esse grupo de proletários é excluído da produção de valor da sociedade da mercadoria e do horizonte da reprodução social. É a parte da superpopulação relativa considerada sem utilidade econômica pelo capital. No entanto, possuem função derivada:

são matéria-prima da produção simbólica da barbárie social, contribuindo, deste modo, para o modo de controle sócio-metabólico do capital em sua fase de crise estrutural. Os proletários excluídos podem não pressionar o mercado de trabalho, tendo em vista que estão aquém das exigências de empregabilidade do sistema do capital, mas compõem o horizonte simbólico da ordem dos consentimentos espúrios e do custo “improdutivo” da barbárie social que atinge as grandes metrópoles. A crise do Welfare State e da rede de proteção social coloca na ordem do dia nos países capitalistas centrais, a chamada Nova Questão Social. Entretanto, a Nova Questão Social é mero eufemismo para a barbárie social.

Netto e Braz (2006) destacam os principais impactos da ofensiva do capital contra o trabalho: retomada de formas arcaicas de exploração e redução salarial; aumento da jornada de trabalho; superexploração do trabalho infantil; ampliação do emprego precarizado da força de trabalho feminina; expansão do trabalho análogo a escravidão; elevação de empregos mal pagos; aumento de empregos instáveis e/ou temporários (sem garantias formais); conversão do aumento excessivo de desemprego em fenômeno permanente - desemprego estrutural.

A superpopulação relativa sempre esteve à mercê da lógica do mercado. Inicialmente, o desemprego era um tempo de parada e espera até a mudança no ciclo da economia, com a crise estrutural do capital e o incremento da produtividade do trabalho com menos mão de obra, os períodos de crescimento da economia capitalista já não representam a incorporação das trabalhadoras e dos trabalhadores desempregados como produtores de valor (Alves, 2007). Esse enorme contingente de desempregados não absorvido pelo mercado de trabalho, exponencia as trabalhadoras e os trabalhadores sobrantes e descartáveis no mundo do capital.

Portanto, a expansão acelerada da PSR expressa agravamento da “questão social” e mostra que a barbarização da sociabilidade é a tendência dominante na sociedade do capital.

Após discorrer sobre a “questão social” e sua relação com frações da classe trabalhadora, a seção seguinte apresenta a emergência da PSR como derivação dessa relação e a PSR na realidade sócio-histórica brasileira.

1.3 Emergência da População em Situação de Rua e População em Situação de Rua no Brasil

*Tô enfiado na lama
é um bairro sujo
onde os urubus têm casa
e eu não tenho asas.
(Chico Science)*

Em face da materialidade, historicidade e complexidade da “questão social”, pode-se afirmar que a PSR, enquanto uma de suas manifestações, não é um fenômeno natural, imutável, isolado e abstraído da realidade. Pelo contrário, ela é expressão radical das contradições da sociedade capitalista e expõe seus limites desumanizadores (Silva, 2009). A existência e o aumento de pessoas vivendo em situação de rua quando existem condições para que isso não ocorra é um exemplo extremo da “questão social” que denuncia o caráter essencialmente destrutivo da fase atual da produção capitalista.

A incipiente industrialização do século XVIII e a emergente lógica produtivista não integrou um enorme contingente de homens e mulheres, que se tornaram andarilhos pobres que são vistos como ameaça ou fardo para a sociedade (Alves, 2017). Eles eram considerados “foras-da-lei” e eram recolhidos aos asilos e presídios criados nos primeiros momentos da história do capital. Com o objetivo de reduzir o custo dos pobres a Primeira Revolução Industrial foi marcada pela Lei dos Pobres, “que penalizava a precariedade extrema de homens e mulheres errantes, alucinadas pela despossessão absoluta” (Alves, 2007, p. 121).

Silva (2009) indica que a gênese da PSR coincide com o surgimento das cidades pré-industriais da Europa, período em que a quantidade de camponeses expropriados e desalojados de suas terras, dispondo somente de sua força de trabalho, foi muito maior que a capacidade de absorção de trabalhadores pela indústria em formação nas grandes cidades. Desde então, a “questão social” se complexificou e a PSR foi e é parte da pobreza urbana, em várias partes do mundo.

O MPC aglomerou populações, centralizou os meios de produção e concentrou a propriedade em poucas mãos, determinando a forma de organização da sociedade (Marx & Engels, 2005). Para Silva (2009), apesar de sua origem remota, a reprodução da PSR ganha outros contornos nas sociedades de classes atuais. Na atualidade, o contínuo processo contínuo de formação de uma superpopulação relativa, formada por várias camadas que são submetidas a trabalhos precarizados com baixos salários e ausência de proteção social, se intensificou. A superpopulação relativa apresenta momentos de ampliação e outros de retração, ficando seu desenvolvimento associado ao desenvolvimento capitalista, o qual condiciona a oferta e procura de trabalho, assim como os salários (Silva, 2009).

Neste cenário, a instabilidade e insegurança impostas às trabalhadoras e aos trabalhadores agravam outros determinantes e pioram as condições de vida de pessoas que passam a viver nas ruas: “a condição de trabalhadores que só dispunham de sua força de trabalho para vender – e nem essa foi absorvida pela produção capitalista – compeliu essa população à situação de absoluta pobreza e degradação humana” (Silva, 2009, p. 97).

Isso significa que parte das pessoas aglomeradas nas cidades, privada dos meios necessários à subsistência, foi constrangida pela situação precária de vida a desenvolver estratégias de sobrevivência, como a mendicância e os pequenos furtos (Marx, 1988). Em tese, a vida social que privilegia a mercadoria e o mercado em detrimento da pessoa e da vida estabelece as condições sociais para a produção e reprodução da PSR, desde a origem da acumulação capitalista (Silva, 2009).

No Brasil, a situação da PSR se agrava ainda mais, dado que “a inserção do Brasil na ordem do capital desde seu início é marcada por caráter predatório e dependente” (Sousa & Macedo, 2019, p. 5). Assim:

se nos países centrais, a origem da PSR é produto de processos que se apresentam articulados e geradores do desemprego em massa que fez surgir o pauperismo, como o surgimento e desenvolvimento do capitalismo, industrialização e urbanização. No Brasil, há distinções postas pelas características históricas da formação social do país, o que imprime particularidades ao estudo do fenômeno (Sousa & Macedo, 2019, p. 5).

Portanto, a compreensão da PSR e sua permanente transformação na realidade brasileira requer sua articulação com a totalidade da formação sócio-histórica do país, pois “há processos estruturais que estão na base das desigualdades e antagonismos que constituem a questão social” (Ianni, 1989, p.147). A organização social brasileira foi

caracterizada pela colonização e escravização de povos africanos e indígenas, práticas que complexificam a dinâmica da luta de classes (Moura, 2019).

Os séculos de escravismo engendraram processos que persistem de algum modo até nossos dias (Fernandes, 2016). Dessa forma, é fundamental reconhecer as especificidades da PSR e suas manifestações cotidianas sem, contudo, desvinculá-la do modo como a sociedade brasileira se constituiu.

A origem da PSR no Brasil articula-se com a particularidade histórica colonial escravista que marcou e marca quem somos enquanto país (Moura, 2019), delimitando, inclusive, os espaços sociais de uma parcela expressiva da população brasileira por meio de relações sociais que determinam e mantêm a desumanização.

De acordo com Tiengo (2021), a realidade material atual da PSR no Brasil lança luz sobre uma classe trabalhadora não abstrata, com diversas características e determinações históricas. O passado está contido no presente, não é por acaso que 69% da população em situação de rua no Brasil é formada pela população negra (OBPopRua/UFGM, 2024).

Em seu ensaio de interpretação sociológica sobre “a revolução burguesa no Brasil”, Florestan Fernandes (2006) afirma que o processo de integração do negro na sociedade de classes foi feito de forma a conservar a hegemonia ultraconservadora e reacionária da burguesia brasileira, mediante um modelo autocrático burguês, evidenciando a continuidade no favoritismo daqueles que, por motivos históricos e sociais, detêm capacidade financeira e o prejuízo dos eleitos como inimigos da burguesia: negras e negros, indígenas e frações mais pobres da classe trabalhadora.

Pinheiro (2022, p. 96) destaca que o processo de escravização:

constituiu dimensão decisiva daquilo que viria a ser a classe trabalhadora brasileira do século XX. Não somente em termos quantitativos, mas qualitativamente falando, pois, as raízes da escravidão e a forma como ela foi abolida, sem qualquer interesse na integração efetiva dos sujeitos no centro da lógica produtiva do capital, compõem determinações materiais no rebaixamento do valor-trabalho.

Moura (2019) mostra que o cenário da luta de classes no Brasil é marcado por séculos de escravismo, seguidos de mecanismos e estratégias de Estado que modernizam, atualizam e perpetuam o racismo no processo de transição ao trabalho livre/assalariado, sustentando desigualdades sistêmicas. O autor lista alguns exemplos, entre eles: a Lei de

Terras¹¹ e o investimento estatal em imigração¹² do excedente europeu para o Brasil, cumprindo a função de impedir a participação de negras, negros e indígenas em postos de trabalho dignos e de assegurar a conservação das desigualdades sociais e das estruturas tradicionais da sociedade brasileira. Segundo Alves (2007, p. 99) “o trabalhador branco europeu passou a constituir o proletariado industrial e o trabalhador negro recém-liberto tornou-se agregado social.”

Para Souza e Macedo (2019), no processo de desenvolvimento do capitalismo brasileiro, a mão de obra excedente já existente antes da abolição, era também composta pela população rural, o que expandiu vertiginosamente o excedente e as expressões da “questão social”. O modelo agroexportador no Brasil, em que a produção agrícola é organizada para atender as demandas de outros países, determinava uma população notavelmente rural. Contudo, a necessidade de diversificação econômica decorrente do declínio desse modelo agroexportador¹³ e da decorrente da crise de 1929 conduziram a um processo de industrialização, liberando uma quantidade significativa de mão de obra, a qual se dirigia às cidades recém-criadas no processo de industrialização, intensificando o êxodo rural (Souza & Macedo, 2019).

Segundo Silva (2005), o processo de precarização do trabalho mostra a incapacidade do atual MP manter o trabalho assalariado como forma predominante de inserção social e de acesso à renda. Assim, o desenvolvimento capitalista após destruir:

o campesinato e boa parte dos artesãos urbanos, desertificando regiões inteiras, apelando para o exército industrial de reserva dos trabalhadores imigrantes, criando concentrações urbanas desumanas e inadmissíveis, ele condena milhões de assalariados e jovens ao desemprego estrutural, isto é, marginalização, passando facilmente à decadência social (Silva, 2005, p. 73).

Neste contexto, de mudanças no mundo do trabalho orientadas pelas necessidades de acumulação do capital, ocorre a progressiva expansão de pessoas vivendo em situação de rua nos grandes centros urbanos do Brasil (Silva, 2009).

O acelerado processo de urbanização no Brasil foi acompanhado de violenta e profunda desigualdade. Trabalhadoras e trabalhadores precarizados do campo,

¹¹ Lei de terras - priorização da concentração latifundiária em detrimento de pequenas propriedades geridas por pequenos camponeses na composição do campo – terra transformada em mercadoria (Moura, 2019).

¹² Para Alves (2007, p. 99), “a opção pelo trabalho livre do imigrante branco, incentivada pelas políticas de Estado da Velha República, contribuiu para sedimentar a exclusão do trabalhador negro liberto.”

¹³ A despeito deste declínio do modelo agroexportador, o agronegócio continua sendo uma atividade econômica importante no Brasil.

expropriados dos seus meios de vida, destituídos de terras para trabalhar e negligenciados pelo Estado, foram empurrados para espaços urbanos carentes de bens e serviços, como moradia, trabalho, saneamento, transporte, água potável, saúde, assistência social, cultura, lazer e educação (Kohara & Comarú, 2023). Essa dinâmica “aprofunda as injustiças socialmente construídas e historicamente acumuladas e que tem contribuído para piora das condições de vida urbana para a maior parte da população” (Kohara & Comarú, 2023, p. 32).

Com o processo de industrialização, a produção e mercantilização do espaço urbano ganhou destaque no processo de acumulação capitalista. As trabalhadoras e os trabalhadores das camadas mais vulnerabilizadas e precarizadas da superpopulação relativa ou exército de reserva foram impedidos de acessar infraestrutura, reproduzindo no espaço urbano, de forma exacerbada, a lógica da “casa grande e senzala”¹⁴ (Kohara & Comarú, 2023). De acordo com Faleiros (2004, p. 55), “os equipamentos urbanos de consumo coletivo são implantados em relação ao confronto de forças, favorecendo os bairros burgueses e atendendo secundariamente às pressões sociais”.

O desenvolvimento da dinâmica societária forma novas expressões da “questão social”, delegando às populações superexploradas lugares e papéis sociais inferiores, que por vezes invisibilizam o “complexo de rupturas e continuidades” do modo de produção colonial escravocrata ao capitalista (Moura, 2019). Ao desconsiderar os nexos entre economia e sociedade, a desumanização imposta às pessoas escravizadas foi atualizada no mito da democracia racial¹⁵ (Moura, 2019).

Em conformidade com o argumento de Kohara e Comarú (2023, p. 31), o passado se reapresenta na cena histórica contemporânea: “o desenvolvimento econômico brasileiro orientado conforme os interesses do grande capital, investidores, especuladores, extrativistas e a acumulação de riqueza nas mãos de poucos, vem cada vez mais ampliando a desigualdade econômica do país constituída há vários séculos”. Quem paga o preço são as trabalhadoras e os trabalhadores, com repercussões proporcionais aos lugares que ocupam no mercado de trabalho informal e na superpopulação relativa.

Com o propósito de naturalizar essa hierarquização na divisão social do trabalho livre/assalariado e suas diversas expressões, como a desigualdade social e a situação de

¹⁴ Lógica da “casa grande e senzala” – simboliza a atualização das relações de poder entre senhores e escravos.

¹⁵ Mito da democracia racial – construído ideologicamente para criar a ideia de igualdade entre negros e brancos e escamotear a realidade de desigualdade social entre negros e brancos, isto é, a segregação dos negros no Brasil.

rua, a construção ideológica de um pensamento social que moraliza e criminaliza a pobreza, tomando-a como uma questão isolada e de responsabilidade unicamente individual ou de um grupo social, encobrindo a realidade e conservando a ordem social vigente, se torna imprescindível. Por isso, desde a colonização até o presente, o sistema de ideias e valores reforça a responsabilidade individual e a meritocracia (Moura, 2019).

A ideia de que todas, todos e todes tiveram as mesmas oportunidades deixa latente que a PSR existe para que o capital continue avançando (Kohara & Comarú, 2023). Assim, a humanização e até mesmo o reconhecimento como sujeito de direitos¹⁶ estão condicionados à capacidade financeira de cada pessoa, sendo o poder aquisitivo naturalizado como um mérito a ser conquistado e a produção e reprodução das desigualdades sociais pela acumulação capitalista ignoradas (Kohara & Comarú, 2023).

Parafraseando Ianni (1989), a mesma sociedade que fabrica a abundância de bens e riquezas fabrica as desigualdades que constituem a situação de rua. A narrativa moralizante expressa parte da construção ideológica cujo objetivo é esconder que a acentuada presença de pessoas morando em espaços públicos dos grandes e médios centros urbanos é constitutiva da sociedade capitalista. A expansão da PSR, é proporcional ao aumento da capacidade de produzir riqueza: “a economia e a sociedade, a produção e as condições de reprodução, o capital e o trabalho, a mercadoria e o lucro, o pauperismo e a propriedade privada capitalista reproduzem-se reciprocamente” (Ianni, 1989, p. 150).

Então, nos marcos do modo de produção capitalista, a PSR não está à margem da sociedade, mas repõe e sustenta a ordem social burguesa. Como bem sintetiza Sawaia (2001, p. 8): “todos estamos inseridos de algum modo, nem sempre decente e digno, no circuito reprodutivo das atividades econômicas, sendo a grande maioria da humanidade inserida através da insuficiência e das privações, que se desdobram para fora do econômico”.

O capitalismo tem a capacidade de fazer com que normalizemos contradições absurdas, como pode a sociedade do excesso produzir a PSR? Negar ou ocultar a determinação social na abordagem do fenômeno é instrumental à conservação da ordem social. Em síntese, a PSR não é uma anomalia da ordem vigente, a sociedade de classes cumpre sua função de acumular e expandir capital submetendo essa parcela da população

¹⁶ Na sociedade capitalista, a expressão “sujeito de direitos” sociais e políticos indica uma concessão na luta por humanização, isto é, em vez da classe trabalhadora lutar pelo controle da produção e socialização da riqueza, luta pelo direito ao emprego (direito de ser explorada) e ao consumo (Alves, 2007).

à violência de sobreviver desprovida dos mínimos existenciais nas e das ruas inóspitas das cidades.

Para aprofundar esta análise, que mostra a PSR como derivação da relação entre as frações da classe trabalhadora e a “questão social” produzida pela sociedade burguesa, cabe agora passar a uma análise mais detalhada das contraditórias funções do Estado e das PS na sociedade capitalista.

1.4 Estado e Políticas Sociais

Garantia de acesso versus violação de direitos nos serviços e políticas de atendimento à população em situação de rua. (CRP, 2025, p. 74)

Para Marx, segundo Bottomore (1988), o princípio estruturante da sociedade capitalista é a relação entre o trabalho assalariado e o capital. Para ele, “a contradição fundamental desse tipo de sociedade é a que existe entre a produção social e a apropriação privada, isto é, a produção social em benefício de interesses particulares” (Bottomore, 1988, 141).

No capitalismo, as forças produtivas alcançaram um grau de desenvolvimento capaz de equacionar grandes problemas da humanidade. Contudo, a estrutura da sociedade capitalista obstrui o acesso aos produtos da atividade humana à grande maioria das pessoas (Oliveira, 2005). Assim, o excedente produzido pela sociedade humana não livra a humanidade das condições de penúria: “a miséria campeia os quatro campos do planeta, em meio à intensa concentração de riquezas de tal maneira jamais ocorrida na história da humanidade” (Silva, 2005, p. 61).

O excedente possibilita uma parte da sociedade se desobrigar de realizar trabalho para garantir sua subsistência e se envolver com atividades de acumulação e administração, excluindo os demais membros da sociedade do exercício das funções políticas que poderiam abolir a exploração. Historicamente, a produção social do excedente, isto é, a produção que ultrapassa a subsistência imediata dos produtores, possibilitou que uma minoria se apropriasse privadamente dos meios de produção, criando as condições para o surgimento das desigualdades sociais.

O aparecimento do Estado ocorre nessa conjuntura de apropriação privada do excedente produzido socialmente. Neste sentido, o Estado nasceu com a função de

“exercer a sujeição de uma parte da sociedade à outra” (Mandel, 1982, p. 22), isto é, manter e acentuar as desigualdades de classe:

O aparecimento das classes sociais – classes produtoras e classes dominantes – dá assim origem ao Estado; que é a principal instituição destinada a manter as condições sociais dadas, ou seja, a desigualdade social. A divisão da sociedade em classes consolida-se pela apropriação dos meios de produção pelas classes possessoras (Mandel, 1982, p.18).

Para Marx e Engels (2005), o Estado nasce dos antagonismos de classes e, na era do capital, ele é o comitê gestor dos interesses da burguesia garantindo: liberdade de comércio, liberdade de lucrar com o trabalho dos que só têm sua força de trabalho para vender e liberdade de determinar relações sociais mantendo os privilégios de poucos em detrimento da vida de muitos.

O Estado também cumpre uma função ideológica. A sujeição da maioria pela minoria exige uma dinâmica que camufla e mistifica os processos necessários para que o mundo do capital possa funcionar plenamente e reprimir as lutas de classes (Dias, 2005).

Para legitimar e consolidar a dominação de uma classe sobre a outra, o Estado lança mão de ideias, inclusive institucionalizadas na Constituição e em leis complementares, que coagem a classe explorada/produtores a aceitar a apropriação privada do excedente por uma minoria como algo legítimo que não pode ser evitado nem impedido. Nesse processo de justificar a dominação de uma classe sobre a outra, o Estado cumpre, também, a função de integração ideológica (Mandel, 1982).

Além disso, o Estado tem relação com outro processo constitutivo da acumulação do capital: a manutenção das condições mínimas de vida de quem produz a riqueza (Faleiros, 2004). O capitalismo é contraditório e requer, “ao mesmo tempo em que explora, manter a possibilidade de reprodução da classe trabalhadora. É nesse movimento de minimizar as consequências da exploração que emerge a política social” (Oliveira & Sousa, 2022, p. 42). Dessa forma, “a vida e o trabalho não são, assim, questões individuais, mas situações coletivas e sociais que garantem a possibilidade e a efetividade da acumulação” (Faleiros, 2004, p. 34). Assim, a intervenção do Estado, a partir de um conjunto de técnicas e ações visa garantir a reprodução da classe trabalhadora:

os gastos estatais na área social compensam, assim, certas perdas e desgastes da força de trabalho e possibilitam sua reprodução num nível que ao mesmo tempo garanta a produção... e não modifique a relação fundamental entre os donos dos

meios de produção e os assalariados. Uma parte da riqueza produzida pelo próprio trabalhador é a ele destinada pela pressão das lutas sociais (Faleiros, 2004, p. 35).

Assim, é fundamental conhecer a relação do Estado com os interesses das classes sociais, principalmente na condução das políticas econômica e social, avaliando o movimento da ação estatal e quais interesses de classe que se efetivam (Behring & Boschetti, 2009).

Para Bottomore (1988, p. 221), “o marxismo clássico e o leninismo sempre ressaltaram o papel coercitivo do Estado, quase que com a exclusão de todos os outros aspectos”. Mas, o Estado, em regimes capitalistas democráticos, além de atender às necessidades e exigências do capital, tem de atender demandas populares variadas, cumprindo a tarefa de obter consentimento entre as classes. Contudo, em períodos de crise e recessão, “a incompatibilidade crescente entre as reivindicações populares e as exigências do capital provoca uma “crise de legitimidade” que não é resolvida facilmente dentro dos quadros dos regimes capitalistas democráticos” (Bottomore, 1988, p. 121).

Segundo Bottomore (1988), o século XX é marcado pela expansão da intervenção do Estado frente aos altos índices de desemprego, inflação e escassez de matéria prima. Com o objetivo de conservar o processo de acumulação e desenvolvimento econômico, realizar controle fiscal e monetário, evitar crises econômicas e agitação política, o Estado aumenta sua responsabilidade nos custos da produção e passa a ocupar diversas áreas da vida econômica e social. Assim, mais demandas são apresentadas ao Estado. O maior envolvimento do Estado aumenta sua complexidade e exige maior orçamento: “o Estado tem de financiar-se a si mesmo por meio da tributação e de empréstimos nos mercados de capital, mas não pode fazer isso de um modo que interfira no processo de acumulação e ameace o desenvolvimento econômico” (Bottomore, 1988, p. 141). Portanto, o Estado lida com limitações estruturais que forjam a inflação e crise nas finanças públicas.

A partir do exposto, pode-se descrever as funções, contradições e possibilidades das PS circunscrita nas lutas de classes.

As PS, além de alcançarem a reprodução da força de trabalho diretamente ligada à produção, atingem a parcela da população que está excluída do processo produtivo com o objetivo de garantir a sua capacidade mínima de consumir e estimular a demanda (Faleiros, 2004). Basicamente, “as políticas sociais articulam-se com o processo econômico tanto na manutenção do trabalho como no estímulo à demanda global de bens e serviços no mercado” (Faleiros, 2004, p. 41).

O financiamento das PS, mediante a “alocação de recursos que visa minimizar a pauperização do trabalhador em decorrência do processo de exploração” (Oliveira & Sousa, 2022, p. 39), é feito pelos impostos pagos por toda a população, seja na produção, seja no consumo. Este financiamento favorece o consumo e a manutenção da ordem social essencial à produção capitalista (Faleiros, 2004). Contraditoriamente, uma parte do dinheiro duramente obtido pela classe trabalhadora é revertida ao Estado, por meio do imposto cobrado nas mercadorias que consome: “os trabalhadores produzem a riqueza e ainda, quando excluídos da produção, contribuem, com os impostos para a manutenção do processo de acumulação, como consumidores e contribuintes. Em síntese, são os pobres que financiam seus próprios benefícios” (Faleiros, 2004, p. 48).

Desta forma, seja pela reprodução da força de trabalho, seja pela manutenção do consumo, as PS viabilizam a participação das trabalhadoras e dos trabalhadores, que não estão inseridos na relação de produção de mercadoria, no processo da produção capitalista de riqueza (Faleiros, 2004).

Em resumo, as PS articulam a subsistência do trabalhador e a acumulação capitalista:

apesar de aparecerem como compensações isoladas para cada caso, constituem um sistema político de mediações que visam a articulação de diferentes formas de reprodução das relações de exploração e dominação da força de trabalho entre si, com o processo de acumulação e com as forças políticas (Faleiros, 2004, p. 45).

Sumariamente, as PS são uma estratégia do Estado para lidar com sequelas da “questão social” e manter a acumulação capitalista. Posto isto, “a política social atua nas franjas da ‘questão social’, nas suas manifestações, e não na sua raiz. Dessa forma, nenhuma política social, por mais redistributiva que seja, irá superar a pobreza, condição essa estrutural do capitalismo” (Oliveira & Sousa, 2022, p. 42).

Em outros termos, as PS garantem condições mínimas para a subsistência, mas não mudam as relações de produção responsáveis pela miséria. Desse modo, por meio das PS o Estado articula o controle social, a expansão do capital e a reprodução da força de trabalho, evidenciando a proximidade existente entre o processo de acumulação de riquezas e as PS (Faleiros, 2004).

Behring e Boschetti (2009) apontam que a invasão positivista na tradição marxista produziu análises unilaterais e reducionistas no campo das PS, que “situam a emergência de políticas sociais como iniciativas exclusivas do Estado para responder a demandas da sociedade e garantir hegemonia ou, em outro extremo, explicam sua existência

exclusivamente como decorrência da luta e pressão da classe trabalhadora” (Behring & Boschetti, 2009, p. 48). Outros exemplos, nessa direção, são:

as abordagens que, ao estudar os efeitos das políticas sociais, as compreendem apenas como funcionais à acumulação capitalista, tanto do ponto de vista econômico quanto político. Pelo ângulo econômico, as políticas sociais assumem a função de reduzir os custos da reprodução da força de trabalho e elevar a produtividade, bem como manter elevados níveis de demanda e consumo, em épocas de crise. Pelo ângulo político, as políticas sociais são vistas como mecanismos de cooptação e legitimação da ordem capitalista, pela via da adesão dos trabalhadores ao sistema (Behring & Boschetti, 2009, p. 48).

Apesar de as PS assumirem essas configurações, essas análises são insuficientes e podem induzir a uma mistificação das PS, vez que não investigam seu caráter contraditório, suas múltiplas causalidades e funcionalidades e, “em consequência, não reconhecem que as políticas sociais podem ser centrais na agenda de lutas dos trabalhadores e no cotidiano de suas vidas, quando conseguem garantir ganhos para os trabalhadores e impor limites aos ganhos do capital” (Behring & Boschetti, 2009, p. 48-49).

Segundo Behring e Boschetti (2009), no debate sobre PS é comum abordagens meramente descritivas, com roupagem instrumental e técnica, esvaziadas das tensões políticas e societárias que delineiam a formulação e a cobertura das PS. Também é possível encontrar idealistas que discutem como as PS devem ser desconsiderando as condições e determinações objetivas da realidade. Esse trato na análise das PS inviabiliza sua compreensão minuciosa, bem como a elaboração de estratégias condizentes com a realidade (Behring & Boschetti, 2009).

De acordo com Behring e Boschetti (2009), para explicar o surgimento e o desenvolvimento das PS é necessário compreender sua relação com o capitalismo, a luta de classes e o Estado. Do ponto de vista histórico, o surgimento das PS se relaciona às lutas que buscam respostas para expressões da “questão social” que, dialeticamente, são afetadas pelas PS. Do ponto de vista econômico, as PS se relacionam com questões estruturais da economia e seus desdobramentos nas condições de produção e reprodução da vida da classe trabalhadora.

A PSR tem relação direta com as contradições mais fundamentais da sociedade capitalista, em especial as diversas manifestações da “questão social” em períodos de crise capitalista. No entanto, os conflitos entre as duas classes sociais fundamentais (a

classe proprietária dos meios de produção e da riqueza socialmente produzida e a classe que sobrevive e se reproduz pela venda da força de trabalho), pode resultar na realização de concessões pela burguesia, o que se manifesta, por exemplo, nas PS.

Para Faleiros (2004), as PS se desenvolvem em articulação com a inclusão, a reprodução e a exclusão da classe trabalhadora no processo de produção e com as lutas de classe. O autor destaca que, as PS, ao atenderem a trabalhadora e o trabalhador que se encontram fora do processo de produção, controla o exército de reserva e mantém a ordem social, consolidando a relação entre trabalho e benefícios sociais, mesmo para os que se encontram fora desse processo.

A discussão sobre as funções, possibilidades e limites das PS no capitalismo é controversa. Nesta pesquisa, adotamos a posição marxista, que analisa o caráter contraditório das PS, mostrando que, por serem determinadas pela luta de classes, as PS conseguem contemplar demandas do trabalho (Behring & Boschetti, 2009). Todavia, as PS não tocam nos fundamentos da sociedade burguesa, isto é, não podem banir a “questão social” e a estrutura de classes sociais. Em outras palavras, as PS proporcionam à classe trabalhadora maior acesso à riqueza socialmente produzida (Silva, 2009).

As políticas públicas e sociais não são meros instrumentos de dominação, mas conquistas duramente conquistadas pelas classes subalternas em sua luta diária pela vida. Por essa razão, não é correto enxergar as políticas sociais como meros instrumentos burgueses de apassivamento, de administração da miséria e aprofundamento da barbárie. Pois os espaços de trabalho em que se realizam as políticas sociais são administrados por trabalhadoras e trabalhadores em precárias condições de trabalho, dirigidas a trabalhadoras e trabalhadores em precárias condições de vida, e portam, por essa razão, um conjunto de contradições que, em determinadas circunstâncias, podem contribuir para processos de conscientização e organização que não devem, e maneira nenhuma, ser desprezadas (Boechat, 2022, 32).

É inegável a relevância das PS para a garantia, manutenção e ampliação de direitos que, quando materializados, atenuam as contradições sociais do desenvolvimento capitalista. Mas compreender as PS em sua totalidade requer enquadrá-las dentro de seus limites históricos-sociais para não incorrer no erro de adotar uma concepção acrítica das PS e desconsiderar sua natureza contraditória, reduzindo seu valor e importância ou exagerando suas potencialidades (Lacerda, 2015; Boechat, 2022). Em suma, “além de

limitadas estrutural e conjunturalmente, as políticas sociais são contraditórias” (Boechat, 2022, p. 32).

A análise das PS sob o enfoque materialista dialético precisa considerar as determinações econômicas, históricas, políticas e sociais, elementos essenciais para explicar seu surgimento, desenvolvimento e para situar o lugar das políticas sociais na agenda contra-hegemônica das trabalhadoras e dos trabalhadores. Estas dimensões não são componentes separados que se unem, são elementos da totalidade intimamente entrelaçados e articulados (Behring & Boschetti, 2009).

Segundo Behring e Boschetti (2009), o primeiro elemento é a natureza do capitalismo, seu grau de desenvolvimento e as estratégias de acumulação predominantes. Pois, cada momento histórico confere uma dada configuração ao capitalismo e às políticas sociais e, conseqüentemente, às condições de produção e reprodução da vida da classe trabalhadora.

O segundo é o papel do Estado na regulamentação e implementação das PS, e o terceiro é o papel das classes sociais. O Estado e a atuação dos grupos sociais que constituem as classes sociais assumem posições políticas em confronto, que são determinadas pelos interesses das classes sociais em que se situam (Behring & Boschetti, 2009). Na dimensão política, é fundamental:

compreender o papel do Estado e sua relação com os interesses das classes sociais, sobretudo na condução das políticas econômica e social, de maneira a identificar se dá mais ênfase aos investimentos sociais ou privilegia políticas econômicas; se atua na formulação, regulação e ampliação (ou não) de direitos sociais; se possui autonomia nacional na definição das modalidades e abrangência das políticas sociais ou segue imperativos dos organismos internacionais; se investe em políticas estruturantes de geração de emprego e renda; se fortalece e respeita a autonomia dos movimentos sociais; se a formulação e implementação de direitos favorece os trabalhadores ou os empregadores. Enfim, deve-se avaliar o caráter e as tendências da ação estatal e identificar os interesses que se beneficiam de suas decisões e ações (Behring & Boschetti, 2009, p. 58-59).

De maneira similar, é indispensável identificar:

as forças políticas que se organizam no âmbito da sociedade civil e interferem na conformação da política social, de modo a identificar sujeitos coletivos de apoio e/ou de resistência a determinada política social, bem como sua vinculação a interesses de classe. Essas forças sociais podem situar-se tanto no âmbito dos

movimentos sociais de defesa de trabalhadores, quanto no de defesa de interesses de empregadores e empresariado, bem como de organizações não governamentais que muitas vezes se autoproclamam “imparciais”, mas que, submetidas a uma análise mais minuciosa, acabam revelando seus interesses de classe (Behring & Boschetti, 2009, 59).

Além disso, há a dimensão cultural, que não ocupa um lugar menor na totalidade concreta e opera para justificar a condução das políticas econômicas. As políticas sociais “estão relacionadas às estratégias de hegemonia, isso significa sua configuração a partir de uma direção intelectual e moral, que está imbricada aos projetos societários com implicações para a concepção e a legitimidade de determinados padrões de proteção” (Behring & Boschetti, p. 59). Para as autoras, a adoção de políticas sociais fragmentadas na atualidade se relaciona com a retomada dos valores liberais, de responsabilização individual pela condição de pobreza.

Segundo Behring e Boschetti (2009, p. 47), as PS resultam de “relações complexas e contraditórias que se estabelecem entre Estado e sociedade civil, no âmbito dos conflitos e luta de classes que envolvem o processo de produção e reprodução do capitalismo”. A luta de classes forjou ações que asseguram a sobrevivência da classe trabalhadora, como as conquistas de políticas públicas e sociais, que expressam os conflitos entre as classes: “de um lado contribuem para a reprodução material da classe trabalhadora, por outro guardam a contradição de também contribuir para o processo de apassivamento ao estabelecido pelo ordenamento da sociabilidade capitalista” (Farage & Lacerda Jr., 2024, p. 17).

Pela dinâmica da relação de classes, a intervenção estatal mediante PS pode amortecer tensões sociais, responder a demandas da classe trabalhadora e possibilitar o consumo mínimo de bens e serviços, assegurando, ao mesmo tempo, condições para proteger a ordem social capitalista (Oliveira & Yamamoto, 2014).

No Brasil, somente na década de 1980, marcada pelo processo de transição do governo militar para um democrático, houve intensa politização e mobilização popular contra as perdas impostas pelo regime autocrático burguês e em favor da retomada de responsabilidade do Estado sobre a desigualdade social. A partir daí, nasce a Constituição de 1988¹⁷, importante marco legal no campo da proteção social e das PS no Brasil

¹⁷ Constituição Federal de 1988 – esboço de um Estado de bem-estar social (Oliveira & Yamamoto, 2014). O Estado de bem-estar social representa a tentativa de conciliar acumulação com redistribuição de renda, expandindo as PS. O Estado de bem-estar social, nos países de capitalismo central, instituído no pós-guerra,

(Oliveira & Yamamoto, 2014). A Constituição de 1988 indicava uma importante reforma democrática do Estado brasileiro e da política social, sugerindo uma configuração social-democrata (Behring & Boschetti, 2009).

A transição de um governo militar para um civil se deu pelo alto, isto é, em um processo político controlado por classes dominantes. Combinando características progressistas e conservadoras, a Constituição de 1988 foi implementada quando começava a ofensiva neoliberal, responsável por barrar a realização de vários princípios constitucionais (Oliveira, Costa & Yamamoto, 2022).

A Constituição de 1988 representou avanços relevantes nas pautas progressistas dos movimentos sociais, mas a atuação das classes com poder econômico e político nessas negociações impôs limites conservadores e aquém do que defendiam os movimentos populares participantes da redemocratização (Oliveira, Costa & Yamamoto, 2022). Além disso, do ponto de vista material, a Constituição Federal de 1988 enfrentou inúmeros obstáculos para se concretizar (Lacerda, 2022; Behring & Boschetti, 2009). Os anos 1990 foram marcados por desmonte e reformas contrárias às conquistas de 1988, conforme descrito por Behring e Boschetti (2009, p. 148):

“reformas” orientadas para o mercado, num contexto em que os problemas no âmbito do Estado brasileiro eram apontados como causas centrais da profunda crise econômica e social vivida pelo país desde o início dos anos 1980. Reformando-se o Estado, com ênfase especial nas privatizações e na previdência social, e acima de tudo, desprezando as conquistas de 1988 no terreno da seguridade social e outros – a carta constitucional era vista como perdulária e atrasada -, estaria aberto o caminho para o novo “projeto de modernidade”.

Nos anos 2000, a primeira ascensão do PT ao poder executivo nacional, a despeito da ambivalência de servir a dois senhores, viabilizou melhoras nos indicadores sociais se comparado a períodos anteriores (Oliveira, Costa & Yamamoto, 2022). As fugazes concessões democráticas comuns em governos ditos de esquerda, reforçaram o caráter minimalista dos direitos sociais em formações sociais capitalistas tardias e periféricas, bem como a pacificação da classe trabalhadora e prevenção de insurgências. Contudo, a criminalização dos pobres e a inexistência de PS para reduzir a desigualdade social seguem sendo a regra do Estado brasileiro e se agravam em governos de direita (Lacerda, 2022).

estabelece PS amplas e universais, representando acesso ao consumo e conquistas no campo da seguridade social, aumentando expressivamente os gastos sociais (Behring & Boschetti, 2009).

Portanto, no Brasil, a despeito das lutas por democracia terem buscado uma perspectiva universalizante, o avanço do projeto neoliberal resultou na fragmentação e parcialização das PS, conferindo limites de cobertura e abrangência em detrimento das políticas universais (Silva, 2009).

Assim, as diversas manifestações da “questão social” vêm sendo enfrentadas de forma setORIZADA, por meio de políticas sociais específicas, sem integração entre elas (Oliveira & Yamamoto, 2014). A “questão social” vem sendo dividida em duas esferas:

esteve sob domínio da filantropia e da esfera privada até a década de 1930, passando, então à esfera do Estado ao dicotomizar-se em ‘questão dos trabalhadores’ (responsabilidade do Estado) e ‘questão dos pobres’ (sinônimo de problema social e alvo da filantropia). Até essa cisão, não se podia falar em políticas sociais sistematizadas no Brasil (Oliveira & Yamamoto, 2014, p. 25).

No capitalismo as necessidades sociais são objeto de disputa das classes com interesses contraditórios e no estágio neoliberal essa disputa é intensificada. De um lado, o Estado é pressionado pelo projeto que luta pela coletivização e ampliação de direitos; por outro, o projeto dos representantes da classe com interesses contrários à consolidação coletiva dos direitos pressiona o Estado a reduzir gastos com as necessidades sociais, o que inviabiliza a expansão das PS, e, conseqüentemente, o acesso a direitos (Behring & Boschetti, 2009). A partir de Dias (2005), pode-se notar que se trata de um embate entre projetos antagônicos:

A educação, a saúde, os direitos sociais, todas as formas de intervenção das classes sociais são perpassadas por este embate, são moldadas pela racionalidade dominante aparecendo como despesa, gasto, como limitação ao pleno desenvolvimento da racionalidade capitalista traduzida em racionalidade de toda a sociedade. O que está em jogo é a construção ou não dos sujeitos históricos da transformação social, do sujeito revolucionário (p. 59).

A “questão social” é tratada pelo Estado nas PS a partir do direito formal, que discute a igualdade de oportunidades em detrimento da igualdade de condições (Behring e Boschetti, 2009). No capitalismo, o direito de viver dignamente é abolido e, no caso das pessoas que são impelidas a viver nas e das ruas, a ausência do direito de viver se materializa cotidianamente nas violações que sofrem, isso impõe à PSR o desafio de se organizar coletivamente. Todas as mudanças sociais no Brasil somente ocorreram com a organização e mobilização dos sujeitos envolvidos.

Para continuar esta análise, que mostra as contraditórias funções do Estado e das PS, cabe destacar como a crise sistêmica do capital e o neoliberalismo ampliam a dimensão destrutiva do capital e impactam a PSR.

1.5 Crise e Neoliberalismo

As crises financeira e sanitária impõem mais desigualdades sociais. Povo com fome, dor e desemprego, a periferia pras ruas mais e mais.
(Vanilson Torres, MNPR, 2024)

A PSR é expressão da barbárie capitalista. O crescimento elevado e acelerado da “questão social” e da PSR como uma de suas manifestações, no cenário atual, advém das crises capitalistas e das medidas lançadas pelo capital para lidar com os momentos de recessão e depressão. Como afirmam Netto e Braz (2006), a história de todo o desenvolvimento do MPC é marcada por prosperidade, recessão e depressão. A crise no capitalismo não é uma falha que pode ser eliminada, a crise é uma contradição essencial e constitutiva do capitalismo, o qual, para se restabelecer e ampliar as condições de expansão econômica, precisa adotar novos meios de expropriação que reproduzem e dilatam suas contradições.

No final dos anos 1960, a fase expansiva do capitalismo começou a dar sinais de esgotamento, anunciando a chegada de um período de estagnação (Behring & Boschetti, 2009). Até os anos 1970 as crises capitalistas eram alternadas com desenvolvimento econômico. A crise estrutural do capitalismo mundial, iniciada na década de 1970, ao provocar queda das taxas de lucro e estagnação do crescimento e dos padrões de acumulação, impôs contra a classe trabalhadora uma grande ofensiva do capital (Silva, 2005). Com isso, as últimas décadas do século XX foram marcadas por efeitos devastadores nas “condições de vida e trabalho das maiorias, rompendo com o pacto dos anos de crescimento, com o pleno emprego e com o desenho social democrata das políticas sociais” (Behring & Boschetti, 2009, p. 155).

A partir de meados da década de 1970, houve intensificação da exploração, crescimento do desemprego e da desigualdade social, processo incrementado com a falência de todas as tentativas de colocar limites à expansão do capital (Farage & Lacerda Jr., 2024).

O neoliberalismo nasceu como resposta “teórica e política veemente contra o Estado intervencionista e de bem-estar” (Anderson, 1995, p. 9). No pós-guerra, o Estado de Bem-Estar Social ampliou as PS e universalizou os direitos sociais “ligados ao trabalho, como salário mínimo, condições de trabalho, seguro-desemprego, aposentadorias, pensões” (Behring & Boschetti, 2009, p. 182), mediante implementação de políticas de saúde, educação, assistência social, habitação. Para Alves (2007, 115), “o Estado neoliberal tende a suceder, sob determinadas condições histórico-políticas, o Estado social”, provocando reconfiguração das PS.

De acordo com Behring e Boschetti (2009), a intervenção estatal na regulação do comércio exterior, de mercados financeiros, das relações de trabalho e a proteção social conquistada pelos sindicatos e movimentos sociais são tomadas como responsáveis pela estagnação da acumulação. Anderson (1995) mostra que as ideias neoliberais ganharam terreno no contexto da grande crise do capitalismo de 1973, orientando ataques às lutas sindicais por direitos sociais e políticas de cortes dos gastos com bem-estar, adoção de reformas fiscais (políticas de austeridade fiscal) e redução de impostos para os altos rendimentos.

No contexto neoliberal, a precarização atinge a parcela do proletariado que, a partir da luta social e política, conquistou direitos previdenciários e trabalhistas (Alves, 2007). Em suma, busca dissolver os ganhos da classe trabalhadora constituídos pela luta de classes para frear a ânsia destrutiva do capital por lucro no decorrer do século XX por meio do Estado social (Alves, 2007). Isto representa a perda de direitos arduamente acumulados pela classe trabalhadora durante anos de luta.

Na doutrina neoliberal, desigualdade e livre mercado são forças motrizes do desenvolvimento econômico. Assim, atacar toda função democrática do Estado, favorecendo a livre circulação de capital e conferindo caráter minimalista às políticas públicas com a finalidade de suprimir ou reduzir direitos e garantias sociais, tornam-se prioridades de governos neoliberais (Anderson, 1995). A defesa do “Estado mínimo” na prática significa “Estado mínimo para o trabalho e máximo para o capital” (Netto & Braz, 2006, p. 227).

As medidas neoliberais adotadas não solucionaram a crise do capitalismo (não proporcionaram crescimento econômico), contudo, provocaram aumento do desemprego, destruição de postos de trabalho, redução dos salários, aumento da oferta de mão-de-obra e redução de gastos com as políticas sociais (Behring & Boschetti, 2009).

No Brasil, sob o viés democrático há a tentativa de disfarce do projeto neoliberal que aprofunda a descomunal desigualdade social da formação social brasileira através do elemento da mistificação (Netto, 1995). Para Behring e Boschetti (2009), as conquistas constitucionais, no período de redemocratização, apesar de incorporarem propostas orientadas pelos princípios da universalização, responsabilidade pública e gestão democrática das PS, convivem com a contrarreforma neoliberal. A partir da década de 1990, as condições políticas e econômicas intensificaram a fusão de ideologias conservadoras e neoliberais, que inviabilizaram a materialização dos princípios democráticos e dos direitos sociais. Para Behring e Boschetti (2009, p. 204):

Os anos 1990 até os dias de hoje têm sido de contrarreforma do Estado e de obstaculização e/ou redirecionamento das conquistas de 1988, num contexto em que foram derruídas até mesmo aquelas condições políticas por meio da expansão do desemprego e da violência.

Isto demonstra a tensão existente entre o marco legal (Constituição de 1988 e legislação complementar que veio em seguida) e as condições reais em tempos de neoliberalismo e barbárie. Pesquisas como a de Silva (2009) mostram como o projeto neoliberal produziu mudanças no mundo do trabalho, elevou a superpopulação relativa e intensificou a desigualdade social. Para a autora, existe relação de determinação entre as mudanças no mundo do trabalho provocadas pelo neoliberalismo e o processo de expansão da PSR no Brasil.

Segundo Netto e Braz (2006), a precarização, a informalização das relações de trabalho, a reformulação da intervenção do Estado no neoliberalismo e a adoção de pautas minimalistas para as PS, resultaram no redimensionamento da “questão social”. Da mesma forma, muda a gestão dos pobres, os quais cada vez mais enfrentam a criminalização (Netto & Braz, 2006).

Conforme Oliveira e Yamamoto (2014), no neoliberalismo, a precarização do trabalho e o desinvestimento nas PS são acompanhados de vários outros retrocessos, como a precarização e privatização dos serviços públicos. A precarização é manifesta na oferta de serviços deteriorados e sem financiamento, com necessidade de comprovação da “condição de pobreza” para acessar serviços sociais básicos. Por outro lado, há a privatização. Segundo Alves (2007), as políticas neoliberais garantem inclusive a apropriação privada do fundo público. A privatização se dá pela mercantilização dos

serviços sociais e pela transferência de responsabilidade do Estado para a “sociedade civil”¹⁸. Assim:

a responsabilidade pelas sequelas da “questão social”, no projeto neoliberal, passa do Estado para uma ‘parceria’ com dois outros ‘setores’, o mercado (privatização) e a sociedade civil (ação solidária, filantrópica, voluntária). A consequência desse processo é um atendimento segmentado, com oferta de serviços de qualidade diferenciada conforme a capacidade de pagamento do usuário (Oliveira & Yamamoto, 2014, p.36).

A flexibilização das condições de trabalho, o corte dos gastos sociais pela precarização dos serviços públicos, o controle e a repressão do movimento sindical, a desregulamentação dos mercados e as privatizações no setor de serviços (o Estado subsidia e compra serviços privados), são medidas neoliberais que beneficiam o mercado financeiro em prejuízo das necessidades fundamentais da classe trabalhadora (Lacerda, 2013; Oliveira & Yamamoto, 2014).

Na era neoliberal, com a crise estrutural do capital e crise do Estado de Bem-Estar Social, se intensifica o processo de fragmentação da classe trabalhadora e a barbárie deixa de ser sazonal. A degradação, destruição e descartabilidade da força de se tornam permanentes e incontornáveis nos marcos do capitalismo em crise (Alves, 2007; 2021).

O esgotamento das concessões políticas do capital, a adoção de políticas neoliberais e os limites estruturais do Estado de Bem-Estar Social impõem a barbárie permanente e determinam uma nova forma de ser da classe: coletivos sociais se fragmentam com a ideologia neoliberal do empreendedorismo e o horizonte das lutas é reduzido à sobrevivência diária. A pandemia do coronavírus aprofundou a barbárie social, o que é revelado por indicadores de adoecimento psicológico no mundo do trabalho (Alves, 2021).

A luta por sobrevivência deixa de ser exclusiva dos miseráveis excluídos do mundo do trabalho que se dedicam a não morrer de fome e se torna preocupação fundamental dos que estão integrados ao mundo do trabalho. Neste caso, assombrados pelo fantasma da miserabilidade se dedicam à luta pela sobrevivência (Alves, 2021).

Na perspectiva ideológica neoliberal, proletários e miseráveis almejam apenas a realização de suas expectativas pessoais. A população que está posicionada socialmente

¹⁸ Sociedade civil neste contexto, não é uma referência aos movimentos sociais ou populares, equivale a organizações não governamentais (ONGS) que, mediante ‘parceria’ com o Estado, disputam recursos públicos (Oliveira & Yamamoto, 2014).

em posição inferior ao proletariado, o lumpemproletariado, não se revolta contra a ordem burguesa, mas direciona seus esforços para integrar-se nela (Alves, 2021).

Behring e Boschetti (2009) destacam o crescimento dos gastos públicos com prisões e polícia, em detrimento dos gastos sociais, como feição da regulação da miséria nos marcos do capitalismo em crise. Para as autoras, a indústria do encarceramento, criada pela guerra às drogas (guerra às pessoas pobres e pretas), amontoa pobres em condições subumanas nos presídios. Ao depositar os considerados refugos do mercado nos presídios oprime a inquietação de grupos sociais nos grandes centros urbanos. Além disso, sob o argumento do combate às drogas as forças policiais têm autorização para matar. Isto mostra “a miséria do Estado para superar o estado da miséria, no contexto do ajuste fiscal neoliberal” (Behring & Boschetti, 2009, p. 258).

Segundo Farage e Lacerda (2024), a crise capitalista também se associa com o fortalecimento da extrema direita no mundo e no Brasil, reforçando e intensificando a polarização social, a intolerância e banalização da vida de grupos historicamente explorados e oprimidos. Lacerda (2022) observa que em um país capitalista dependente como o Brasil, a militarização na administração da “questão social” é uma tendência presente mesmo quando o aparato estatal é ocupado por vertentes “democráticas”. No entanto, é inegável que avança e ganha maior expressão e robustez quando a direita ou extrema direita está no poder.

Os governos de direita e extrema direita, além de desfigurarem as propostas mais progressistas das PS, assumem claramente a perspectiva autoritária e militarizada no tratamento das refrações da “questão social” (Lacerda, 2022). O processo de incrementar os ataques do capital contra a classe trabalhadora promovido por governos de direita e extrema direita promove piora generalizada das condições de vida da população em geral com mais precarização, mais violência, mais desmonte de políticas públicas e menos direitos. No caso da PSR, arbitrariedades como encarceramento, internação compulsória, retirada obrigatória e catequização que não passam de higienização social são frequentes.

Em síntese, esse caráter essencialmente destrutivo do capitalismo se incrementa na atualidade. A gradual diminuição do Estado e a adoção de políticas de austeridade cada vez mais perversas decorrentes do projeto neoliberal impõem perdas à classe trabalhadora, aprofundam as desigualdades sociais, intensificam a “questão social” e deterioram as condições gerais de vida da população, mostrando a subordinação das necessidades humanas aos interesses do capital. Todo esse processo requintado pela ideologia de direita e extrema direita e pela pandemia do coronavírus brutaliza as

condições de vida das frações sobrantes e excedentes da classe trabalhadora, inclusive, da PSR. Neste cenário, o debate e a luta

pela ampliação dos direitos e das políticas sociais é fundamental porque engendra a disputa pelo fundo público, envolve necessidades básicas de milhões de pessoas com impacto real nas suas condições de vida e trabalho e implica um processo de discussão coletiva, socialização da política e organização dos sujeitos políticos (Behring & Boschetti, 2009, p. 261).

Em resumo, neste capítulo, a partir de Silva (2009), defendemos que a PSR é uma expressão radical da “questão social” e constitutiva da sociedade capitalista. Apresentamos as contraditórias funções do Estado e os limites das PS no contexto do capitalismo e do capitalismo em sua fase neoliberal. Abordamos, ainda, a relação existente entre expansão da PSR, crise do capital e neoliberalismo, bem como os seus impactos no cotidiano das pessoas que vivem em situação de rua: mais precarização, mais violência e criminalização. Na sequência, expomos uma síntese das características e modos de vida da PSR, articulando as dimensões identificadas por Silva a estudos psicossociais e informações demográficas e sociodemográficas atuais. Além disso, discute-se o complexo processo de organização e luta da PSR, a conquista da PNPSR e suas repercussões.

2 – Quem Sobrevive nas Ruas, Becos, Viadutos, Praças, Marquises e Calçadas da cidade?

*Mendigo¹⁹ que vive na rua, no mundo da lua,
pedindo um trocado, que sofre um bocado por um
pedaço de pão, mendigo coitado, é muito
maltratado, é ofendido e humilhado, que vida
sofrida nas noites frias, morando na calçada,
andando descalço, sem ter um cobertor, por um
único momento encontrar o amor, mendigo pedindo
esmola, sem ter o que comer, mendigo não vai à
escola, por não ter onde viver.
(Izabel Cristina Milano, 04/03/1978, citada por
Mello, 2011, p. 71)*

¹⁹ A expressão “mendigo”, apesar de ser comumente utilizada de forma pejorativa para designar pessoas em situação de rua, nesta citação literal é usada de maneira poética.

Este capítulo apresenta uma descrição sobre quem é e como vive a PSR no Brasil. Para tanto, considera processos que levam as pessoas a terem a rua como locus de moradia e trabalho, assim como desvela aspectos peculiares da sua sociabilidade, revelando a dinâmica das ruas, modos de vida (costumes) e formas de conhecimentos que são próprios à PSR. Coerente com o exposto no capítulo anterior, os aspectos nucleares da PSR são articulados com processos históricos e sociais inerentes ao capitalismo.

Antes de descrever quem é e como vive a PSR no Brasil, o capítulo faz algumas considerações sobre categorias outrora utilizadas para descrevê-la e o papel que a categoria “PSR” buscou cumprir. Em seguida, destaca a relação da PSR com as PS, observando as potencialidades e contradições do processo de organização e luta política da PSR como movimento social, o MNPR, assim como a conquista da PNPSR como uma resposta do Estado às demandas historicamente negligenciadas. Ao final, o capítulo aponta alguns desafios na efetivação da PNPSR.

2.1 População em Situação de Rua: a fração da classe trabalhadora mais afetada pela contradição capital-trabalho

*A árvore que não dá fruto
É xingada de estéril.
Quem examinou o solo?
O galho que quebra
É xingado de podre, mas
Não haveria neve sobre ele?
Do rio que tudo arrasta
Se diz que é violento
Ninguém diz violentas
Às margens que o cerceiam.
(Bertold Brecht)*

Historicamente, a situação de rua foi concebida como desvio moral, portanto, culpa de quem vivencia a situação (Silva, 2009). Apesar das condições sociais de escassez e insegurança material, as teorias explicativas atribuíam ao indivíduo a culpa pelo seu sofrimento e não às condições objetivas de vida na qual se encontravam, mesmo que fossem identificadas como agravante de uma vida saudável à população (Silva, 2014).

Diversos termos utilizados para denominar o grupo de pessoas que habita e vive nas ruas das cidades remetem à culpabilização individual, estigmatização, discriminação ou criminalização: “mendigo”, “indigente”, “morador de rua”, “louco de rua”, “vadio”, “bandido”, “vagabundo”, “pedinte”, “desocupado”, “sujo”, “carente” (Silva, 2009).

A categoria “PSR” surge buscando evitar uma carga que é estigmatizadora, culpabilizadora, desqualificadora, criminalizadora etc. (Melo, 2017). Em outras palavras, a categoria “PSR” foi criada com a finalidade de desnaturalizar a vida nas ruas como condição dada a priori, humanizar as pessoas que vivem nas ruas e combater a utilização de termos pejorativos e estigmatizantes utilizados em diversos contextos (acadêmico, literatura ficcional, código penal, grupos religiosos, trabalhos voluntários e filantrópicos, na assistência do Estado e entre os próprios sujeitos que vivem nas e das ruas) (Melo, 2017).

A partir da segunda metade dos anos 1990, na tentativa de superar expressões consideradas estigmatizantes e apreender a complexidade e diversidade do fenômeno, a literatura sobre o tema passa a utilizar os termos “população de rua” e “PSR”, sugerindo a “heterogeneidade de grupos fragilizados em seu viver que, ocupam e utilizam o espaço público como forma de realizar a manutenção dos diversos aspectos de suas vidas” (Melo, 2017, p. 75).

Apesar da dificuldade de abarcar a dimensão cotidiana de vivências sociais diversas em uma mesma categoria, as expressões mencionadas evidenciam a busca por um termo geral para descrever modos de vida que compartilham certas condições em comum (Melo, 2017). Esta tentativa de classificar as formas de viver na rua com termos que sugerem um coletivo demonstram a relevância de “reconhecer a necessidade de dotar determinado segmento de direitos, tais como políticas sociais e, paralelamente, apontam os fatores que impedem a realização plena de suas potencialidades conforme as características específicas” (Melo, 2017, p. 78).

As disputas classificatórias entre categorizações estigmatizantes e as categorias que humanizam, teve papel fundamental no processo de luta por conquista e expansão das garantias sociais (Melo, 2017). As transformações nos termos utilizados para designar estas condições de vida, marcadas pela potilização da categoria “PSR” favoreceram o acesso a direitos. Segundo Melo (2017, p. 88), é notório que a categoria “PSR”:

não dá e nem poderia dar conta da pluralidade de modos de viver e habitar a rua, visto que, por princípio, categorizações são da ordem da generalização. Ao mesmo tempo, ela oferece uma imagem a ser vista, constitui vocabulário comum e marca

um momento político de disputas, ampliando o leque das possibilidades de incorporar direitos e serviços específicos a um segmento populacional heterogêneo, fragmentário, cambiante e de fronteiras fugidias.

Entendemos, a partir do nosso referencial teórico, que, para além dos limites apresentados, há outros limites na expressão “PSR”. Ela carrega contradições que acabam maquiando as tensões inerentes à sociedade do capital. O termo “PSR” pode esconder o fato de que a PSR não está à margem da equação do capital, deixando de revelar que ela é a fração da população sobrando e supérflua da classe trabalhadora criada pelo processo de intensificação da exploração do capital (Silva, 2009).

A crítica à categoria “PSR” não equivale ao seu abandono e sim emprego definido. Silva (2009), com o objetivo de superar análises que desconsideram o caráter multidimensional, complexo e contraditório da PSR, desviando a atenção das determinações sistêmicas, realizou um denso estudo em sua dissertação de mestrado, na qual defende a PSR como:

uma síntese de múltiplas determinações, inerentes à sociedade capitalista, cuja origem e expansão vinculam-se aos processos intrínsecos à acumulação do capital, distinguindo-se, dessa forma, como um fenômeno produzido socialmente no contexto de formação de uma superpopulação relativa às necessidades médias de expansão do capital (Silva, 2009, p. 13).

Portanto, a PSR é produzida pelos processos estruturais da dinâmica social capitalista, “mais especificamente nos conflitos referentes à esfera da socialização da produção e apropriação privada dos lucros e condições de trabalho” (Souza & Macedo, 2019, p. 2).

Em consonância com Silva (2009) e Souza e Macedo (2019), neste trabalho, problematizamos a existência da PSR no capitalismo. O MPC, conforme exposto no capítulo anterior, exacerba a brutalidade da espoliação e nos aproxima do esgotamento de possibilidades civilizatórias. Neste processo, um setor da classe trabalhadora se torna cada vez mais descartável. A PSR se conecta diretamente ao MPC como excedente que se torna objeto do sistema prisional, das políticas de morte de combate às drogas e da indústria das comunidades terapêuticas.

Recapitulando uma tese trabalhada no primeiro capítulo, a PSR é expressão radical da “questão social”, isto significa que a PSR expressa contradições fundamentais da nossa sociedade. A “questão social” é um imperativo do desenvolvimento capitalista,

portanto, distintos momentos desse desenvolvimento produzem diversas manifestações da “questão social”.

Para Netto (2012), a caracterização da “questão social” não pode abstrair as particularidades histórico-culturais e nacionais. Sendo assim, a análise da “questão social” como produto dialético do capitalismo não descarta a necessidade de se apreender suas múltiplas manifestações e formas concretas, como é o caso da PSR, pois essa compreensão constitui o alicerce para seu enfrentamento (Silva, 2009).

Em sua pesquisa Silva (2009) identificou seis aspectos inerentes à PSR: múltiplas determinações, expressão radical da “questão social” na contemporaneidade, localização nos grandes centros urbanos, criação e propagação de estereótipos estigmatizadores da população, particularidades regionais e tendência à naturalização do fenômeno.

Sobre as múltiplas determinações da vida da PSR, Silva (2009) destaca elementos como: vínculos familiares e comunitários rompidos ou fragilizados, ausência ou insuficiência de trabalho formal e renda e inexistência de moradia. Tudo isso, leva à utilização de espaços públicos e áreas degradadas como espaços, temporários ou permanentes, de moradia e sustento.

Para a autora, as estratégias de sustento particulares à vida nas ruas são responsáveis por concentrar a PSR em locais de maior atividade econômica, municípios de médio e grande porte. Já o preconceito em relação às pessoas em situação de rua, legítima e confere robustez às teorias explicativas que culpabilizam a PSR pela condição vivenciada. As particularidades regionais e territoriais, além da individualidade e singularidade de cada pessoa e história, também, determinam o perfil da PSR em cada local. A escolha deliberada de não vincular a situação de rua às contradições da sociedade capitalista naturaliza a existência de pessoas vivendo em situação de rua.

A PSR é uma expressão radical da “questão social”, então, é importante sempre ter em mente que a PSR nada mais é que uma parcela da classe trabalhadora.

2.2 Quem são as pessoas em situação de rua e quais suas características?

*As calçadas duras e frias da cidade são cobertas por
um tipo de tapete estranho. É tão estranho que a
gente pisa, mas não vê: gente.
(Sérgio Vaz)*

Retomando dados do levantamento realizado pelo OBPopRua/UFGM (2025): 358.553 pessoas vivem em situação de rua no Brasil. A PSR é majoritariamente negra (69%) e masculina (85%), a faixa etária predominante encontra-se entre 18 e 59 anos (87%), a maior parte sobrevive com renda mensal de até R\$109 (85%), muitos têm ensino fundamental incompleto (42%) e chama a atenção o percentual de pessoas em situação de rua com algum tipo de deficiência (14%).

O fato de a PSR ser composta majoritariamente por pessoas negras (69%) confirma a construção e o acúmulo de injustiças, com forte marca do recorte racial. Na atualidade, a população negra continua sendo a que menos tem acesso a direitos sociais e submetida às piores condições de vida, ocupando os espaços mais precarizados da sociedade (Medeiros, 2020). Tal situação é expressão da raça operando como arma ideológica de exploração, opressão e dominação pelo Estado brasileiro (Moura, 2019).

Além do recorte racial, é imprescindível observar o recorte de gênero, dado que a maioria das pessoas que vivem na condição de rua são homens. A literatura aponta que isso se relaciona com a figura do provedor construída pelo patriarcado (Medeiros, 2020). Trabalhadores que compõem a camada mais precarizada da superpopulação relativa, ao não serem absorvidos pelo mercado de trabalho formal e incapacitados de suprir economicamente suas necessidades básicas e/ou de seu grupo familiar, se culpam por não terem conseguido “ser homem suficiente” ou terem “fracassado” enquanto referência familiar (Melo, 2011). A culpa acaba atuando como processo que potencializa o processo de “rualização”.

Entre 2015 e 2022, 2% do total de situações de violência notificadas no SINAN tiveram como motivação principal a condição de situação de rua da vítima (48.608 notificações), o que representa uma média de 17 notificações por dia. Quanto às mulheres, apesar de elas representarem um percentual muito menor das pessoas vivendo nas ruas, segundo Relatório Preliminar sobre PSR do MDHC (2023), foram vítimas de 40% dos casos de violências notificados em 2022. Na situação de rua, as mulheres, além de estarem expostas às violências que a condição de rua impõe, são vítimas de violência de gênero, sendo a violência sexual uma constante na vida dessas mulheres, que muitas vezes já chegaram às ruas por conta de violências dessa natureza (Medeiros, 2020).

Para Silva (2009, p. 125) “existem condições ou características comuns que permitem identifica-las (pessoas em situação de rua) como um grupo populacional diferenciado”. A autora destaca três condições definidoras da PSR que precisam ser consideradas e articuladas entre si: pobreza extrema, vínculos familiares interrompidos

ou fragilizados, inexistência de moradia convencional regular e a utilização da rua como espaço de moradia e sustento, de forma temporária ou permanente.

A pobreza extrema é uma característica central que subordina a PSR à estrutura da sociedade capitalista que nega acesso às riquezas socialmente produzidas (Silva, 2009).

A maior parte das pessoas em situação de rua, 92%, não vive com suas famílias nas ruas e, apesar de possuírem referência familiar, nunca ou quase nunca mantém contato com familiares fora da condição de rua (61%), pois os vínculos afetivos e de solidariedade que as unem se encontram fragilizados ou interrompidos (MDCH, 2023).

No Relatório Preliminar sobre PSR do MDHC (2023), os motivos apontados para a situação de rua foram: problemas familiares (44%), desemprego (38%), alcoolismo/drogas (28%), perda de moradia (24%), outros motivos (10%), não respondeu o motivo da condição de rua (6%), ameaça (4%), trabalho (4%), tratamento de saúde (3%), preferência (3%), não sabe/não lembra o motivo da condição de rua (1%).

Para Silva (2009), o traço comum dessas múltiplas determinações é a vinculação de cada um com a estrutura da sociedade capitalista. Apesar de cada pessoa ter seu drama próprio em sua biografia, há uma condição histórica e social comum: “sua produção e reprodução têm bases nos processos imanentes à acumulação do capital, no contexto de produção da superpopulação relativa ou exército industrial de reserva, excedente à capacidade de absorção do mercado de trabalho no capitalismo” (2009, p. 105-106).

Melo (2011) corrobora a análise mostrando a situação de rua como consequência de uma conjuntura complexa de rupturas que independe da vontade dos sujeitos, mesmo que eles atribuam a situação a “escolhas mal feitas”, pois frequentemente o que existe é uma trajetória marcada por inúmeros percalços “como a violência familiar e sexual, pobreza, adicção a drogas, traumas emocionais, perdas familiares e rompimentos amorosos” (Melo, 2011, p. 40).

Nos países periféricos, a manutenção das pessoas desempregadas e excluídas do processo de produção recai sobre as famílias. Entretanto, com a pauperização das trabalhadoras e dos trabalhadores, as famílias já não possuem meios para sustentar as pessoas (Faleiros, 2014). Em sua minuciosa investigação sobre o processo de rupturas que leva à rua, Melo (2011) revela a perda familiar como marcador da situação de rua. A perda pode resultar do falecimento de um ente, de alguma desavença, de não cumprir

expectativas familiares ou situações de violência recorrentes e normalmente envolve pessoas da família que são responsáveis pelo suporte financeiro e/ou emocional²⁰.

A vida nas ruas impõe, entre outros infortúnios, violência, fome, frio, insegurança e vergonha. O uso de drogas pode aparecer como um dos motivos da ida para as ruas ou como um recurso para enfrentar a nova situação, atuando ora como um paliativo que atenua perdas e contribui na adaptação física e psíquica à vida nas ruas, ora como um complicador das adversidades deste cotidiano (Melo, 2011). Para Silva (2009), o uso de álcool e outras drogas se destaca como estratégia de sobrevivência comumente adotada pela PSR: “o uso frequente de álcool e outras drogas se impõe muito mais como uma estratégia de subsistência, capaz de ampliar a alienação acerca da situação de rua” (Silva, 2009, p. 133).

A migração para outras cidades com expectativas e promessas de uma vida próspera é outro fato enumerado como motivo para a vida nas ruas. A pessoa, ao se encontrar afastada dos meios de reprodução de vida, sem casa e sem endereço (requisitos básicos para ser considerado um sujeito empregável), encontra como destino o trabalho informal, o qual não garante recursos suficientes para manutenção de uma casa, causando vergonha por ter sido incapaz de se manter economicamente e/ou manter a família (Melo, 2011). O Relatório Preliminar do MDHC (2023) identificou que 37% das pessoas em situação de rua cadastradas nas mencionadas bases de dados do governo nasceram no município atual, 59% em outro município e 4% são de outros países. Do total de migrantes internacionais, 43% são venezuelanos, 23% são angolanos e 11% afegãos.

A partir do momento em que a situação de rua está posta, resta às trabalhadoras e aos trabalhadores informais, recorrerem ao fluxo de pessoas e coisas nas ruas para conseguir condições mínimas de sobrevivência física (Melo, 2011). As pessoas em situação de rua são impelidas a fazerem uso da rua como lugar de trabalho, moradia e sociabilidade, uma condição que as expõe a humilhações cotidianas, escancarando a imaterialidade do direito à cidade. Segundo Medeiros (2020, p. 57):

o não poder entrar em uma escola ou hospital por conta de suas vestimentas ou do odor dos corpos sem banho, os olhares de medo, nojo, desdém, os pedidos ignorados, as “brincadeiras” com as precárias condições de vida, a falta de lugar

²⁰ Para acesso a diversidade de situações que figuram perdas e culminam em processos de ruptura que leva pessoas a viverem nas ruas, ler a dissertação “A rua e a sociedade: articulações políticas, socialidade e a luta por reconhecimento da população em situação de rua”, de Tomás Henrique de Azevedo Gomes Melo, publicada em 2011 pelo Programa de Pós Graduação em Antropologia Social da Faculdade do Paraná.

para fazer suas necessidades fisiológicas, a falta de lugar, privacidade e proteção para se relacionar sexualmente, para parir, para nascer e para morrer.

A diversidade de casos encontrados na literatura e a variedade de arranjos entre motivos entendidos como causas da vida nas ruas reforçam o aspecto da heterogeneidade da PSR. Para Melo (2011, p. 49) “a característica marcante é justamente o fato da diversidade de histórias, tão ampla quanto o número de moradores de rua, segundo suas trajetórias particulares”. No entanto, pode-se observar uma constância de circunstâncias identificadas pelas pessoas em situação de rua como razões que as levaram a viver nas ruas.

Melo (2011) chama a atenção para um aspecto pouco trabalhado ou até mesmo ignorado nos dados demográficos: a correlação entre motivos de ida para as ruas ou um motivo ser consequência do outro. Em outras palavras, a perda de referenciais obriga a pessoa a aprender sobre as formas de conseguir sobreviver em situação de rua, desde formas de obter a própria refeição, o próximo trocado, mais um cigarro, até o lugar para amenizar os riscos e perigos da vida na rua e descansar (Melo, 2011).

O conjunto de contingências perturbadoras produz rupturas e acarreta a ida para as ruas. Nesta condição de vida, em que um número significativo de pessoas sofre a perda de referências fundamentais à reprodução da vida, do trabalho, da família, da casa e do acesso a bens e serviços, há a necessidade de reconduzir a vida criando novos códigos de sobrevivência, estratégias, vínculos, relações e práticas, constituindo uma nova forma de viver, necessária para enfrentar a nova situação colocada pela vida na rua (Melo, 2011).

Neste ponto, não posso deixar de exemplificar com uma situação dentre tantas outras que presenciei. Em uma atividade do MNPR-GO, Ana (nome fictício), relatou o apoio e suporte recebidos de um casal quando chegou às ruas. O casal ensinou sobre as regras e condutas exigidas na rua, os locais e horários de conseguir refeição, os poucos serviços públicos onde é possível tomar banho, os lugares onde é menos arriscado e perigoso deitar para descansar e/ou dormir, os “corres”²¹ para satisfazer outras necessidades e a gramática²² da vida nas ruas. Em conformidade com o sugerido por Melo (2011, p. 177):

a Rua é o espaço ocupado na medida em que a pessoa sofre a ruptura que a leva para este novo contexto, conseqüentemente, é o espaço de aprendizagem de novas

²¹ Corres – ir em busca de alguma coisa, ex.: conseguir alimento, conseguir roupas, conseguir emprego.

²² Gírias, expressões e formas de expressão próprias do cotidiano das pessoas que vivem em situação de rua.

regras que resultam num conhecimento e olhar específico, inacessível àqueles que não vivem ou que não passaram por esta trajetória.

Para Melo (2011), cada contexto e circunstância favorece estratégias diferenciadas de vida. Como já apresentado, a vida nas ruas impõe à PSR o desafio de ter que satisfazer necessidades em uma dinâmica diferente de quem está domiciliado. Esta experiência afeta e transforma quem a vive: são outras regras, outras preocupações, outras condutas e outra gramática que produzem uma especificidade e afastam a PSR das noções hegemônicas de “normalidade” na sociedade. Reconhecer especificidades, particularidades e a complexidade das formas de se relacionar como *experiência sui generis* da vida nas ruas é fundamental na compreensão e superação da realidade (Melo, 2011).

O reconhecimento de sua existência não deve se transformar em um elogio romântico da rua como "modo de vida", mas da reivindicação de que, dada sua existência, trata-se também de um cenário produtor de experiência, saberes, práticas, discursos, cálculos, lógicas, territorialidades, corporalidades, procedimentos e valores (Melo, 2017, p. 24).

Outra característica da PSR é a localização nos grandes centros urbanos que está relacionada com fatores como: maior circulação do capital nas grandes cidades, maior diversidade das alternativas, ainda que informais e precárias, de trabalho para garantir minimamente a sobrevivência diária, a infraestrutura, a arquitetura e a geopolítica das grandes cidades oferecem mais possibilidades alternativas, ainda que débeis e frágeis, de sustento e abrigo em relação aos municípios menores (Silva, 2009).

Conforme sugerido, a concentração nos grandes centros urbanos está intrinsecamente relacionada às estratégias de sustento utilizadas pelas pessoas em situação de rua, como venda de balas, água e/ou coisas do gênero nas ruas, feiras, calçadas e sinal; lavagem de para-brisa de carro no sinal; lavagem de carro em praças, guardar carro na ruas; realizar a montagem e desmontagem de barracas em feiras; catar material reciclável; apresentações artísticas em calçadas, praças e sinal; produção e venda de artesanato, entre outros.

Vale destacar que, estudos recentes de dados registrados no CADÚNICO, realizados entre 2020 e 2025 pelo OBPopRua/UFGM, apontam uma tendência de interiorização da PSR no Brasil. Assim, o fenômeno da PSR, antes concentrado quase exclusivamente nas capitais e regiões metropolitanas, agora cresce de forma acelerada em cidades de médio e pequeno porte. O movimento migratório, ainda que multideterminado,

se relaciona com a política higienista adotada pelo poder público em diversas capitais do país. As operações de limpeza social provocam um deslocamento forçado e a busca por sobrevivência em municípios menores.

Para Silva (2009), na condição de rua, as atividades de trabalho precarizadas e subumanas garantem a subsistência. Segundo Tiengo (2021), a ampliação do trabalho informal mais precarizado e voltado para o atendimento de necessidades básicas se impõe como estratégia do capital e submete a PSR a níveis absurdos de superexploração.

Segundo Relatório preliminar do MDHC (2023), 68% das pessoas em situação de rua já tiveram emprego de carteira assinada, 72% trabalham por conta própria (bico, autônomo), 25% têm carteira assinada e 78% informaram ter trabalhado na semana anterior. Sobre a forma de ganhar dinheiro, 27% não responderam como ganham, 15% ganham dinheiro como catadores, 9% como pedintes, 8% com serviços gerais, 6% com vendas, 5% na construção civil, 5% guardando carro, 2% como carregadores e 19% ganham dinheiro de outra forma. No geral, as atividades mais realizadas pelas pessoas em situação de rua para ganhar dinheiro são informais e sem continuidade. A maioria da PSR sabe ler e escrever (90%).

O “mangueio” é apontado no Relatório do MDHC como a segunda forma mais comum de conseguir recursos econômicos, apesar de carregar uma série de contradições: a culpa pela incapacidade de garantir sustento próprio, a humilhação por necessitar da doação de desconhecidos e rótulos de manipulador, parasita, acomodado e/ou vagabundo. O “mangueio” se destaca como um modo e atividade de solução temporária de necessidades e da própria sobrevivência característica da situação de rua, mediando acesso à alimentação, roupas, calçados, serviços e outros bens de consumo, não se restringindo ao dinheiro (Melo, 2011).

Na realização das atividades mencionadas como meio de conseguir recurso econômico, é comum as pessoas em situação de rua lançarem mão de alguma substância de encorajamento para abordar as pessoas no “mangueio”, na venda de balas e outros e na guarda de carros, ou de anestesiamento para catarem material reciclável, trabalharem na construção civil, serviços gerais ou carregadores vivendo diuturnamente nas condições inóspitas das ruas (Melo, 2011). Vale lembrar, como já citado, as contradições do uso de drogas, que a depender da relação estabelecida, além de auxiliar na realização de algumas necessidades, pode também complexificar a vida nas ruas.

O preconceito da sociedade em relação às pessoas em situação de rua configura aspecto característico do fenômeno. A sociedade cria e propaga estereótipos

estigmatizadores como se a PSR fosse uma ameaça à comunidade: “ainda ressoa no pensamento social brasileiro a suspeita de que a vítima é a culpada” (Ianni, 1989, p. 149). Como bem representado no trecho de um poema do Bertold Brecht (1986): “do rio que tudo arrasta se diz que é violento ninguém diz violentas as margens que o oprimem”.

O preconceito atua como reforço de uma identidade negativa, culpabiliza as pessoas em situação de rua pela circunstância vivenciada e potencializa a prática de violências simbólicas e materiais cometidas de forma reiterada contra a PSR (Silva, 2009).

Silva (2009, p. 120) destaca que “práticas higienistas, direcionadas para camuflar o fenômeno mediante massacres, extermínios ou recolhimento forçado dessas pessoas das ruas, continuam presentes nos tempos atuais”. Um exemplo recente de práticas dessa natureza foi o ataque do prefeito do município de Anápolis, Márcio Corrêa²³, ao Centro de Referência Especializado para Pessoas em Situação de Rua (Centro Pop), afirmando que os frequentadores do serviço são “bandidos com várias passagens e pessoas que praticam furtos, delitos”. Por isso, irá fechar o serviço que funciona como “Resort de bandidos”, “atrativo para criminoso, para bandido, para ladrão, para estuprador, para homicida” e “Anápolis não será criatório de bandidos”. Mesmo diante de ação civil pública do Ministério Público para que o Centro Pop permaneça aberto, o prefeito não declinou de sua decisão e garantiu estar amparado pelo apoio popular, principalmente de moradores e comerciantes da região do centro onde funcionava a unidade. Ele afirmou que “90% dos atendidos no Centro Pop são bandidos e criminosos”.

Tiengo (2021) afirma que o argumento predominante na sociedade de classes legitima a individualização das expressões da “questão social”, como se as próprias pessoas em situação de rua buscassem aquela situação. Destaca, ainda, a vergonha e o sentimento de fracasso como muito presentes entre as pessoas em situação de rua, “como se eles tivessem culpa de sua situação, de não conseguir corresponder ao papel que lhe foi imposto na sociedade” (Tiengo, 2021, p. 6).

²³ Devido à ampla divulgação pela imprensa, as informações sobre o ataque do prefeito de Anápolis, Márcio Corrêa, ao Centro Pop são de fácil acesso: <https://radiosaochico.com.br/resort-de-bandido-prefeito-anuncia-reviravolta-total-para-o-centro-pop-de-anapolis/>; <https://www.dmanapolis.com.br/noticia/66099/predio-do-centro-pop-vai-funcionar-como-espaco-de-saude-mental>; <https://www.dmanapolis.com.br/noticia/66258/correa-desafia-ordem-do-tcm-e-fecha-o-centro-pop>; <https://anapolisdinario.com.br/2025/09/19/correa-afirma-que-ira-manter-decisao-de-fechar-centro-pop-mesmo-apos-questionamento-do-mp/>

A culpabilização e a criminalização invertem o jogo: fazem com que as pessoas se sintam como não sujeitos de direitos, produzindo desmobilização e tirando a força para lutar por direitos (Kohara & Comarú, 2023).

A imagem propagada sobre a PSR desconsidera as especificidades que a vida nas ruas forja e mantém a pessoa em situação de rua como objeto de medo e indisposição na relação com os demais e não merecedor de dignidade, figurando como tecnologia de dominação. Nas palavras de Melo (2011, 61), a imagem “de um indivíduo entendido tão somente como separado dos meios de reconhecimento social, portanto, reificado enquanto sujeito, pobre, marginalizado, sem vínculos ou perspectivas, sem sonhos e sem esperança”. Medeiros (2020) acrescenta:

As pessoas em situação de rua, portanto, não correspondem a figura do “bom pobre”, construída e incentivada pelos mecanismos ideológicos e midiáticos capitalistas, de sujeitos que vivem satisfeitos com a exploração de sua força de trabalho, se conformam com a situação de miséria que vivenciam e com os raros direitos acessados como concessões, sem causar maiores incômodos ou desordens ao sistema. As pessoas em situação de rua muitas vezes são tomadas como pobres indolentes, preguiçosos, que não se esforçam para trabalhar e se adaptar ao sistema, ou como aqueles que se levantam contra a ordem posta, não obedecem aos tempos e critérios definidos para seu atendimento nas políticas públicas, não seguem caminhos lineares e tranquilos, incomodam com suas presenças e seus modos de ser, mas buscam cotidianamente a sobrevivência em uma sociedade que, a todo momento, aponta para a proibição e aniquilação de suas existências (p. 107).

Silva e Martins (s/d) chamam a atenção para as relações de poder e dominação existentes no processo de comunicação como componente na produção e reprodução da ordem social. É comum observar na literatura especializada a abordagem do “morador de rua” como sujeito apenas genérico, figura sem rosto, sem cor/raça, sem gênero, que se produz e reproduz no vácuo, o sujeito perde sua singularidade e deixa de ser concreto, essa forma de discorrer acaba por invisibilizar e deixar de fora diversas relações sociais que constituem as especificidades da vida nas ruas. Vale reforçar que as pessoas em situação de rua são pessoas com gênero, raça e classe muito bem definidos.

O Brasil, por ser um país de dimensão continental, tem particularidades regionais referentes a hábitos, valores e características socioeconômicas, culturais e geográficas, essas especificidades determinam a trama e o drama das pessoas em situação de rua em

cada território, formando perfis correspondentes à realidade das cidades em que vivem, ou seja, não tem uma única forma (Silva, 2009).

A tendência à naturalização do fenômeno indica a predisposição a considerar a PSR como um fenômeno a-histórico e natural da sociedade moderna, ou ainda como característica permanente da sociedade humana e não como uma consequência da sociedade capitalista (Silva, 2009).

Até aqui, o capítulo descreveu as especificidades, características e modos de vida da PSR, compreendendo suas raízes históricas e sociais, reforçando que essa fração da classe trabalhadora não existe em si e por si, existe no interior da sociabilidade capitalista. A próxima seção se dedica a apresentar, ainda que superficialmente, a conquista legal da PNPSR alcançada por meio do processo de organização da PSR em movimento social, o MNPR.

2.3 A luta da População em Situação de Rua e a Conquista da Política Nacional para População em Situação de Rua nos marcos do capitalismo em crise

Vivi o teatro de ser jogado de um lado pro outro de novo. (Hugo Mota, MNPR GO, 2025)

Apesar da diversidade de percursos sociais, as pessoas em situação de rua passam a maior parte do seu tempo procurando sobreviver: se alimentar, se vestir, ter um lugar para dormir, etc. Portanto, compartilham condições de vida precárias e desfavoráveis à participação e organização social e política, que reforçam a imagem estigmatizada que a sociedade tem sobre as pessoas em situação de rua e o que elas podem fazer (Melo, 2017). Além das condições materiais precárias de vida, a PSR lida com o preconceito, que favorece a exclusão política.

Assim, a PSR, por não ter suas necessidades fundamentais supridas, durante muito tempo foi vista como grupo social passivo e incapaz de se organizar social e politicamente (Melo, 2017). Ainda hoje, a luta por reconhecimento e conquista de direitos sociais da PSR causa espanto. Para Melo (2017, p. 19-20) “nas entrelinhas desse espanto repousa a ideia de que não se espera nada de bom por parte de alguém que vive nas ruas”.

Contudo, a situação de rua “por um lado configura contexto de extrema privação material, por outro, também se estabelecem marcadores e fronteiras identitárias, pertencimentos e diferenças” (Melo, 2017, p. 29). Portanto, a luta das pessoas em situação

de rua é pela afirmação da humanidade e dos direitos das pessoas que vivem nas e das ruas.

A organização política das pessoas em situação de rua ganha forma de movimento com alcance nacional, MNPR, como resposta e enfrentamento a uma série de ataques violentos às pessoas em situação de rua, em especial o conhecido Massacre da Sé, em São Paulo, que vitimou fatalmente sete pessoas, sem a devida apuração e responsabilização dos autores do crime (Melo, 2011; Medeiros, 2020). À época, uma das principais frases de protesto foi: “A rua não é lugar para viver, muito menos para morrer” (Sanz, 2022). O Massacre da Sé deflagrou a oficialização do movimento em 2004, mas a história de luta e organização da PSR é anterior (Melo, 2011; 2017).

O MNPR foi lançado publicamente em 2005, no Festival Lixo e Cidadania, realizado anualmente pelos catadores de materiais recicláveis, na cidade de Belo Horizonte, Minas Gerais (Melo, 2017). O MNPR é “um movimento social composto por homens e mulheres adultos em situação de rua ou que passaram por essa circunstância em algum momento de suas vidas e que se organizam para defender seus direitos” (Melo, 2017, p. 31). Além disso, o MNPR é um movimento que, não se isola, mas se articula com diversas instâncias como universidades, outros movimentos sociais, órgãos de defesa de direitos, conselhos de direitos e de políticas, convocando e estabelecendo uma relação de apoiadores do movimento.

Aos poucos o MNPR ganhou visibilidade, começou a debater os direitos da PSR e tratou coletivamente problemas comumente individualizados. A organização da PSR como coletivo político visibiliza a desumanização imposta às pessoas que foram levadas a viver nas e das ruas e coloca a concepção criminalizadora e estigmatizadora do Estado e da sociedade sobre a PSR sob suspeita (Melo, 2011).

Conforme enfatiza Medeiros (2020), a organização e luta de quem não satisfaz necessidades básicas demanda mais que uma bandeira de luta, mas estabelece os direitos fundamentais como parâmetros inegociáveis. Logo, o MNPR “busca pressionar o Estado para interromper a violência e garantir os direitos sociais de alimentação, saúde, assistência social, trabalho, educação, moradia, etc. dos sujeitos que se encontram em situação de rua” (Medeiros, 2020, p. 118). Nas palavras de um dos coordenadores nacionais do MNPR:

Estar em situação de rua, não é opção como você diz. É por ausência de políticas que assola nosso país. Queremos respeito sim, acesso à saúde, habitação, trabalho, emprego e renda. Sou cidadã, sou cidadão. Nos tratam enquanto drogaditos e

dizem que é pátria acolhedora. Saibam que quem está nas ruas somos nós, classe trabalhadora. Chega de violência, aporofobia, descaso, violação e opressão. Não somos seres descartáveis, somos filhas e filhos da nação. As crises financeiras e sanitária impõem mais desigualdades sociais. Povo com fome, dor e desemprego, a periferia pras ruas mais e mais. Ter saúde morando nas ruas? Estudar sem ter pra onde voltar. Sou ser humano, mas você não vê. Só verá se estiver no meu lugar. Estar nas ruas não é nada fácil. Por isso, só o que nos resta é lutar. Nos organizando enquanto MNPR, pros avanços, melhorias conquistar, chegar e acontecer. (Vanilson Torres, 2024).

Nas palavras de Maria Lúcia (citada por Melo, 2017, p.91), uma das coordenadoras nacionais do MNPR, em 2015, o movimento era:

formado por homens e mulheres que vivem ou viveram nas ruas; o protagonismo é da rua; o movimento se esforça para discutir com a gestão pública, porém é apartidário: O PT (Partido dos Trabalhadores) é a bola da vez no governo, mas amanhã a gente não sabe, o papel do movimento é cobrar, independente de quem está no poder; Política pública para população de rua tem que ser intersetorial, não é só questão da assistência social, mas também da habitação, saúde, esporte e lazer, cultura, direitos humanos, segurança alimentar, acesso à justiça e segurança pública.

Melo (2011) elenca as reivindicações centrais da luta do MNPR: a substituição de um modelo assistencialista no trabalho com a PSR, pois resulta em ações pontuais e voluntárias restritas ao atendimento de necessidades imediatas; o rompimento com a concepção estigmatizante sobre a periculosidade e desumanidade da PSR, o que facilita trata-la como caso de polícia; defesa de políticas sociais das diversas áreas (integradas) que compreendem o sujeito como um ser inserido numa rede de relações específicas; e participação da PSR na formulação e implantação das PS em todas as suas fases.

A participação e o controle social na elaboração e implementação de políticas para PSR modifica o cenário e a insere como interlocutora na agenda pública, fortalecendo a produção de leis e políticas sociais específicas e direcionadas para a realidade do grupo (Melo, 2011). A auto-organização da PSR e suas conquistas no âmbito da política formal produziram transformações no trato com a PSR, convocando o Estado a refletir tanto em termos dos saberes e práticas quanto dos discursos que os articula (Melo, 2011).

Sicari e Zanela (2020, p. 1072) destacam que o processo de “organização política de pessoas em situação de rua é algo extremamente novo, que requer intenso trabalho de

base para construir um histórico de luta”. Além disso, as particularidades da vida na rua podem tornar esse processo de organização política mais complexo quando comparado à organização social de outros grupos sociais. Melo (2017, p. 32) afirma que

o MNPR pode ser considerado como um movimento composto por porta-vozes que agem no sentido de estimular a participação e mobilização, mas contam com grupo reduzido de pessoas que realizam atividades e tarefas cotidianas para a manutenção da organização. Essas pessoas se tornam referência sobre o tema em suas localidades e conseguem mobilizar localmente grupos consideravelmente flutuantes, que se engajam principalmente em atividades esporádicas ou de forma pontual em eventos ou reuniões para debater temas específicos.

Segundo Sicari e Zanella (2020, p. 1065), o MNPR é um “movimento social complexo, composto por contradições, ambiguidades, adversidades e tensionamentos”. Conforme descrito na seção anterior, a vida nas ruas carrega particularidades que rompem com os padrões tradicionais de vida da sociedade, mas a organização e luta pelo direito de existir e se expressar de acordo com suas particularidades passa, inevitavelmente, pela apropriação da lógica social instituída. Assim, apesar de o MNPR lutar contra a atual forma societária, incorpora suas práticas e carrega suas contradições (Sicari & Zanella, 2020).

Zicari e Zanela (2020) elencam algumas dificuldades, contradições e tensionamentos encontradas pelo MNPR no processo de integração das pessoas que vivem em situação de rua no desenvolvimento da luta por reconhecimento e conquista de direitos. A reivindicação de direitos convoca o movimento a participar de instâncias decisórias e ocupar espaços institucionalizados longe das ruas (salas, gabinetes, auditórios, plenárias, etc.), onde papéis sociais são definidos e hierarquias construídas. Esta agenda e demanda institucional pode provocar um distanciamento do local em que as pessoas em situação de rua vivem.

Outra contradição apontada pelas autoras, diz respeito à lenta efetivação de direitos sociais e do direito à cidade, o que destoa do ritmo da vida nas ruas, onde tudo acontece de forma rápida e urgente.

Também é comum que tensionamentos coletivos sejam levados para esfera pessoal, particular e individual: Sicari e Zanela (2020) citam reações de defesa/acusação do MNPR às críticas das pessoas em situação de rua sobre baixa representatividade de pessoas em situação de rua no MNPR e, conseqüente, ausência de credibilidade nas ruas.

Outra dificuldade aparece quando “as pessoas que estão à frente da luta em prol de condições dignas de existência para pessoas em situação de rua, consideradas seus pares, visto que conseguem sair das ruas, passam a ser vistas como outros, não mais parceiras” (Sicari & Zanela, 2020, p. 1072). O MNPR “exige das instâncias políticas sua presença em qualquer assunto que seja relacionado à população de rua, reivindica sua participação na construção de ações, reclama de política feita “para” eles, sem a presença deles” (Sicari & Zanela, 2020, p. 1072). Assim, a distância daqueles que justificam sua existência contraria uma de suas premissas básicas. Em síntese,

o MNPR assume múltiplos lugares, provoca diferentes reações, pode ser considerado tanto como o espaço que busca garantir o direito de viver na rua para alguns como também meio para se organizar e sair das ruas. Para outros, em contrapartida, pode ser apontado como ilegítimo e desnecessário (Sicari & Zanela, 2020, p. 1074).

Conforme descrito, a organização das pessoas em situação de rua como coletivo político no Brasil é recente e, a despeito de suas fragilidades, ocupa papel importante na luta por direitos das pessoas em situação de rua. A consolidação do MNPR coincide com o auge da retirada de direitos, no ápice da agenda neoliberal, do enxugamento e sucateamento de muitas políticas. Apesar disso e das contradições, dificuldades e tensionamentos que o movimento carrega, o processo de organização e luta política da PSR como coletivo, teve repercussões no tratamento dado pelo Estado às demandas historicamente negligenciadas (Melo, 2017). Dentre elas, destaca-se a PNPSR, uma conquista do MNPR no campo legislativo.

O reconhecimento legal e formal da PSR como sujeito de direitos é contemporâneo: somente em 2005 foi criado o primeiro serviço socioassistencial para adultos em situação de rua mediante emenda constitucional à Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS) e em 23 de dezembro de 2009 a instituição da PNPSR pelo decreto 7.053. Iniciativas começaram na década de 1980, mas se consolidaram apenas no final dos anos 2000 (Brasil, 2012).

A criação e implantação de uma política pública é marcada por interesses econômicos, políticos e ideológicos. Assim, não é possível captar o significado de uma política sem compreender a lógica global do sistema capitalista no qual ela está inserida (Behring & Boschetti, 2009). A PNPSR, instituída pelo decreto 7.053 de 2009, é resultado das determinações econômicas, sociais e políticas e compõe a totalidade social. Portanto, não pode ser tratada de forma isolada.

A PNPSR, ao reconhecer as especificidades das pessoas em situação de rua e prever direitos, visa garantir que a PSR tenha acesso a serviços, programas e PS, reorientando o trato dado pelo Estado às pessoas em situação de rua. A partir de 2009, uma série de mudanças na prática assistencial e em concepções mais amplas, colocaram em cena a perspectiva de cuidado e acesso a direitos em detrimento da perspectiva moralizante e repressiva (Melo, 2011).

Ao longo das duas últimas décadas, o MNPR e seus apoiadores conseguiram construir marcos legais conquistando direitos para a PSR reconhecendo sua heterogeneidade, a necessidade de políticas públicas estruturantes para a saída das ruas e a ação interdisciplinar e intersetorial como primordial. Contudo, as conquistas se materializaram apenas no âmbito da assistência que, a despeito de ser uma conquista importante, não é suficiente para superação dessa realidade, o acesso a direitos extrapola a oferta que se dá pelo SUS e SUAS (Kohara & Comarú, 2023).

Historicamente, o modo dominante de oferta para PSR, centrado nas políticas de assistência social e saúde, tem caráter assistencialista e moralista – apenas reproduz as condições de vida na rua. As PS adaptam o indivíduo na lógica da reprodução do capital e não criam alternativas reais de superação da situação de rua (Kohara & Comarú, 2023).

A reprodução da lógica meramente assistencialista e moralista, além de ser uma expressão da lógica colonial, fundamenta parte da construção ideológica dos valores necessários à marginalização das pessoas atendidas, culminando na culpabilização das populações situadas na periferia do sistema, tendo as manifestações características de sua vida cotidiana nomeadas e lidas como disfunção, desajuste, perigo etc.

Estar em situação de rua é estar em situação de permanente violência. Por isso, é necessário discutir a saída das ruas. A PNPSR deve fazer interlocução com as demais PS, dada a dimensão da diversidade de demandas da PSR e suas diferentes interfaces. Além da necessidade de ampliação dos serviços historicamente vinculados à PSR, socioassistenciais e de saúde, é preciso construir estratégias correspondentes às necessidades deste grupo populacional, bem como, formular e implementar outras políticas que promovam a superação da vida nas ruas.

Vale considerar que a construção de políticas para PSR no Brasil é um campo dinâmico e político em que ocorre disputa de valores, forças e interesses, um processo complexo marcado por contradições, avanços e retrocessos. Assim, embora a previsão formal constitua base fundamental para a implementação da PNPSR e garantia de condições mínimas de vida, não determina uma progressão linear na história, como é

possível observar no fato do decreto 7.053/2009 já ter mais de 15 anos e seus objetivos ainda não terem sido alcançados.

O decreto 7.053/2009 faculta aos estados, Distrito Federal (DF) e municípios a adesão formal às diretrizes instituídas na PNPSR. Apenas em 2023, diante da omissão dos entes federativos em adotarem medidas para implementação da PNPSR, veio a Decisão Liminar do Supremo Tribunal Federal (STF) na Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF) 976, reconhecendo que a PSR está submetida a condições desumanas de vida, e, por isso foi determinado, liminarmente, que os estados, o DF e os municípios devem realizar, de forma imediata e independente de adesão formal às diretrizes instituídas pela PNPSR, e a formulação pelo Poder Executivo Federal do Plano de Ação e Monitoramento para efetiva implementação da PNPSR.

O exposto revela que as mudanças formais, representam conquistas importantes, mas não resultam na efetivação de direitos ou superação da precariedade dos serviços existentes e implantação de outros.

Algumas falas sobre direitos fundamentais, em atividade de formação política do MNPR-GO, realizada em julho de 2024, simbolizam a realidade concreta em detrimento da previsão formal de direitos. A primeira delas, versa sobre critérios de acesso restritivos e seletivos da filantropia que muitas vezes acabam sendo reproduzidos nas PS, a despeito da previsão formal indicar o contrário.

Nas palavras de Samuel Rodrigues do MNPR de Minas Gerais: “de manhã Ave Maria se quero tomar café. Se eu desejo almoçar preciso trocar de fé. São tantas as religiões destruindo corações de quem apenas se alimentar quer”. Um segundo exemplo apareceu na apresentação teatral da peça “A rua nua e crua” feita por militantes do MNPR-GO com o objetivo de mostrar como a PSR segue apartada de diversas PS, como cultura e lazer. Nas palavras deles: “você viu a cultura? Você viu a cultura? Você viu a cultura? Onde? Em Trindade? Em Piracanjuba? Em Goiânia? A cultura fica ali? Não, ali é a biqueira. Quando a gente procura um lazer e vai tomar banho no córrego chega a polícia para expulsar”.

De tempos em tempos os movimentos sociais alcançam conquistas importantes, mas é um triunfo efêmero (Marx & Engels, 2005). Embora possamos observar no campo legal e assistencial o delineamento de um modelo que não se restringe ao assistencialista, houve muitos retrocessos nos últimos anos.

Os anos de ofensiva neoliberal e avanço da extrema direita foram acompanhados de desmonte de PS e, conseqüentemente, agravamento das desigualdades sociais e

complexificação da “questão social” no país, o que torna as conquistas menos comuns (Netto, 2012). Neste contexto social e político, as lutas se dedicam a recompor as políticas outrora conquistadas e impedir propostas que caminham na contramão da materialização dos direitos fundamentais da pessoa humana.

A organização em torno dos direitos da PSR acumula algumas conquistas importantes no campo da emancipação política. Contudo, Farias e cols. (2022) advertem que as concepções politicistas resumem as lutas à ocupação e disputa da esfera política institucional, desconsiderando sua vinculação dialética ao modo de funcionamento da sociedade – seu traço social contraditório e limitado. Este movimento restringe o horizonte das próprias lutas e de seus objetivos produzindo a ilusão de que é possível desenvolver um capitalismo humanizado ou socialmente responsável.

Ainda se tem muito a avançar na garantia de direitos à PSR, na melhoria, reformulação e ampliação dos equipamentos sociais existentes e na construção e garantia de outras políticas sociais que articuladas e integradas materializem direitos na vida das pessoas que sobrevivem nas ruas das cidades brasileiras.

Para Medeiros (2020) o processo de organização política do MNPR “deve ter a luta política como meio e não fim” (p. 134), pois o acesso a bens e serviços fundamentais é o que garante a vida, mas, o MPC impõe limites intransponíveis às PS. Portanto, é desejável a luta pela superação desse MP e sociabilidade responsável pela precarização das condições de vida, promoção de miséria, desemprego, violência, fome, situação de rua e inúmeras manifestações da “questão social”.

A PNPSR possibilitou a inserção da psicóloga e do psicólogo nas PS voltadas ao atendimento das pessoas em situação de rua. O próximo capítulo apresenta uma descrição do processo de inserção da Psicologia no campo das PS, particularmente na PNPSR.

3. Psicologia e População em Situação de Rua: História e Pesquisa

*Sou um escritor que se sente desafiado pelo enigma
e pela mentira, que gostaria que o presente deixasse
de ser uma dolorosa expiação do passado, e que
gostaria de imaginar o futuro em vez de aceitá-lo.
(Galeano, 2023, p.17)*

Esta pesquisa apresentou a tese de que a PSR expressa as contradições mais estruturantes da nossa sociedade. Assim, o trabalho com uma manifestação radical da “questão social” exige uma Psicologia consciente de seus fundamentos. O trabalho com a PSR carrega uma especificidade que exige reflexão sobre os compromissos profissionais e projetos ético-políticos da Psicologia.

É possível ter uma atuação comprometida em várias áreas, mas este estudo buscou conhecer a produção de conhecimento da Psicologia na interface com as PS, em especial a PNPSR. Esta surgiu em um período de grande precarização das PS e, conforme discutido no capítulo anterior, enfrenta inúmeras contradições. Contraditoriamente, a PNPSR incorpora pautas da classe trabalhadora e, portanto, da PSR. Neste sentido, dependendo de como atuamos na PNPSR, podemos ser agentes de transformação ou manutenção da situação de rua.

Por isso, é importante compreender as condições históricas e sociais da entrada da Psicologia no campo das PS no Brasil. A proposta é destacar a atuação da Psicologia nas PS, mas destacar como a atuação neste campo vem revelando inúmeros problemas estruturais da formação da Psicologia. Vários dos problemas que a Psicologia enfrenta na atuação com a PSR têm relação com a história da Psicologia e sua problemática de articulação com as demandas da classe trabalhadora.

O processo de inserção profissional da psicóloga e do psicólogo na recente PNPSR é objeto de atenção neste capítulo, o qual apresenta uma análise de estudos de revisão bibliográficas sobre a PSR realizados pela Psicologia. Junto com os trabalhos de revisão, apresenta-se o documento técnico produzido pelo CRP de MG em 2015: “A Psicologia e a População em situação de Rua: novas propostas, velhos desafios”. Logo após, descreve e sintetiza duas dissertações sobre a PSR produzidas pela Psicologia em Goiás. Por fim, analisa como a produção de conhecimento da Psicologia vem abordando a PSR no contexto nacional.

Portanto, o objetivo do capítulo é revisar e apresentar aspectos gerais da produção de conhecimento da Psicologia sobre PSR, a partir do referencial teórico-metodológico marxista, considerando, especialmente, limites, contradições e contribuições das concepções de PSR adotadas pela Psicologia na produção analisada.

3.1 Psicologia e Políticas Sociais: a abordagem da Psicologia frente as manifestações da “questão social”

A América Latina está apequenada na história do mesmo jeito que está apequenada no mapa.
(Galeano, 2023, p. 15)

No Brasil, a Psicologia como profissão foi regulamentada em 1962, às vésperas do golpe militar de 1964. Assim, após o reconhecimento oficial da profissão em um momento de tensão política, um dos seus grandes desafios foi mostrar que a Psicologia não colocava a ordem social burguesa em risco (Yamamoto, 1987).

Para Bock (2009), ao longo de sua história, a Psicologia esteve focada em controle, diferenciação e categorização social. Tradicionalmente, se comprometeu com os interesses das elites no Brasil produzindo práticas de correção de comportamentos individuais, visando uma sociedade livre de desordens e desvios.

O papel servil e instrumental da Psicologia na reprodução da ordem pode ser visto em grande parte das teorias psicológicas, as quais reforçam raízes pessoais dos problemas vividos na América Latina, ao invés de desvelarem as raízes sociais dos problemas (Martín-Baró, 1997). A visão dos sujeitos como responsáveis pelo seu próprio destino, oculta a base social das ideias, isto é, a forma como a Psicologia negligencia a realidade social (Bock, 2009).

De acordo com Yamamoto (1987), no início da profissão prevaleceu o modelo de profissional liberal com atuação na área clínica e o elitismo. Em relação à produção de conhecimento científico, “a psicologia brasileira promoveu concepções de indivíduo, personalidade ou comportamento que naturalizavam ou justificavam a ordem social extremamente injusta do país” (Lacerda, 2013, p. 220-221).

Historicamente, a hegemonia da área clínica na Psicologia brasileira, além de restringir o público atendido (os materialmente privilegiados), favoreceu o mundo íntimo ou privado em detrimento dos conflitos políticos, econômicos e sociais (Yamamoto, 2003). Buscar no indivíduo respostas para conflitos sociais reduz substancialmente as chances de localizar as estruturas sociais, políticas e econômicas responsáveis pelos conflitos (Oliveira, Costa & Yamamoto, 2022).

Martín-Baró (1997) considera fundamental partir das especificidades da sociedade em que a Psicologia está inserida para compreender as possibilidades e os limites da Psicologia no enfrentamento dos processos de exploração e opressão da nossa sociedade.

As transformações sociais, políticas e econômicas impactam a formação e o exercício profissional da psicologia. A gênese da institucionalização da psicologia no Brasil se deu num Estado autoritário e militarizado contrário às liberdades democráticas. Este contexto teve repercussões práticas e discursivas na profissão, cumprindo papel instrumental “contra a liberdade e a favor não só da desigualdade social-material mas também de seu expressivo aumento” (Oliveira, Costa & Yamamoto, 2022, p. 16).

Segundo Yamamoto (1987), o contexto histórico de repressão política e restrição de liberdades individuais além de impor limites à Psicologia, suprimindo ou controlando a crítica e o debate, conformou sua atuação às necessidades da burguesia. Portanto, é imprescindível captar a vinculação existente entre as concepções de homem elaboradas nas sociedades burguesas e as formulações predominantes nas teorias psicológicas (Yamamoto, 1987).

No Brasil, a dependência se manifesta, também, na Psicologia brasileira. Comumente, na periferia do sistema capitalista, a relação entre ideologia burguesa e teses dominantes na Psicologia, carregou consigo o componente da mimetização de ideias e práticas produzidas nos grandes centros capitalistas, desconsiderando os conflitos estruturais que atravessam a realidade brasileira (Yamamoto, 1987; Lacerda, 2013).

O capitalismo dependente criou uma ciência que: mais reproduziu ideias conservadoras do que buscou compreender a realidade brasileira; mais justificou uma ordem social injusta do que explicou suas raízes e suas consequências perversas sobre a subjetividade humana; mais contribuiu para o capital extrair mais-valia do trabalho do que para a tomada de consciência de classe pelo proletariado; mais oprimiu do que libertou. Mas a psicologia brasileira também foi espaço para contestação, rebelião e busca por emancipação (Lacerda, 2013, p.225).

Segundo Yamamoto (1987; 2003), desde a década de 1970 há, no Brasil, estudos que discutem os rumos da Psicologia e propõem avaliações à profissão, apresentando denúncias e críticas ao seu elitismo.

Nos últimos anos do governo militar, marcados por intensa mobilização popular, ocorreu a ampliação de campos de atuação, cresceram as críticas à Psicologia e houve a difusão de novas abordagens (Yamamoto, 1987).

Foi no contexto de redemocratização do país e da ofensiva neoliberal que a Psicologia como profissão se expandiu para o campo das PS (Oliveira, Costa & Yamamoto, 2022). As conquistas de direitos sociais previstos na Constituição de 1988,

após vinte anos de ditadura militar, embora aquém daquilo que era almejado pelos movimentos populares, proporcionou a expansão dos equipamentos sociais e, por conseguinte, abriu espaço para profissionais da psicologia atuarem em instituições escolares, de saúde e de assistência social (Lacerda, 2013).

A implementação de políticas públicas propiciou espaço para incorporar psicólogas e psicólogos em seus quadros profissionais. Esta ampliação do mercado de trabalho da Psicologia se relacionou com o crescimento da adesão à Psicologia Comunitária (Oliveira, Costa & Yamamoto, 2022). Também expressou mudanças na área clínica. As pesquisas observam a manutenção de atividades relacionadas à clínica em outros campos de trabalho.

A clínica se expande de um exercício liberal para as instituições públicas e particulares e não é possível negar a influência do movimento institucionalista da década de 1980 como determinante dessa migração, além das questões materiais relativas à retração do mercado para o trabalho autônomo. Emergem, então, propostas de ampliação da clínica e de uma redefinição do campo, saindo de uma área de atuação para um modo de trabalho (Oliveira, Costa & Yamamoto, 2022, p. 21).

A inserção significativa da Psicologia brasileira no campo das PS criou condições para realizar o movimento de uma profissão essencialmente elitizada para enfrentar manifestações da “questão social”. Esta foi uma alteração relevante no público-alvo da Psicologia e nas práticas profissionais. No entanto, isto por si só não significa protagonismo da Psicologia no processo de transformação social.

Para Yamamoto (2003), apesar da maior abrangência da Psicologia, trabalhando com um contingente populacional que anteriormente era negligenciado pela profissão, a reprodução de referências teórico-metodológicas da Psicologia vem significando uma atuação descontextualizada e revelando limites de modelos hegemônicos.

A formação e a produção de conhecimento na Psicologia não acompanharam as necessidades dos novos campos de atuação profissional. Os saberes e as práticas individualizantes e psicologizantes disseminados na formação seguem presentes no cotidiano das e dos profissionais (Lacerda, 2013). Uma expressão disto pode ser observada na frequente mistura de abordagens realizada por psicólogas e psicólogos no exercício profissional no campo das PS fundamentada na:

crença de que é possível associar referenciais teórico-metodológicos como se fossem ferramentas aplicáveis a quaisquer públicos e contextos e que não

carregam em si determinadas concepções subjacentes de sujeito, psiquismo, subjetividade, sociedade, intervenção psicológica, entre outros complexos da vida social. Indica também uma fragilidade na apreensão das teorias, seus limites e sua epistemologia de tal forma que elas passam a servir muito mais como técnica do que como uma base que sustenta um olhar acerca dos processos sobre os quais a(o) psicóloga(o) intervém. Daí, referenciais que não só são diferentes, mas, inconciliáveis, são associados muitas vezes em nome de um rompimento com barreiras epistemológicas, que nada mais configuram que um ‘epistemicídio’ (Oliveira, Costa & Yamamoto, 2022, p. 34).

Como sugere Lacerda (2013), a produção de conhecimento da Psicologia que não problematiza as contradições sociais da sociedade em que está inserida pode contribuir para mistificar as contradições da sociedade capitalista. O autor destaca, ainda, que a análise das contradições da sociedade em que a Psicologia está inserida não pode ser feita a partir de qualquer referencial teórico-metodológico, pois alguns referenciais sequer consideram a existência da realidade, inviabilizando a leitura estrutural da realidade brasileira e das determinações presentes no núcleo da atuação das psicólogas e dos psicólogos.

A despeito do novo cenário ser incompatível com o fazer tradicional das psicólogas e dos psicólogos e exigir rompimento com referenciais epistemológicos e metodológicos que expressam uma concepção de sujeito a-histórica e abstrata, estudos apontam o predomínio de uma formação distante da realidade social brasileira e a reprodução dos modelos tradicionais nos equipamentos públicos (Oliveira, Costa & Yamamoto, 2022).

A inserção e expansão do campo profissional para a Psicologia nas políticas públicas foi um movimento decorrente de um complexo de determinações históricas e sociais que favoreceu a aproximação entre profissionais da Psicologia e segmentos populacionais precarizados, reforçando a “importância do conhecimento da realidade brasileira, que sabemos, é de intensa desigualdade, pobreza, exploração, racismo e violação de direitos” (Oliveira, Costa & Yamamoto, 2022, p. 26).

Em síntese, a história da Psicologia no Brasil carrega processos que deixaram marcas em saberes e fazeres que não partem das contradições vividas pelos setores miseráveis de nossa sociedade. Por isto, é importante realizar uma análise das políticas da Psicologia junto à PSR, não somente por suas lacunas metodológicas ou técnicas, mas

pelo que suas concepções de ser humano explicam ou não explicam da determinação produtora da PSR no Brasil.

3.2 Psicologia e População em Situação de Rua: um panorama

É preciso refletir sobre os caminhos da ciência e da profissão junto ao segmento, tendo como linha de atuação e horizonte a afirmação dos direitos humanos e da dignidade das pessoas em situação de rua (CFP, 2025, p. 68)

O objetivo desta seção é apresentar revisões que indicam o que a Psicologia vem produzindo sobre a PSR. Durante o levantamento bibliográfico sobre Psicologia e PSR encontramos cinco trabalhos de revisão de literatura produzidos pela Psicologia (Sicari & Zanella, 2018; Rizzini & Couto, 2019; Mendes, Ronzani & Paiva, 2019; Moraes & Silva, 2020; de Medeiros & cols., 2020). Além de apresentar uma sistematização dos trabalhos de revisão de literatura produzidos pelo campo da Psicologia sobre PSR, descreve-se um trabalho do Sistema Conselhos de Psicologia (CRP-MG, 2015).

Revisões de literatura

A análise dos trabalhos de revisão de literatura indica o predomínio de pesquisas que investigam a produção geral sobre a PSR (Sicari & Zanella, 2018; Rizzini & Couto, 2019; Mendes, Ronzani & Paiva, 2019; Moraes & Silva, 2020; de Medeiros & cols., 2020).

Uma marca dos trabalhos de revisão de literatura analisados é a vinculação da PSR a outra característica específica ou subgrupo: Rizzini e Couto (2019) investigam população infantil e adolescente; Mendes e cols. (2019) vinculam a PSR a vulnerabilidades e drogas; Moura e Silva (2020) pesquisam a associação entre crack e situação de rua; de Medeiros e cols. (2020) buscam conhecer as políticas de atendimento direcionadas à PSR.

O trabalho de Sicari e Zanella (2018) investiga a produção científica sobre pessoas em situação de rua no Brasil, entre 2006 e 2016, no Portal de Periódicos Capes e no Banco de Teses e Dissertações Capes, e sistematiza as questões problematizadas e os enfoques adotados na produção científica sobre o tema.

De acordo com a pesquisa, o interesse em estudar o tema tem sido crescente no Brasil. Sicari e Zanella (2018) demonstram que existe uma concentração de pesquisas sobre o tema na área da Psicologia, das 81 dissertações e 7 teses encontradas em seu levantamento, 26,13% foram realizadas em Programas de Pós Graduação em Psicologia. As produções analisadas apresentaram diversas escolhas metodológicas para produção e coleta das informações, sendo a entrevista a técnica mais utilizada (38,26%), seguida pelo método etnográfico e a pesquisa documental, ambos foram utilizados em 18,26% das produções. As revisões de literatura encontradas sobre o tema sempre vinculam a pessoa em situação de rua a algum outro descritor de vulnerabilidade social ou característica específica.

No que se refere aos enfoques, o estudo evidenciou que as pesquisas apresentam vários temas de interesse e algumas buscam entender subgrupos específicos e/ou características dessa população. Os temas de estudo foram: pessoas idosas em situação de rua; especificidades e modos de vida das mulheres em situação de rua; crianças e jovens em situação de rua; saúde mental da PSR; situação de rua e uso de substâncias psicoativas; relação das pessoas em situação de rua com a religiosidade; trabalhos mais comuns realizados por pessoas que se encontram em situação de rua; condição de vida do egresso do sistema prisional em situação de rua; a relação de pessoas em situação de rua com seus animais de estimação; a construção social da imagem da pessoa em situação de rua; acesso das pessoas em situação de rua ao SUS e ao SUAS; a relação com a cidade e o processo de saída das ruas (Sicari & Zanella, 2018).

A pesquisa constatou que, no geral, as pesquisas que possuem interesse em conhecer as razões e motivações que ocasionam a vida nas ruas, assim como os modos de viver das pessoas em situação de rua:

estão comprometidas com a desconstrução de estereótipos, estigmas e preconceitos relacionados essas pessoas; apresentam e as descrevem de forma humanizada e objetivam desenvolver um conhecimento que possa contribuir para melhorar de alguma forma suas dificuldades (Sicari & Zanella, 2018, p. 673).

O trabalho de Rizinni e Couto (2019) investiga a produção acadêmica nacional sobre população infantil e adolescente em situação de rua, publicada entre 2000 e 2015, e sistematiza os principais temas de pesquisa no Brasil. A pesquisa ressalta que durante muito tempo as crianças e adolescentes em situação de rua “foram chamados de ‘meninos de rua’ e foram caracterizados apenas como um problema social” (Rizzini & Couto, 2019, p. 106). Para as autoras, o termo situação de rua se refere:

a indivíduos que, embora mantenham algum vínculo familiar e/ou um endereço, passam a maior parte do seu tempo diário nas ruas, desacompanhados de um adulto responsável, tendo este espaço como uma referência, seja para moradia ou para trabalho. A ida desses meninos e meninas para as ruas frequentemente representa um sinal extremo e um pedido de socorro, que antes não foi ouvido ou efetivamente reconhecido. No geral, crianças e adolescentes em situação de rua se sentem invisíveis dentro de suas famílias e comunidades. No entanto, nas ruas, o enfraquecimento desses vínculos, assim como a proteção inadequada do estado, a ausência da escola, o trabalho infantil, o envolvimento com o tráfico de drogas, a exploração sexual e a violência tornam esses sujeitos um grupo particularmente suscetível à violação de direitos. (Rizzini & Couto, 2019, p. 106)

A pesquisa mostra que, embora a PNPSR seja uma conquista fundamental, as especificidades da população infantil e adolescente em situação de rua não foram consideradas. Diante disso, um coletivo de defesa dos direitos da criança e do adolescente se mobilizou nacionalmente com a campanha “Criança não é de rua” e trabalhou incansavelmente para lograr avanços normativos essenciais, que repercutiram nos debates e estudos sobre crianças e adolescentes em situação de rua.

A maioria dos estudos analisados na pesquisa traz “questionamentos importantes às tipificações e às crenças que homogeneizavam este grupo, contribuindo para a compreensão dos arranjos culturais e históricos que caracterizam esses sujeitos” (Rizzini & Couto, 2019, p. 117). Desta forma, “a visão de que essas crianças e esses adolescentes eram um problema em si foi sendo paulatinamente substituída conforme se compreendiam as origens e os fatores responsáveis por sua ida para as ruas” (Rizzini & Couto, 2019, p. 106).

A seguir apresentamos os principais temas de pesquisa sobre crianças e adolescentes e respectivos enfoques identificados e sistematizados pelas pesquisadoras. Em primeiro lugar, a caracterização da vida nas ruas é um tema comum nas pesquisas. A literatura analisada destaca que a heterogeneidade desse grupo populacional demanda considerar alguns elementos na sua caracterização: “a diversidade da rua enquanto ambiente de desenvolvimento; a relação com a família e a escola; o cotidiano e as atividades desempenhadas; o tempo de permanência na rua; e as redes construídas neste espaço e fora dele” (Rizzini & Couto, 2009, p. 108).

Em seguida, pesquisas sobre os motivos para o afastamento de casa destacam o contexto econômico, social, político e cultural. Os estudos analisados pelas pesquisadoras

apontam que “a pobreza urbana e os fatores a ela associados, como a violência, os abusos e a negligência, inclusive no contexto familiar, permanecem sendo as principais causas do afastamento de crianças e adolescentes de suas casas” (Rizzini & Couto, 2019, p. 109).

Outro tema comumente investigado é a família, apresentada como uma importante rede pertencimento para crianças e adolescentes em situação de rua, a despeito dos conflitos, entraves e ambivalências vivenciados. Também foram encontradas pesquisas sobre as instituições de acolhimento, apontadas como fundamentais na efetivação de direitos, porém, carecem de investimentos e melhorias.

Entre os temas recorrentemente pesquisados aparecem: a violência, tema mais recorrente, abarcando estudos sobre violência que antecede a ida para as ruas no contexto familiar e a violência na situação de rua presente na dinâmica das ruas; estudos sobre o uso de drogas entre crianças e adolescentes em situação de rua, o qual vem sendo apontado como estratégia de sobrevivência nas ruas; estudos sobre trabalho infantil e adolescente, com pesquisas destacando que a maioria das crianças e adolescentes em situação de rua realiza algum tipo de trabalho; pesquisas sobre a educação/escola apontam que entre as crianças e adolescentes em situação de rua as que vivem em instituições de acolhimento ou trabalham nas ruas, mas voltam pra casa no final do dia frequentam mais a escola; pesquisas sobre saúde tendem a focalizar fatores de risco e proteção.

Segundo Rizzini e Couto (2019), a proteção insuficiente ou ausente do Estado evidencia que “ainda existe uma grande invisibilidade política relacionada a este segmento”, isto é, “embora a responsabilidade do estado sobre esta população esteja prevista em uma série de instrumentos legais e planos governamentais, os direitos de crianças e adolescentes em situação de rua ainda carecem de aprimoramento, efetivação e monitoramento” (p.107).

O estudo de Mendes, Ronzani e Paiva (2019) apresenta uma revisão sistemática realizada com o objetivo de compreender como as categorias pobreza, estigma, raça, vulnerabilidade estão relacionadas com as pessoas em situação de rua usuárias de drogas. A pesquisa se embasou no referencial teórico de Psicologia Comunitária e Saúde Coletiva sobre a utilização das categorias “risco” e “vulnerabilidade” no debate sobre saúde e condições de vida da população.

Os autores discutem as diferenças entre as produções estadunidenses e as latino-americanas e sistematizam o enfoque adotado por cada uma. Os estudos estadunidenses focam as análises de riscos, responsabilizam o indivíduo e priorizam a categorização quantitativa das informações. Os estudos latino-americanos focam a inclusão de

determinantes econômicos, políticos e sociais, destacando a contextualização das condições sociais das pessoas em situação de rua.

A revisão aponta dois aspectos marcantes nas duas regiões: a categoria raça é pouco explorada, aparecendo, no geral, como informação estatística; a categoria estigma é utilizada sem debate teórico, muitas vezes como sinônimo de preconceito e estereótipo.

A pesquisa aponta os limites e contradições da categoria vulnerabilidade e chama atenção para as bases das desigualdades sociais na sociedade capitalista.

Em resumo, o estudo de Mendes, Ronzani e Paiva (2019, p. 10)

aponta para a necessidade de estudos que considerem tanto as trajetórias de vida e particularidades das pessoas em situação de rua, quanto as vejam como pertencentes e atingidas por condições e valores societários complexos nos âmbitos políticos, sociais e econômicos – portanto, atravessadas pelos marcadores de gênero, raça, sexualidade, classe, entre outros.

O estudo de Moraes e Silva (2020) realizou uma revisão narrativa da produção científica nacional sobre o crack e rua publicada entre 2011 e outubro de 2018, com o objetivo de investigar a associação entre pessoas que fazem uso de crack e pessoas em situação de rua e compreender suas implicações políticas. A literatura revisada sugere que:

se antes os estudos epidemiológicos apontavam a rua como um contexto social favorável ao uso do crack, se alguns daqueles do campo da Saúde Coletiva aproximavam as propriedades químicas desta substância ao estilo de vida desta população, agora temos também que tal substância pode encaminhar seus usuários a essa situação (Moraes & Silva, 2020, p.12).

Segundo Moraes e Silva (2020), há uma ampla utilização do conceito de vulnerabilidade nos trabalhos e isso pode remeter a uma interpretação classista. Outra marca da associação entre crack e situação de rua é ampliar a estigmatização. Por fim, a análise da literatura evidencia que:

para muitos autores, os consumidores de crack também são potencialmente pessoas em situação de rua, e para alguns até mesmo a aparência denunciaria tais consumidores. Certos especialistas chegaram deslocar propostas de intervenção voltadas ao cuidado de pessoas que abusam das drogas na direção das pessoas em situação de rua, como se os usuários de drogas e população de rua coincidissem (Moraes & Silva, 2020, p. 15).

A investigação denuncia a associação em curso “sendo consumidor de crack, provavelmente encontra-se em situação de rua” (Morais & Silva, 2020, p. 15). Para os autores, as poucas pesquisas identificadas que não fazem tal associação mostram que adotá-la é uma escolha política.

O trabalho de Medeiros e cols. (2020) analisa a literatura científica sobre políticas sociais e PSR nos países latino-americanos com o objetivo de conhecer: a concepção de PSR presente nas discussões, as principais ações e articulações no atendimento à PSR e os principais desafios na execução das políticas para PSR no contexto latino-americano. Os autores apontam que a maior parte dos estudos sobre o tema foi produzida no Brasil.

Uma marca dos trabalhos analisados é introduzir “experiências e reflexões teóricas sobre as políticas de atendimento à PSR a partir da contextualização deste segmento populacional” (Medeiros & cols., 2020, p. 5). A pesquisa mostra que o perfil das pessoas em situação de rua nos países latino-americanos é semelhante, sobretudo:

características como estigmas e violências sofridas, ausência de trabalho ou trabalho precarizado/informal, além da falta de moradia evidenciando a noção apontada de que tal segmento é a expressão nua e crua da ‘questão social’. Do mesmo modo, podemos perceber que a PSR é integrada por pessoas com características diversas, histórias particulares e diferentes formas de estar e se relacionar com o espaço urbano. Nas cidades os territórios centrais e degradados surgem como principais locais de sobrevivência e serviços de atendimento à PSR. Um espaço de contradição que ao mesmo tempo aproxima, segrega e expulsa as pessoas em situação de rua (Medeiros & cols., 2020, p. 12).

A pesquisa identifica e sistematiza alguns processos de higienização social direcionados às pessoas em situação de rua que, no geral, estão concentradas no centro das cidades. Entre estes processos estão: repressão policial, criminalização, barreiras arquitetônicas, políticas de remoção e retirada de pertences, protestos e articulação da comunidade local para retirada de serviços direcionados à PSR de determinada região, processo de guetização reforçados pelas políticas focalizadas para a PSR, ausência de investigações sobre vítimas da limpeza social e ação de criminalização da pobreza diante de mega eventos (de Medeiros & cols., 2020).

Além disso, o estudo indica ganhos nas políticas sociais direcionadas à PSR, principalmente nas políticas de assistência social e saúde. No entanto, destaca que “poucos trabalhos abordaram as políticas de habitação, educação e trabalho/renda para o segmento” (de Medeiros & cols., 2020, p. 12). Os autores afirmam que, apesar dos

avanços na criação de legislações, serviços e políticas, ainda há o predomínio do assistencialismo e da criminalização, “ranços históricos do tratamento dado pelos Estados latino-americanos a este segmento populacional desde o processo de colonização dos países da região pelos europeus” (de Medeiros & cols., 2020, p. 12). Assim, o estudo sugere a necessidade de analisar a determinação social que produz a desigualdade social com vistas a superá-la e avançar na implementação de PS que materializem o acesso aos direitos sociais.

Os estudos de revisão sistemática sobre PSR realizados pela Psicologia, a despeito da diversidade de referenciais teórico-metodológicos e recortes temáticos, contribuem para compreensão das especificidades da vida nas ruas, sistematização de características da PSR e visibilização da PSR no campo da Psicologia e fora dele. O recorte das investigações empreendidas nos estudos de revisão sistemática sobre PSR realizados pela Psicologia não restringiu o campo de conhecimento à Psicologia.

É notável a diversidade de referenciais teórico-metodológicos utilizados para análise nas pesquisas de revisão de literatura, variando de saberes de campos como psicologia social, psicologia do desenvolvimento, psicologia comunitária e saúde coletiva. A seguir apresentamos uma síntese da cartilha sobre a atuação da Psicologia junto à PSR produzida pelo Sistema Conselhos.

A produção do Sistema Conselhos de Psicologia

A criação da PNPSR facilitou o aprofundamento da sistematização de conhecimentos sobre a prática da Psicologia junto às pessoas em situação de rua nas políticas públicas pelo Centro de Referência Técnica em Psicologia e Políticas Públicas (CREPOP) do Sistema Conselhos de Psicologia, construídas para e com a categoria profissional.

Por muito tempo, até meados de 2025, a Cartilha “Psicologia e a população em situação de rua: novas propostas e velhos desafios” publicada pelo CRP-MG, em 2015, era a única orientação técnica disponibilizada pelo Sistema Conselhos de Psicologia. A cartilha apresenta uma visão geral sobre a prática profissional da Psicologia junto às pessoas em situação de rua. Com o objetivo compreender a inserção da psicóloga e do psicólogo nas políticas públicas para PSR no estado de Minas Gerais, identificar as práticas utilizadas e os aspectos contextuais que as possibilitam, o estudo recorreu aos dados levantados pelo CREPOP.

A despeito do recorte estadual, o estudo levantou, organizou e analisou dados relevantes sobre a prática profissional da psicóloga e do psicólogo vinculados às políticas públicas direcionadas à PSR. A sistematização destaca os recursos técnicos e teóricos, contemplando as especificidades do trabalho da psicóloga e do psicólogo e a dimensão ético-política da sua atuação com a PSR.

Um dos desafios à prática profissional da psicóloga e do psicólogo revelados pelo estudo do CRP-MG (2015), é a inexistência de um modelo prescritivo para execução das atividades. As políticas apresentam valores norteadores quanto ao acolhimento da PSR, mas o caminho para alcançar esses valores não é indicado. Apesar desta realidade ser considerada desafiadora, abre uma gama de possibilidades que permite considerar as particularidades do território no qual a política pública é implantada, pois o atendimento protocolar e uniforme além de desconsiderar a particularidade do território, desconsidera a singularidade de cada sujeito. Portanto, o estudo destaca a importância de serviços com dinâmicas preestabelecidas considerarem as especificidades inerentes à vida nas ruas.

Alguns aspectos e práticas comuns ao trabalho desenvolvido pela/o profissional de psicologia nas políticas públicas direcionadas à PSR identificados pelo estudo do CRP-MG (2015) são:

- Construir com os sujeitos a possibilidade de saída das ruas, visando a perspectiva da autonomia sem, contudo, prescindir de atendimento e amparo profissional conforme necessidade de cada pessoa;
- Identificar a demanda da pessoa atendida para atuar mirando suas reais necessidades. Para tanto, além de conhecer o trabalho de sua equipe, é necessário conhecer as possibilidades de atendimento dos outros pontos de atendimento da rede. A articulação da rede não se restringe a um mero encaminhamento, mas busca formas de vincular a pessoa atendida com sua comunidade;
- A importância de estabelecimento de vínculos entre profissionais e pessoas atendidas.

A prática desenvolvida pela/o profissional da psicologia é compreendida como artesanal, não pode ser feita em série. Para isso, é imprescindível contar com o investimento na formação continuada das equipes, na instrumentalização apropriada dos serviços: “no fornecimento de um devido suporte e assessoria a estes e no compromisso social e político dos profissionais mostra-se fundamental para a consolidação de um corpo

profissional crítico que se apresente eticamente engajado na construção da sociedade” (CRP-MG, 2015, p. 40).

Quanto aos recursos técnicos e teóricos utilizados em sua prática, a pesquisa mostrou que as psicólogas e os psicólogos parecem confundi-los com as atividades desenvolvidas. Importante destacar que “cada abordagem pauta-se em uma visão de mundo, com filosofia e ideologia próprias, e destas advém as técnicas que vão nortear o trabalho a ser realizado” (CRP MG, 2015, p. 43).

Observou-se que “além da dificuldade de os psicólogos se posicionarem a partir de um único referencial teórico da psicologia, os participantes encontram, também, impasses para delimitar seus campos de atuação em relação a outros profissionais” (CRP-MG, 2015, p. 43). A escuta foi destacada como uma capacidade própria da/o profissional da psicologia:

A capacidade de uma escuta diferenciada é o ponto principal apontado pelos participantes da pesquisa como algo próprio da atuação do psicólogo. Uma escuta mais sensível, atenta e cuidadosa. Uma escuta capaz de se ater às questões subjetivas que estão em jogo na cena da rua (CRP-MG, 2015, p. 45).

Este reconhecimento da escuta como atividade privativa da psicóloga e do psicólogo é visto com preocupação pelo CRP-MG, vez que uma escuta diferenciada e qualificada é necessária a todas, todos e todes trabalhadores dos serviços, “não sendo recurso exclusivo de nenhuma categoria profissional” (CRP-MG, 2015, p. 45).

Outra preocupação do CRP-MG despertada pela pesquisa, diz respeito à patologização das questões sociais ou redução de situações sociais a categorias psicopatológicas. Isso acontece “quando o profissional fixa-se apenas na classificação nosológica do sujeito e se esquece de que existem fatores sociais, históricos e econômicos que contribuem fortemente para a situação de vulnerabilidade na qual ele se encontra” (CRP-MG, 2015, p. 55).

Para o CRP-MG (2015), a dimensão ético-política “exige do profissional mais do que estar a par do que vem sendo praticado nesse âmbito, mas um engajamento mesmo, ativo, nos movimentos políticos” (CRP-MG, 2015, p. 52). Pois:

a adoção de uma posição passiva, restrita a queixas, por parte dos profissionais inseridos em políticas públicas que atendem a essa população equivale à conformação com esse cenário de violação de direitos. Avanços e melhorias em nível micro, mesmo que pequenos, só são possíveis a partir da atuação de

profissionais comprometidos ética e politicamente com os sujeitos que atendem (CRP-MG, 2015, p. 71).

Só em agosto de 2025, o Conselho Federal de Psicologia (CFP) publicou as “Referências Técnicas para Atuação de Psicólogas(os) em Políticas Públicas para a População em Situação de Rua”, elaborada no âmbito do Centro de Referência Técnica em Psicologia e Política Pública (CREPOP), fruto de construção dialogada entre o Sistema Conselhos de Psicologia e a categoria.

O material técnico detalha a atuação de psicólogas e psicólogos junto à PSR no Brasil, contextualizando o fenômeno como resultado da exclusão social e do racismo estrutural. O documento aborda a morosidade no processo de efetivação das normas legais voltadas para a PSR, como a PNPSR, e discute os desafios e violações de direitos enfrentados por este grupo heterogêneo. Além disso, apresenta dados sobre o perfil da população de rua, destacando o fato de a maioria ser negra, e examina a produção acadêmica de dissertações e teses sobre o tema, enfatizando a importância do controle social e dos movimentos sociais para a garantia de direitos.

As referências técnicas orientam sobre a atuação ética e qualificada da psicóloga e do psicólogo junto à PSR nas políticas públicas. As diretrizes destacam a importância da escuta qualificada, do fortalecimento de vínculos de confiança, do respeito à autonomia e da defesa dos direitos humanos, reconhecendo a população em situação de rua como protagonista de sua própria história, assim como, do trabalho em rede, do fortalecimento da participação popular e dos movimentos sociais (como o MNPR) na formulação, implementação e avaliação dessas políticas.

Diante do exposto, nota-se, ainda, a importância de identificar e analisar como a Psicologia em sua produção de conhecimento concebe a PSR. Também é importante problematizar como as concepções adotadas repercutem nas práticas de psicólogas e psicólogos junto às pessoas em situação de rua, apontando problemas, tendências e contribuições.

Após apresentar um panorama geral dos trabalhos de revisão de literatura sobre PSR produzidos pela Psicologia e os aspectos centrais da cartilha do Sistema Conselhos sobre a atuação da Psicologia no campo da PNPSR, a próxima seção se dedica a fornecer uma descrição geral de estudos sobre PSR produzidos pela Psicologia em Goiás.

3.3 Estudos sobre população em situação de rua da Psicologia em Goiás

Para autorizar a violência, eu tenho que desumanizar o outro, porque, se eu o reconheço como humano, eu tenho um bloqueio na minha violência. O outro deve ser convertido numa coisa, num rato, num monstro. Mas esse processo é uma faca de dois gumes: eu também me desumanizo para me legitimar como autor de violência.
(Mia Couto, 2019)

O levantamento bibliográfico realizado no banco de dados da Biblioteca Digital de Teses e Dissertações dos dois Programas de Pós-Graduação em Psicologia que existem em Goiás, a UFG e a PUC GO, identificou duas dissertações sobre PSR. Com o objetivo de compreender como a Psicologia goiana estudou a PSR descrevemos, a seguir, os dois estudos.

A dissertação de Machado (2016) analisa os sentidos que as mulheres em situação de rua e usuárias de drogas atribuem às suas experiências, examinando como as questões de gênero influenciam suas vidas e vulnerabilidades. A pesquisa destaca a intersecção de múltiplos marcadores de vulnerabilidade: a situação de rua, o uso de drogas, a questão de gênero e a violência.

O referencial teórico-metodológico do estudo fundamenta-se no Construcionismo Social, na Psicologia Feminista, em estudos de gênero e estudos interdisciplinares sobre vivência de rua e saúde (Machado, 2016). A pesquisa discute a importância do conceito de Gênero para a análise crítica de fenômenos sociais e saúde mental no contexto das mulheres em situação de rua. Além disso, aborda a perspectiva da Redução de Danos no trabalho do Consultório na Rua em contraposição ao modelo proibicionista.

Segundo Machado (2016), a literatura apresenta divergências na conceituação da PSR, contudo, destaca o que as pessoas em situação de rua possuem em comum: pobreza extrema, não pertencimento à sociedade, rompimento com as relações formais de trabalho, ruptura de vínculo familiar, ocupação do espaço da rua como moradia e sobrevivência. O estudo apresenta alguns apontamentos históricos sobre a gênese da PSR, informações identificadas na primeira pesquisa oficial realizada sobre o grupo em 2007, o perfil da PSR e os principais motivos de ida para a rua.

Para o autor, a emergência da PSR se relaciona intrinsecamente com o advento da urbanização das sociedades modernas e o surgimento do capitalismo. Nas palavras de Machado (2016, p. 9):

a partir do advento da urbanização das grandes cidades houve uma necessidade de organização dos espaços públicos e privados por uma política sanitaria e higienista. Houve uma intensa governança em relação à rua, na busca de implantações de políticas de promoção de saúde, educação e trabalho com propósitos também de disciplinar sujeitos.

O autor enfatiza a importância do contexto social, cultural e histórico na compreensão da categoria PSR e argumenta que “o sujeito não é pensado enquanto algo pronto, acabado, encarcerado em si mesmo, mas sujeito em processo, algo que se constrói a todo o momento, a partir de múltiplas forças/poderes que o atravessam em seu contexto social e histórico” (Machado, 2016, p. 10). Portanto, a PSR é resultado da reprodução de desigualdades sociais, desemprego e pobreza, que resultam na falta de garantias sociais e no “processo de exclusão social e cultural que caracteriza essa parcela de pessoas às margens do corpo social” (Machado, 2016, p. 8).

Para contribuir na compreensão do fenômeno, o estudo expõe a relação da situação de rua com o conceito de abjeção desenvolvido por Judith Butler, descrevendo o movimento de desumanização e invisibilização de determinados grupos sociais. O autor argumenta que, por estarem fora da norma, as pessoas em situação de rua são vistas como “não importantes” ou “não vidas”. A abjeção é intensificada por outros marcadores de identidade que atravessam a existência das pessoas em situação de rua: “o gênero, a etnoracialidade, a nacionalidade, a religiosidade, o grau de escolarização, a classe social de origem, dentre outros fatores compõem a complexidade do contexto em questão” (Machado, 2016, p. 15).

Machado (2016) discute, a partir da perspectiva Feminista, a emergência do conceito de gênero como uma categoria analítica, uma construção social que organiza relações entre homens e mulheres, um marcador identitário responsável por agravar a vulnerabilidade e o risco de violência para mulheres em situação de rua. Portanto, um conceito fundamental para romper com o determinismo biológico das expressões “sexo” ou “diferença sexual” e analisar o sistema de relações sociais de poder que sustentam as opressões de gênero:

o gênero enquanto conceito se diferencia do sexo, explicitando como tais opressões impostas às mulheres são construídas socialmente, assim, negando uma

essencialidade, uma natureza biológica das relações sociais dos sujeitos. Assim, refuta o discurso de naturalização do que seja exclusivo ou esperado do "desempenho" para homens e mulheres em suas relações intra e, ou interpessoais desde os espaços tidos como privados, como, por exemplo, a família, até os espaços públicos como a escola, o trabalho, a rua (Machado, 2016, p. 41).

Na discussão sobre hierarquização dos gêneros, relações de poder e controle dos corpos, Machado (2016) se fundamenta em Foucault. Argumenta que a perspectiva foucaultiana entende o poder como uma ação contínua e sistemática que é atravessada por diversas relações, entre elas, as relações de gênero, e exercida no cotidiano. Esta atuação é responsável por produzir e reproduzir desigualdades sociais. Machado (2016) enfatiza que a desigualdade de gênero é uma construção social, histórica e cultural materializada em distintos níveis de discriminação, que excluem mulheres da participação social e restringem suas liberdades. Logo, as opressões são sustentadas por uma estrutura social que hierarquiza os sujeitos de acordo com seu gênero.

Considerando as contribuições da perspectiva feminista e da categoria analítica gênero na compreensão das relações sociais, o autor defende a Psicologia Feminista como alternativa à Psicologia tradicional (positivista) e destaca que é fundamental:

buscar discursos e práticas alternativas dentro das ciências psicológicas, que questionem e desconstruam a lógica dominante que oprime sujeitos que se encontram em posições de subalternidade por suas condições plurais que fogem da norma hegemônica dos modos de ser e estar em sociedade (Machado, 2016, p. 51).

Ainda de acordo com Machado (2016), a Psicologia Feminista recusa a postura de neutralidade, reconhece que a ciência é sempre posicionada, critica estruturas de poder, busca discursos e práticas que questionam a lógica dominante que oprime sujeitos marginalizados, evita patologizar subjetividades não normativas, busca desnaturalizar a violência e transformar as desigualdades sociais.

Segundo Machado (2016), estudos que investigam as implicações das relações de gênero na saúde mental são escassos. Para o autor, a análise da intersecção entre gênero e saúde mental é fundamental na compreensão do sofrimento psíquico, que não é apenas uma experiência individual, mas uma vivência marcada pelas normatizações de modos de ser expressas nas relações sociais.

Sobre o uso de drogas, o autor critica veementemente a lógica moralista, proibicionista e de criminalização das pessoas que usam drogas, destacando a Redução

de Danos como modelo de cuidado que não exige abstinência e reconhece o direito da pessoa que faz uso de drogas buscar o cuidado integral em saúde reduzindo danos. Para Machado (2016), o proibicionismo desumaniza e marginaliza as pessoas que usam drogas. O estudo aponta, também, a relevância do Consultório na Rua e de sua concepção de trabalho que preconiza a adoção do recurso da Clínica Ampliada e tudo que isso implica, garantia de direitos, tecnologias leves e acolhimento incondicional na atenção à saúde da PSR (Machado, 2016).

Para identificar as opressões ligadas ao gênero sofridas por mulheres em situação de rua usuárias de drogas, a pesquisa realizou entrevistas semiestruturadas com três participantes que, no momento da entrevista, residiam em Aparecida de Goiânia. O material discursivo foi categorizado em quatro blocos: situação de rua; dinâmica do uso de drogas; violências sofridas e ser mulher em situação de rua (Machado, 2016).

Segundo Machado (2016, p. 91), o estudo adotou a perspectiva das interseccionalidades de gênero, classe e raça/etnia “para analisar de modo articulado o entrelaçamento dos marcadores na constituição das desigualdades sociais”. Assim, buscou “considerar a variedade de arranjos e processos” que os marcadores sociais de gênero, classe social, raça/etnia, situação de rua e o uso de drogas constroem no decorrer da vida das entrevistadas. A análise mostrou um contexto anterior a vida nas ruas permeado por violência doméstica e estando em situação de rua:

o contexto da rua também aparece como uma extensão dessas violações, além de espaço profícuo para a reiteração da abjeção. Há uma consecutiva repetição das violências e imposição de subordinação às mulheres. Seja através dos riscos à saúde aos quais estão expostas, seja pela violência de estado praticada pelos agentes de polícia, pela troca do corpo por drogas, ou ainda por outros sujeitos não identificados que praticam abusos quando, a ermo, e sob efeito de substâncias (Machado, 2016, p. 94).

Para o autor, a adoção da perspectiva interseccional permitiu compreender que os marcadores sociais estruturam as desigualdades sociais em ambos os contextos: doméstico/privado e nas ruas/público. Assim, possibilitou uma análise mais ampla e crítica do fenômeno que contribui para desnaturalização da violência de gênero (Machado, 2016).

Machado (2016) sintetiza alguns aspectos da violência que marcam a vida das mulheres em situação de rua: violências psicológicas, físicas e sexuais ao longo do ciclo vital e que é praticada por cônjuges, familiares e agentes policiais. Para algumas

mulheres, a violência doméstica, a negligência emocional e os conflitos familiares foram fatores primários que as levaram à rua. A rua, contraditoriamente, pode dar uma sensação de proteção que não foi encontrada no ambiente doméstico. É comum as mulheres em situação de rua estabelecerem relacionamentos conjugais em busca de proteção contra violências, sujeitando-se, no entanto, a novos ciclos de violência. Outra forma de buscar proteção é a construção de rede de apoio e o pertencimento a algum grupo.

O estudo mostra que as desigualdades nas relações de gênero favorecem o uso de drogas pelas mulheres. Entre as desigualdades, o abuso sexual sofrido por mulheres em situação de rua é mencionado como uma das causas frequentes para o uso de drogas. O uso pode ser uma forma de apaziguar angústias e dores decorrentes das desigualdades de gênero. Uma prática comum entre mulheres em situação de rua usuárias de drogas é troca de sexo por drogas. O comportamento costuma ser praticado sob fissura e as expõe à riscos como ISTs e gravidez indesejada. A dinâmica do uso de drogas pelas mulheres entrevistadas envolveu, ainda: o consumo precoce, na infância ou adolescência e de múltiplas substâncias (Machado, 2016).

O estudo conclui que a perspectiva de gênero se mostra essencial para a compreensão das vivências de mulheres em situação de rua e desvelamento das reiteradas desigualdades que marcam a existência feminina e aponta a necessidade de uma análise crítica das políticas públicas voltadas à PSR. O autor defende a aproximação da Psicologia com as discussões de gênero como “condição fundamental para uma análise compromissada ética e politicamente com a qualidade de construção das ciências psicológicas em consonância com os direitos humanos” (Machado, 2016, p. 97). Por fim, o estudo sugere que os dados levantados na pesquisa podem contribuir para o planejamento e execução de políticas públicas voltadas à PSR que contemplem as especificidades das mulheres em situação de rua.

O estudo de Mesquita (2021) analisa ações da Clínica Ampliada realizadas pelo Consultório de Rua no enfrentamento da violência contra a PSR em Goiânia, Goiás entre 2010 e 2014. A autora descreve a violência institucional e social contra a PSR e ações da Clínica Ampliada, apresentando fatos, características, elementos e informações descritos em relatórios, diários de campo e matérias de jornais.

Para a autora, o fenômeno da PSR está explicitamente vinculado à estrutura da sociedade capitalista e a expressão “PSR” em sua pesquisa se refere a “pessoas que vivem em condições de extrema pobreza, numa situação de vulnerabilidade e exclusão como condição social produzida pela sociedade capitalista” (Mesquita, 2021, p. 22). O

referencial teórico-metodológico inclui fundamentos da Teoria Crítica, do Modelo Psicossocial e Pressupostos Marxistas (Mesquita, 2021).

O período do recorte temporal realizado pelo estudo, 2010 a 2014, foi marcado por assassinatos e denúncias de extermínio de pessoas em situação de rua. Assim, o estudo denuncia a persistência do preconceito e das tentativas de exterminar corpos, identidades e histórias das pessoas em situação de rua, que continuam a enfrentar a violência institucional e a negação de direitos. Os dados levantados na pesquisa identificaram a prevalência da violência institucional e social, sendo os agentes do Estado (policiais e profissionais vinculados a instituições públicas) os principais reprodutores de violência (Mesquita, 2021). Segundo Mesquita (2021, p. 19):

o desamparo estrutural do Estado para com a população em situação de rua é constatado na condução das intervenções violentas da polícia, nas negligências com a segurança desta população, na oferta de abrigos com estruturas físicas e de recursos humanos inadequadas, e nos cuidados distanciados da demanda destas pessoas.

Mesquita (2021) argumenta que a violência estrutural é vista como a base de todas as outras formas de violência, pois estrutura as desigualdades sociais. As formas de violência mais frequentes no caso da PSR são: apatia social, frieza e indiferença da sociedade, criminalização e estigma, em que "as pessoas em situação de rua são alvo preferencial de um processo de higienização urbana e criminalização da pobreza" (Mesquita, 2021, p. 127).

Mesquita (2021) aponta o Estado como o principal agente violador de direitos e identifica problemas como: persistência de ações assistencialistas na atenção a PSR; burocratização nas ações e na efetivação dos planos de atenção e cuidados; morosidade em apurar denúncias e tomar providências; e rigidez institucional, dificultando a adesão e provocando expulsões.

A autora também mostra como a atuação profissional da Psicologia em uma equipe interdisciplinar de Consultório de Rua contribuiu para minimizar, por meio da Clínica Ampliada, as violências praticadas contra a PSR. De acordo com a autora, a Clínica Ampliada é um recurso que se assenta em uma perspectiva popular e democrática que "não se ausentou do posicionamento político necessário frente as iniquidades do Estado e da sociedade na promoção de cuidado à saúde" (Mesquita, 2021, 164).

A Clínica Política é uma dimensão da Clínica Ampliada que busca promover "a autonomia do sujeito, o envolvimento de uma rede comunitária em prol de atendimento

de suas demandas, e, principalmente, que traga empoderamento destas populações enquanto cidadãos de direito e deveres” (Mesquita, 2021, p. 71). Segundo Mesquita (2021, p. 166):

a presença de uma Clínica revolucionária no SUS se torna mais uma estratégia e uma possibilidade para iniciar o processo de mudanças numa estrutura social que cria, legítima e/ou se ausenta das situações em que uma classe oprimida sofra violência por estar em situação de vulnerabilidade social e miserabilidade.

Assim, a Clínica Ampliada é defendida como estratégia que possibilita articular ações de natureza clínica e sociopolítica necessárias para minimizar a violência com a PSR. Orientada por uma perspectiva macro, viabiliza o alcance de objetivos políticos, superando a alienação e fragmentação no cuidado. Trata-se de abordagem que rompe com práticas vitimizadoras e propõe práticas libertadoras e protagonizadoras, e, com o uso de tecnologias relacionais, favorece a adesão e o vínculo dos usuários.

A autora expõe um questionamento comum feito a profissionais da psicologia que assistem a PSR sobre a natureza das intervenções realizadas nas ruas: “são abordagens psicológicas ou assistência social?”. Diante de tal questionamento, Mesquita (2021, p. 166-167) problematiza o papel da psicologia:

ajudaria a psicologia, quando se posicionava politicamente sobre tais sofrimentos, trazendo contribuições para a equipe, fomentando debates, de um ponto de vista macro as implicações que potencializavam tais ações de violência? Ajudaria, assim, a psicologia a encontrar o sujeito com todas as suas dimensões humanas, do sujeito como o ser social e não como um ser social (com o social e o psicológico como atributos do biológico), então, livre do determinismo biológico ou biopsicológico da clínica padronizada, ideologizada?.

Em resposta, a autora argumenta que responsabilizar a pessoa em situação de rua por sua condição de pauperização contribui para reforçar sua estigmatização, piorando ainda mais a situação. Para analisar a situação da PSR, a autora recomenda o estudo aprofundado de Martin-Baró, Adorno, Parker e Yamamoto. Para a autora, o estudo destes autores reforçou a ideia de uma "psicologia social libertadora", capaz de realizar um trabalho clínico e político de transformação da realidade.

A pesquisa mostra que as ações da Clínica Ampliada contribuíram para o despertar da PSR para seus direitos, possibilitando maior visibilidade e um enfrentamento mais efetivo das violências cometidas por parte do Estado com essa população. Por isso, Mesquita (2021) preconiza o uso da Clínica Ampliada pela Psicologia como recurso na

atenção e cuidado das pessoas em situação de rua e na luta social para transformar a realidade.

As intervenções da Clínica Política incluíram: oficinas de formação política com a PSR, visando a politização na luta por direitos; articulação com o Comando da Polícia Militar para discutir violência policial contra a PSR; inclusão de pessoas em situação de rua como representantes da PSR em Comitês Municipais e Estaduais; e a criação do MNPR GO (Mesquita, 2021). Estas intervenções resultaram em ações concretas na legislação, como a participação na elaboração do Plano de Ação para a População em Situação de Rua e a Portaria 077/2014, que versa sobre o fluxo e protocolo intersetorial de atendimento SUS/SUAS (Mesquita, 2021).

A partir deste estudo, a autora conclui que a Psicologia deve integrar em sua clínica e análises os fatores psicossociais e históricos que intensificam as vulnerabilidades, evitando culpar ou criminalizar a pessoa em situação de rua por sua condição. Para Mesquita (2021, p. 167-168), a práxis da Psicologia, numa perspectiva transformadora:

pode propiciar uma intervenção que não culpe nem criminalize este sujeito pela sua condição de vulnerável, mas leve em consideração os fatores políticos e sociais do agravamento desta condição. Quando a psicologia ignora tais determinantes, ela se coloca a serviço das classes dominantes, sendo um instrumento da legitimação da exploração do homem pelo homem.

Portanto, a atuação da Psicologia, pode "favorecer este processo de conscientização das pessoas em situação de vulnerabilidade e de sua própria exclusão" (Mesquita, 2021, p.168).

O estudo propõe novas possibilidades de atuação para os profissionais da Psicologia que atuam nesta linha de cuidado. A experiência do Consultório de Rua de Goiânia, com suas intervenções, revelou a importância do trabalho do psicólogo numa perspectiva social libertadora, que atue na conscientização política e no desvelamento da violência estrutural, auxiliando no planejamento de ações transformadoras (Mesquita, 2021). A dissertação defende, ainda, a Clínica Ampliada, com sua dimensão de Clínica Política, como estratégia primordial para o Sistema Único de Saúde (SUS) enfrentar as iniquidades e promover o cuidado integral coerentes com as necessidades psicossociais da PSR. Para Mesquita (2021), a adoção desta abordagem representa um posicionamento ético e político da Psicologia que supera a fragmentação e a alienação no cuidado.

Em síntese, as produções sobre PSR da Psicologia em Goiás (Machado, 2016; Mesquita, 2021) carregam algumas marcas: vinculam a PSR a um subgrupo, gênero, e ou a uma característica, drogas e violência; abordam a violência na vida das pessoas em situação de rua como transversal ou estrutural; focalizam a política de saúde, mais especificamente, o dispositivo CnaR, serviço direcionado à PSR; destacam a importância da intersetorialidade com o SUAS no atendimento à PSR; defendem a Clínica Ampliada como recurso fundamental na atenção e cuidado das pessoas em situação de rua; expõem contradições das políticas públicas e oferecem recomendações para seu aprimoramento e fortalecimento; adotam uma concepção de PSR que vincula o fenômeno à sociedade capitalista e reconhecem que tem fatores sociais e históricos em sua gênese, inclusive, discorrem sobre; fundamentam suas análises em referenciais teórico-metodológicos diversos, Construcionismo Social e Psicologia Crítica; criticam a Psicologia tradicional e apontam alternativas, Psicologia Feminista e Psicologia Libertadora.

Os estudos da Psicologia sobre PSR em Goiás visibilizam e denunciam a violência praticada contra as pessoas em situação de rua; recomendam a aproximação entre Psicologia e outros saberes: perspectiva de gênero, Modelo Psicossocial, Clínica Ampliada; criticam a Psicologia tradicional e adotam uma perspectiva crítica.

A seguir, exibiremos aspectos gerais da produção nacional de conhecimento da Psicologia sobre a PSR e, em particular, categorizaremos e analisaremos as concepções de PSR adotadas pela Psicologia em sua produção.

3.4 Como a Psicologia tem abordado a População em Situação de Rua em sua produção científica?

Desde que nascemos somos treinados para não ver nada mais que pedacinhos. A cultura dominante, cultura da desvinculação, rompe a história passada como rompe a realidade presente; e proíbe montar o quebra-cabeça. (Galeano, 2023, p. 17)

Esta seção apresenta características da produção científica publicada entre 2009 e abril de 2024 e encontrada por meio de levantamento realizado na base de dados SciELO. O levantamento foi realizado em abril de 2024. Inicialmente, foram encontrados 125 artigos. Após aplicação dos critérios de seleção, foram descartados 60 trabalhos repetidos

nas bases de dados. Com isso o levantamento chegou a 65 trabalhos para análise, vide tabela 1.

Os 65 artigos selecionados após o levantamento foram lidos parcialmente e analisados com foco na categoria PSR. Em primeiro lugar, apresenta-se algumas dimensões gerais. Em seguida, apresenta-se uma categorização temática construída a partir da leitura de resumos, introduções e considerações finais dos trabalhos analisados.

3.4.1 Características gerais da produção científica da Psicologia sobre a PSR

Em relação ao ano das produções científicas, identificamos que o maior número de publicações se concentra, respectivamente, nos anos de 2014, 2018, 2019 e 2020, conforme apresentado na tabela 2. No ano de 2020 houve maior quantidade de publicações científicas da Psicologia sobre o tema, totalizando 16,9%. Foram encontrados 49 trabalhos produzidos exclusivamente pela Psicologia (75,3%) e 16 trabalhos produzidos pela Psicologia e outras áreas do conhecimento (24,7%).

Tabela 2 – Ano das produções científicas

Ano	Número de Artigos
2009	3
2010	3
2011	1
2012	1
2013	1
2014	6
2015	3
2016	4
2017	4
2018	6
2019	8
2020	8
2021	4
2022	5
2023	5

O aumento da produção científica da Psicologia sobre PSR pode estar relacionado ao crescimento no número de publicações disponíveis na base de dados e, ao mesmo tempo, pode ser resultado da expansão da PSR no Brasil.

Com relação ao estado e região de produção científica no campo da Psicologia sobre PSR, nota-se uma concentração de produção nos estados do Rio Grande do Sul, São Paulo, Rio de Janeiro, Rio Grande do Norte e Minas Gerais, respectivamente, de forma particular. E na região sudeste, sul, nordeste e norte, respectivamente, de forma geral. A região centro-oeste é a que menos produziu pesquisa na temática.

Tabela 3 - Distribuição da produção por região e estado

Região	Estado	Quantidade	Total	Porcentagem
Sudeste	São Paulo	11	27	41,6%
	Rio de Janeiro	8		
	Minas Gerais	6		
	Espírito Santo	2		
Sul	Rio Grande do Sul	11	14	21,6%
	Santa Catarina	2		
	Mato Grosso do Sul	1		
Nordeste	Ceará	4	11	17%
	Paraíba	2		
	Pernambuco	2		
	Piauí	2		
	Alagoas	1		
Norte	Rio Grande do Norte	7	8	12,3%
	Amazonas	1		
Centro-oeste	Distrito Federal	2	2	3%
Mais de uma região em um mesmo estudo	Bahia, Ceará e Rio Grande do Sul	1	2	3%
	Pernambuco, Alagoas e Rio Grande do Sul	1		
Não identificado	Nacional	1	1	1,5%

A maior parte dos estudos da Psicologia sobre PSR foi produzida por autoras da região sudeste, região onde se concentra o maior número de instituições universitárias e programas de pós-graduação. Além disso, é a região de grande concentração de pessoas em situação de rua. Segundo levantamento do OBPopRua / UFMG (2025), cerca de 60% da PSR do país está na região sudeste.

Os temas identificados pela leitura dos artigos foram: modos de vida da PSR; contextos e trajetórias que culminaram na situação de rua; a relação entre estar em situação de rua e o uso de drogas; crianças e adolescentes em situação de rua; construção social da identidade das pessoas em situação de rua; estereótipos, estigmas e preconceitos relacionados às pessoas em situação de rua; singularidades e diversidades das pessoas em situação de rua; as políticas de atendimento destinadas à PSR; cultura e redes informais de cuidado; revisão sistemática do conhecimento científico produzido sobre essa população; especificidades e modos de vida de mulheres em situação de rua.

Quanto às políticas sociais estudadas, dos 65 trabalhos analisados, 35 discutem, amplamente ou como foco especial, as políticas de atendimento à PSR no SUS ou no SUAS, totalizando 53,8% da produção. A ênfase nas políticas do SUS e SUAS já foi apontada por Medeiros e cols. (2020) no estudo sobre as políticas de atendimento à PSR na América Latina.

Tabela 4 – Distribuição da produção por política de saúde e de assistência social

Política	Trabalhos encontrados
SUS	Morais & cols., 2010; Londero, Ceccim & Bilibio, 2014; Pacheco, 2014; Macerata, Soares & Ramos, 2014; Engstrom & Teixeira, 2016; Souza, Mesquita & Sousa, 2017; Wijk & Mângia, 2017; Londero & Paulon, 2018; Santos & Ceccim, 2018; Machado & Rabello, 2018; Macerata, Soares & Oliveira, 2019; Engstrom & cols., 2019; Vale & Vecchia, 2019; Vale & Vecchia, 2020; Rossi & Tucci, 2020; Valle & Farah, 2020; Valle, Farah & Carneiro Junior, 2020; Brito & Silva, 2022; Marques & cols., 2022; Camargo & cols., 2022.
SUAS	Morais & Koller, 2012; Ferreira, Littig & Vescovi, 2014; Costa & cols., 2015; Macerata & Passos, 2015; Souza, Costa-Rosa & Benelli, 2019; Ferreira & cols., 2019; Moraes & Macêdo, 2020; Nascimento &

	Máximo, 2021; Pedrosa & Cáceres-Serrano, 2022; Pinheiro & Giongo, 2022.
SUS e SUAS	Medeiros & cols., 2020; Cruz & Taquette, 2020; Nardes & Giongo, 2021; Coldibeli, Paiva & Batista, 2023; Gramajo & cols., 2023.

Dos 20 trabalhos que versam sobre o SUS, 12 são sobre Consultório na Rua. Já no que se refere aos trabalhos sobre o SUAS, todos tratam sobre serviços socioassistenciais especializados no atendimento à PSR (Centro Pop, SEAS, Instituição de Abrigamento). Estes dados sugerem uma grande contradição, isto é, apesar das garantias legais, devido às barreiras encontradas ao tentar acessar outros serviços das políticas citadas e demais políticas sociais, o atendimento da PSR nas políticas públicas é realizado, prioritariamente, nos serviços especializados de atendimento às pessoas em situação de rua das políticas do SUS e SUAS.

A análise da produção científica revela que a Psicologia tem contribuído para compreender as características e modos de vida dessa população; a construção de identidade das pessoas em situação de rua; os estigmas, preconceitos e discriminação que atravessam seu cotidiano fora e dentro das políticas públicas; os entraves e desafios das PS de saúde e assistência social no atendimento às pessoas em situação de rua e efetiva garantia de direitos; a existência de políticas compensatórias em detrimento de políticas abrangentes; a necessidade de aprimoramento e fortalecimento das políticas públicas existentes para atuação de forma integrada e intersetorial e de criação de políticas estruturantes.

3.4.2 Categorização das concepções de PSR adotadas pela Psicologia

A seguir, os 65 artigos encontrados na pesquisa foram organizados considerando a concepção de PSR. Identificaram-se três características centrais: um primeiro grupo de publicações define a PSR apenas superficialmente; um segundo grupo contém estudos que identificam influências políticas, sociais e econômicas na produção da PSR; finalmente, o terceiro grupo reúne discussões mais aprofundadas sobre as múltiplas determinações da PSR.

Quadro 1 – Concepção de PSR nos artigos

Categoria	Artigos encontrados
------------------	----------------------------

Definição superficial	Alvarez, Alvarenga & Della Rina (2009); Minervino & cols. (2010); Matias (2013); Londero, Ceccim & Bilibio (2014); Engstrom & Teixeira (2016); Souza, Mesquita & Sousa, (2017); Wijk & Mângia (2017); Rodrigues, Lima & Holanda (2018); Machado & Rabelo (2018); Ferreira & cols. (2019); Silva & Justo (2020); Rossi & Tucci (2020); Santos & Zanella (2021); Pedrosa & Cáceres-Serrano (2022).
Capitalismo como influência: fatores políticos, sociais e econômicos	Barros & cols. (2009); Morais & cols. (2010); Matias (2011); Morais & Koller (2012); Cardoso & Becker (2014); Ferreira, Littig & Vescovi (2014); Pacheco (2014); Macerata, Soares & Ramos (2014); Kunz, Heckert & Carvalho, (2014); Macerata & Passos (2015); Montiel & cols. (2015); Costa & cols. (2015); Diniz (2016); Félix-Silva, Sales, & Soares (2016); Silva & Hüning (2017); Nobre & cols. (2018); Londero & Paulon (2018); Sicari & Zanella (2018); Santos & Ceccin (2018); Souza, Costa-Rosa & Benelli (2019); Macerata, Soares & Oliveira (2019); Vale & Vecchia (2019); Rizzini & Couto (2019); Moraes & Macêdo (2020); Vale & Vecchia (2020); Cunda & Silva (2020); Valle, Farah & Carneiro Junior (2020); Silva, Hüning & Guareschi, (2020); Morais & Silva (2020); Cruz & Taquette (2020); Nardes & Giongo (2021); Santana & cols. (2021); Camargo e cols. (2022); Esmeraldo & Ximenes (2022); Coldibeli, Paiva & Batista (2023); Richwin & Zanello (2023).
“Questão social”, múltiplas determinações e vinculação à sociedade capitalista	Cirino & Alberto (2009); Matias & Francischini (2010); Moura Jr. & Ximenes (2016); Delfin, Almeida, & Imbrizi (2017); Engstrom & cols. (2019); Mendes, Ronzani & Paiva (2019); Sousa & Macedo (2019); Medeiros & cols. (2020); Valle & Farah (2020); Nascimento & Máximo (2021); Brito & Silva (2022); Marques & cols. (2022); Medeiros & cols. (2023); Pinheiro & Giongo (2023); Gramajo e cols. (2023).

Definição superficial

Dos 65 artigos selecionados e analisados, 14 partem de uma concepção superficial de PSR, não se preocupando em debater mais detalhadamente o fenômeno, totalizando 21,6% da produção. Alguns chegam a não apresentar uma conceituação, outros apenas citam a conceituação presente na política. Os 14 trabalhos que apenas descrevem a PSR a partir da sua expressão imediata, sem considerar contexto social, político e econômico que culminou na situação de rua foram retirados da análise.

A despeito de optarem por não apresentar uma conceituação aprofundada sobre PSR, algumas destas produções apresentam contribuições relevantes. Por exemplo, o trabalho de Alvarez, Alvarenga e Della Rina (2009, p. 261) dedicou-se ao estudo das características do processo do ‘encontro transformador’ entre “os moradores de rua e as pessoas que foram seus pontos de apoio positivos” e ao referir-se a esse grupo populacional, afirma que são “vítimas dos preconceitos e dos processos de exclusão de uma sociedade que os rejeita”.

Ao analisar o desenvolvimento de competência emocional em crianças em situação de rua, Minervino e cols. (2010, p.354), as conceituam como um grupo formado por “sujeitos que estão sendo usurpados de seus direitos básicos: saúde, alimentação, educação, convivência familiar, lazer, viver a infância”, pessoas que estão à margem da sociedade.

No trabalho de Wijk e Mângia (2017, p. 1131), a PSR é descrita como a população que “apresenta precárias condições de vida e saúde; é marginalizada; não tem acesso a direitos humanos e/ou direitos sociais básicos e se encontra exposta a fatores de risco e a violências, o que a torna muito vulnerável”.

A pesquisa de Rodrigues, Lima e Holanda (2018, p. 425-426) investiga a repercussão de estigmas no cotidiano de pessoas em situação de rua que fazem uso de drogas. Na investigação o termo “PSR” é utilizado para se referir “às pessoas que, por motivos diversos, passaram a habitar logradouros públicos das cidades, fazendo destes o seu espaço de convivência e realização de atividades diárias e individuais”. Rossi e Tucci (2020) avaliam o acesso aos tratamentos oferecidos para a dependência de drogas para os usuários de crack em situação de rua a partir da percepção dessa população. Neste estudo, as autoras partem de uma síntese da expressão fenomênica para descrever a PSR:

é um grupo heterogêneo, mas com algumas características comuns que os identificam em suas formas de ser e viver no mundo... Suas trajetórias de vida revelam processos de perdas e rupturas: perda de vínculos familiares, de emprego,

de moradia, de autoestima, da dignidade humana. São vítimas de violações de direitos humanos, de intolerância por grande parte da sociedade e carregam no corpo as marcas do estigma, evidenciadas pela discriminação e preconceito que sofrem no dia-a-dia (Rossi & Tucci, 2020, p. 12).

O trabalho de Santos e Zanella (2021), acerca da condição de pessoas em situação de rua, a partir de algumas das tensões que emergem do encontro de seus corpos com o corpo da cidade, exemplifica bem a concepção de PSR focada na aparência. Descrevem a PSR como:

... pessoas que transitam anonimamente à luz do dia, mescladas à multidão que circula freneticamente, e que permanecem quando o ruído do comércio e das repartições cessa ao final do expediente. Nas ruas de poucos passantes, nas praças e marquises de iluminação fugidia, assentam os poucos pertences que escondem durante o dia, e se deixam levar pelo ritmo da paisagem, afirmando suas presenças na vida da cidade (Santos & Zanella, 2021, p. 2).

A pesquisa de Pedrosa e Cárceres-Serrano (2022, p. 162) analisa a articulação intersectorial entre Centro Pop e serviços de atenção em saúde mental e afirma que “a caracterização da população em situação de rua (PSR) é marcada dentre outros fatores, por grande vulnerabilidade social e complicações de saúde, principalmente, o uso abusivo de psicoativos e sofrimento psíquico intenso”.

Nota-se, a partir das leituras, uma concepção de PSR focada na expressão fenomênica, isto é, na aparência imediata do fenômeno.

Capitalismo como influência: fatores políticos, sociais e econômicos

Uma quantidade significativa de trabalhos, 36, menciona, de uma forma muito geral, a sociedade capitalista e a influência dos fatores políticos, sociais e econômicos na constituição da situação de rua. Contudo, apesar da apresentação de dimensões sociopolíticas e históricas não problematizam a raiz social no modo de produção capitalista ou como expressão da “questão social”.

Barros e cols. (2009, p. 447) na investigação sobre a dinâmica familiar de crianças e adolescentes em situação de rua, descrevem a situação de rua de crianças e adolescentes como “uma realidade perpassada por aspectos sociais, políticos, culturais, históricos, econômicos, que configuram uma complexa trama social”. Os autores enfatizam que as crianças e os adolescentes em situação de rua “transcendem o núcleo familiar, na medida em que se trata de uma problemática macrosocial, norteadas por questões sociais,

políticas, culturais, históricas e econômicas” (Barros & cols., 2009, p. 448). Na sequência afirmam:

Desse modo, considerar os fatores ligados à família não implica desconsiderar os demais, mas promover um recorte que possibilite a leitura de aspectos percebidos na dinâmica familiar, os quais, de certo modo, fragilizam o sujeito, e, juntamente com os outros fatores, acarretam a busca pela rua (Barros & cols., 2009, p. 449).

O trabalho de Macerata, Soares e Ramos (2014, p. 922), ao discutir o cuidado em saúde da PSR na Atenção Básica, afirma que a PSR é produzida em um contexto composto “de diversos fatores que podemos identificar e nomear objetivamente – condições sociais, econômicas, sanitárias, culturais – mas também, colada e misturada a eles, há sempre essa dimensão processual”. O estudo de Cardoso e Becker (2014, p. 609) sobre altas habilidades/superdotação em adolescentes em situação de rua menciona que todos adolescentes em situação de rua entrevistados “convivem desde o nascimento em contextos de dificuldades econômicas e sociais”.

Ferreira, Littig e Vescovi (2014) ao falarem sobre crianças e adolescentes abrigados devido à situação de rua citam a condição socioeconômica das famílias e a luta de classes como deflagradores da condição de rua. Costa e cols. (2015, p. 1100), na investigação sobre o cotidiano de gestantes em situação de rua e sua relação com as políticas públicas, afirmam que “não há uma explicação única para o sujeito viver nas ruas, pois, além de estar relacionado a fatores estruturais, existem grandes variações entre as pessoas, suas histórias, suas escolhas, de forma que o fato de morar na rua os coloca em situação semelhante, mas não os torna sujeitos iguais”.

Sicari e Zanella (2018), na revisão sistemática do conhecimento científico produzido sobre a PSR no Brasil, afirmam que múltiplos fatores ocasionam a vida nas ruas, sendo importante considerar o contexto social, histórico e político. Segundo as autoras, as razões que levam as pessoas a viverem nas ruas são diversas e “a precarização das condições de vida é uma delas, porém reduzir a compreensão do fenômeno a questões econômicas limita sua compreensão e reduz a complexidade que o conota” (Zicari & Zanella, 2018, p. 663-664).

Na pesquisa de Vale e Vecchia (2019) sobre as estratégias desenvolvidas pela PSR diante da carência de serviços públicos e das barreiras de acesso aos existentes, a PSR é descrita como “expressão de processos sociais e econômicos excludentes e da desigualdade social, conformando situações de extrema vulnerabilidade. Destacam-se as

relações familiares e afetivas precárias, assim como as relações marginais com o mercado de trabalho formal” (Vale & Vecchia, 2019, p. 223).

O trabalho de Rizzini e Couto (2019, p. 117) destaca que a maioria dos trabalhos analisados em sua pesquisa que investiga a produção acadêmica nacional sobre população infantil e adolescente nas ruas “trazem questionamentos importantes às tipificações e às crenças que homogeneizavam este grupo, contribuindo para a compreensão dos arranjos culturais e históricos que caracterizam esses sujeitos”.

A pesquisa de Valle, Farah e Carneiro Junior (2020) discute como é o acesso ao SUS na percepção dos adultos em situação de rua. Para os autores, as pessoas em situação de rua estão em vulnerabilidade social e “as condições de vulnerabilidade social podem estar relacionadas com a estrutura de oportunidades vivenciadas pelo indivíduo e com as características sociais, econômicas, culturais e políticas do lugar” (Valle, Farah e Carneiro Jurnior, 2020, p. 183).

Vale e Vecchia (2020, p. 2), ao investigarem os percursos de cuidados à saúde da PSR, afirmam que “a existência de pessoas em situação de rua (PSR) é emblemática das contradições do modelo político-econômico vigente”. Cruz e Taquette (2020, p. 638), ao analisarem como vivem pessoas em situação de rua, as vulnerações que sofrem e alternativas para mudar de condição, argumentam que:

No Brasil existem pessoas em situação de rua desde o período colonial, com o início do processo de libertação dos escravos e a transição para o capitalismo. Contudo, somente em 2009 o Governo Federal formalizou política pública em seu favor, considerando-as grupo populacional heterogêneo que possui em comum a pobreza extrema, os vínculos familiares interrompidos ou fragilizados e a inexistência de moradia convencional regular.

Santana e cols. (2021) investigam o consumo de substâncias psicoativas por crianças e adolescentes em situação de rua em três capitais brasileiras e destacam os eventos de vida adversos decorrentes do envolvimento com as drogas. Na compreensão dos autores, crianças e adolescentes em situação de rua não significam apenas o afastamento do local da residência, mas “o envolvimento com o comércio e/uso de substâncias psicoativas nos bairros de origem se caracteriza e se configura como uma situação de rua” (Santana & cols., 2021, p. 3). Para os autores, “há um *continuum* de fatores de risco e proteção envolvidos nas trajetórias de vidas individuais e que a rua é apenas um deles” (Santana & cols., 2021, p. 3). Portanto, “torna-se necessário investir em prevenção, não como se o problema fosse apenas individual, mas de forma a considerar

todos os fatores sociais, econômicos e políticos envolvidos na produção do fenômeno da situação de rua” (Santana & cols., 2021, p. 10).

Nardes e Giongo (2021, p. 1) analisam as vivências de mulheres em situação de rua, resgatando suas memórias, cotidiano e acesso às políticas públicas. A existência da PSR expressa a “incapacidade dos governos de enfrentar as crescentes desigualdades de renda, riqueza e acesso à terra e à propriedade, bem como à incapacidade de responder efetivamente aos problemas da urbanização e migração”. Para as autoras, “a expressão ‘situação de rua’ retrata tanto a carência de moradia quanto também descreve um grupo social. A relação restrita entre a negação de direitos e uma identidade social define a ausência de moradia da exiguidade de outros direitos socioeconômicos” (Nardes e Giongo, p. 1).

Outros trabalhos agrupados nesta categoria mencionam, pontualmente, a sociedade capitalista / burguesa / moderna como influência da situação de rua. O estudo de Macerata e Passos (2015, p. 540) problematiza o cuidado e o controle em um dispositivo da política de assistência social para crianças e adolescentes em situação de rua e apresenta a PSR como “parte inerente do funcionamento da sociedade moderna”.

No trabalho de Félix-Silva, Sales e Soares (2016), acerca dos modos de viver e fazer arte das pessoas em situação de rua, a situação de rua é abordada como produção histórica e cultural do capitalismo, “um sistema econômico fundado na injustiça social, que produz a marginalidade, a pobreza, o povo da rua das cidades e o trabalhador sem terra dos campos” (Gadotti, 1997, p.12, citado por Félix-Silva, Sales e Soares, 2016, p. 48).

Londero e Paulon (2018), ao investigarem as práticas de apoio na rede de saúde brasileira, mencionam que as demandas de produção e consumo da sociedade burguesa regulamentam a vida das pessoas, pautando as formas de cuidado e classificando o que é normal/anormal, saudável/patológico.

Nobre e cols. (2018, p. 2) afirmam que o fenômeno da PSR “está alicerçado no contexto de emergência e consolidação da política neoliberal adotada pelo Estado brasileiro”. Souza, Costa-Rosa e Benelli (2019, p. 3-4), concebem a PSR como “os sujeitos que foram empurrados para as bordas do consumo e da sociedade, e que retornam como se fossem o conteúdo inconsciente (recalcado), passando a habitar os espaços públicos e os centros das cidades, desvelando aquilo que se quer esconder, a pobreza”.

Moraes e Macêdo (2020) investigaram a construção de autonomia. Na compreensão dos autores a PSR é:

parcela da população que, por condições adversas como a pobreza, vivenciaram ao longo de anos situações humilhantes impostas por uma sociedade injusta no sentido social; os descaminhos são evidenciados pela falta de uma estrutura condizente com as condições mínimas para uma vida com qualidade, ou seja, ter garantido seus direitos de lazer, estudo, trabalho digno e principalmente exercer sua cidadania participativa (Moraes & Macêdo, 2020, p. 3).

Cunda e Silva (2020, p. 1) afirmam que a categoria PSR “expressa um dos limites da pobreza urbana e, de modo transversal, a expropriação burguesa, branca e patriarcal”. O estudo de Esmeraldo e Ximenes (2022), ao descrever a PSR se fundamenta em autores que a consideram como manifestação do processo de exclusão ou como grupo sobranço do processo produtivo, que tem inserção em condições instáveis e precárias no mercado de trabalho, repercutindo em outras dimensões da vida da pessoa.

Richwin e Zanello (2023, p. 1), ao investigarem as diferentes manifestações e incidências das violências que atingem as mulheres, destacam que as “violências físicas e sexuais revelaram-se os principais deflagradores para a ida para as ruas, mas não sua causalidade, pois incidiram em vidas já devastadas por violências estruturais e interseccionais”. As autoras apontam que “a população em situação de rua no Brasil sofreu um aumento expressivo nos últimos anos - 140% de 2012 a 2020 -, refletindo a crise econômica e o aumento do desemprego no país (IPEA, 2020)”. Além disso, destacam “que o problema da situação de rua não se limita à falta de moradia. As pessoas nessa condição sofrem destituições estruturais dos capitais econômico, cultural e social” (Richwin e Zanello, 2023, p. 2).

Para Coldibeli, Paiva e Batista (2023), o fenômeno da PSR é compreendido como produto de processos estruturais intrínsecos ao MPC e expressa as desigualdades sociais e econômicas da sociedade capitalista.

Em resumo, nesta categoria não há uma análise minuciosa sobre a relação existente entre a sociedade capitalista e PSR, mas os textos reconhecem a influência da sociedade capitalista e dos fatores econômicos, sociais e políticos na formação situação de rua.

“Questão social”, múltiplas determinações e vinculação à sociedade capitalista

Nesta categoria foram agrupados 15 trabalhos que abordam a situação de rua como uma manifestação radical da “questão social”, que possui múltiplas determinações e

consideram sua vinculação à sociedade capitalista. Identificamos 12 trabalhos que se fundamentaram em referenciais teórico-metodológico diversos.

Cirino e Alberto (2009) investigam os fatores que motivam o uso de drogas entre trabalhadores precoces em condição de rua, na atividade de malabares. A pesquisa aponta que as mudanças no mundo do trabalho (a flexibilização do mercado de trabalho, o acirramento das forças produtivas, a transformação e a precarização das relações e condições de trabalho e as políticas econômicas recessivas) geram desemprego e pobreza e empurram pessoas para viver nas e das ruas.

Matias e Francischini (2010) destacam que diferente do que marcou a produção científica sobre jovens em situação de rua até meados dos anos 1990, em que a situação de rua de crianças e jovens era relacionada à “desorganização e desagregação familiar comum entre as classes mais pobres”, vem se estabelecendo entre pesquisadores, “um consenso em torno da importância de compreensão desse fenômeno segundo a complexidade de suas características, e da importância dos determinantes histórico-culturais de suas reais condições de vida” (Matias e Francischini, 2010 p.244). Assim:

uma operação importante que esses estudos permitiram foi a desmontagem do sistema de crenças que tomava-os como um grupo homogêneo, ao mesmo tempo em que sugeriram os arranjos culturais e históricos como caminhos promissores para o seu entendimento. Com isso, foi acrescentado aos sistemas explicativos desse fenômeno o modelo de modernização realizado em países subdesenvolvidos, o que inclui industrialização e urbanização rápidas e tardias (Matias e Francischini, 2010 p.244).

Para analisar o processo de constituição da identidade social estigmatizada de pobre, Moura Jr. e Ximenes (2016) assumem a compreensão de que as pessoas em situação de rua representam a faceta mais evidente e perversa da pobreza e esta é impregnada de fatores de privação e de opressão simbólicos, sociais, psicológicos, estruturais e materiais. Segundo os autores, é no capitalismo que ocorre “a expansão da pobreza principalmente com as transformações econômicas, com o neoliberalismo, a reestruturação produtiva e a centralidade do mercado financeiro” (Moura Jr. & Ximenes, 2016, p. 78).

Delfin, Almeida e Imbrizi (2017, p. 4), em seu estudo sobre processos de (in)visibilização social da PSR, afirmam que a situação de rua “é um processo que está diretamente relacionado à expansão do capitalismo, não só enquanto um modelo econômico, mas como um conjunto de valores e maneiras de se relacionar”.

No estudo de Engstrom e cols. (2019) sobre produção de cuidados primários à saúde à população em situação de rua, prestados por equipes de Consultório na Rua, a PSR é abordada como:

um grupo heterogêneo formado por desempregados, egressos do sistema penitenciário, imigrantes, entre outros, que tem em comum a pobreza, as precárias condições de vida, a dificuldade de acesso aos serviços básicos de saúde e outros direitos de cidadania. Viver na rua é uma condição de extrema vulnerabilidade que precisa ser compreendida em sua dimensão multifatorial e como fruto das políticas neoliberais que acentuam as profundas desigualdades sociais, o desemprego, a precarização do trabalho, a pobreza, entre outras situações de iniquidades. Não pode ser atribuído, portanto, a uma simples escolha dos indivíduos, muitas vezes culpabilizados e estigmatizados por grande parte da sociedade por se encontrarem nessa situação (Engstrom e cols., 2019, p. 51).

A pesquisa de Nascimento e Máximo (2021, p. 2) analisa a atividade de trabalhadores que atuam em um programa de proteção social à população em situação de rua e afirma que a PSR “no Brasil é um espólio do projeto eugenista brasileiro, que concebia que apenas com o branqueamento da raça o país ingressaria no mundo civilizado”. E desde as crises econômicas e políticas iniciadas na década de 1970, é intensificada “em especial, quando da necessidade de reestruturação produtiva do setor automotivo para ganhar mais competitividade, a PSR se intensifica, associada ao aumento do desemprego, da favelização, do tráfico de drogas e da violência urbana” (Nascimento & Máximo, 2021, p. 2).

Na investigação de Brito e Silva (2022) sobre como a PSR e os profissionais de saúde percebem, reproduzem e lidam com estigmas e preconceitos produzidos por suas condições sociais, o aumento da PSR é associado à adoção da política neoliberal: “o efeito do neoliberalismo na descontinuidade de políticas sociais vem impactando negativamente nas condições de vida e trabalho, com evidências inequívocas no agravamento dos indicadores sociais” (Brito & Silva, 2022, p. 152). Segundo os autores, “é recorrente a tendência de responsabilizá-la por seus próprios problemas, sem levar em conta os contextos que os produziram” (Brito & Silva, 2022, p. 152).

Marques e cols. (2022, p. 124) investigam práticas e saberes construídos nos processos de cuidado entre a População em Situação de Rua usuária de drogas e afirmam que a PSR “denuncia a falsa autonomia que perpassou o ideário de liberdade alimentado na Idade Média em relação à construção das cidades”, evidenciando “como as

organizações sociais nesse espaço são antidemocráticas, subtraindo a existência de grupos sociais em decorrência de interesses econômicos”.

A expansão do número de pessoas em situação de rua no país se dá em meados do século XX, em decorrência de fatores diversos, alcançando sujeitos em processos migratórios decorrentes da industrialização, desempregados, com problemas associados ao uso problemático de drogas, egressos do sistema penitenciário, entre outros. Atualmente, esse cenário tem se intensificado mediante o fortalecimento da política neoliberal no país, responsável pelo aumento do desemprego e a fragilização de políticas públicas que garantam direitos sociais fundamentais, desdobrando-se em uma crescente criminalização da pobreza (Marques e cols., 2022, p. 124).

O estudo de Medeiros e cols. (2023, p. 3), sobre geração de renda para a PSR, afirma que o fenômeno da PSR possui múltiplas determinações e sua expansão “se relaciona diretamente ao agravamento das condições de vida nas sociedades regidas pelo capitalismo, principalmente em sua face neoliberal”. Os autores citam alguns processos inerentes ao momento atual do capitalismo que são apontados como causadores do crescimento da PSR: “a eliminação dos postos de trabalho, o crescimento do desemprego estrutural, a precarização nas condições de trabalho e o consequente empobrecimento da população, associados à ausência de políticas sociais ampla” (Medeiros & cols., 2023, p. 3).

Importante assinalar três trabalhos que abordam a PSR como expressão radical da “questão social”, afirmando a dimensão estrutural do fenômeno e explorando esta dimensão. No ensaio teórico-reflexivo sobre o fenômeno da População em Situação de Rua (PSR) como expressão da “questão social”, Sousa e Macedo (2019, p. 3) defendem que “ao se estudar a PSR é necessário ter clareza que se trata de um fenômeno de ordem multidimensional, a fim de não trazer uma visão reducionista para o mesmo”. Para tanto, apontam três conjuntos de fatores que, nas palavras dos autores, “não se apresentam dissociados, pelo contrário, se atravessam e se retroalimentam”, a saber:

os fatores estruturais (mutações no mundo do capital e no papel do Estado e suas repercussões ao mundo do trabalho, ausência de moradia); fatores biográficos (relacionado com as histórias de vida e trajetórias individuais, como fragilidades e rompimentos nos vínculos familiares, transtornos mentais, uso abusivo de álcool e outras drogas, perdas); fatores de natureza ou desastres de massas (terremotos, enchentes etc.) (Silva, 2006, citada por Sousa & Macedo, 2019, p.3).

Segundo os autores, “é no surgimento da “questão social” que se encontra as condições objetivas para compreender a historicidade do fenômeno da PSR, em termos de como emergiu e complexificou ao associar-se a outros elementos” (Sousa & Macedo, 2019). Eles alertam que “o que existe concretamente não é a Questão Social, mas suas expressões: pauperização, exclusão, desigualdades sociais, violência, analfabetismo, trabalho infantil, desemprego, situação de rua, fome, etc.”, sendo a PSR “um fenômeno que se intercriza com outras expressões da “questão social”, como desemprego, pobreza e ausência de moradia” (Sousa & Macedo, 2019, p. 3). Os autores argumentam que uma compreensão histórico-crítica da PSR precisa analisar sua emergência a partir do desenvolvimento do capitalismo, pois é:

no conflito capital/trabalho onde a produção é socializada, ao passo que ocorre a dissociação do trabalhador dos seus meios de produção, como a expulsão violenta do campesinato de sua base fundiária, expropriação de sua produção familiar e usurpação de terras comunais para pastagens, acompanhado de leis sanguinárias, gerando massas de indigentes e desocupados (Marx, 2011, citado por Sousa & Macedo, p. 3).

Portanto, a PSR é expressão contundente da “questão social”, cuja causa estrutural são as relações capitalistas, responsáveis pela produção contínua de uma superpopulação relativa ou exército industrial de reserva, isto é, grupo excedente à capacidade de absorção do mercado de trabalho no capitalismo (Sousa & Macedo, 2019).

No trabalho de Mendes, Ronzani e Paiva (2019), a PSR aparece como uma categoria social complexa, que expressa as desigualdades sociais principalmente provenientes de transformações políticas, sociais e econômicas das últimas décadas e exige considerar o dinâmico processo de “vulnerabilização” que antecede a ida para as ruas. Portanto, “não é possível individualizar a condição da rua, pois esta, tem intrínseca relação com fatores macroestruturais de ordem socioeconômica e política, em especial, quando analisamos a formação histórica brasileira, marcada por um abismo social entre os diferentes segmentos de classe social” (Mendes, Ronzani & Paiva, 2019, p.2).

O estudo de Medeiros e cols. (2020) defende a PSR como um fenômeno complexo que possui múltiplas determinações e só pode ser desvelado considerando as determinações econômicas, políticas e sociais que determinam sua historicidade. Os autores afirmam que:

entre as diversas expressões da ‘questão social’ que marcam a vida nas cidades latino-americanas, encontra-se o fenômeno da População em Situação de Rua

(PSR), grupo populacional que vive em condição de extrema pobreza e vivencia uma série de violências e violações de direitos sociais em seu cotidiano (de Medeiros, 2020, p. 2).

Para os autores, “a PSR é uma expressão radical da questão social, sendo um dos grupos que expressa mais fortemente a materialização da violência imposta pelo sistema capitalista sobre as vidas humanas” (de Medeiros & cols., 2020, p. 3). Na compreensão dos autores, a “questão social” é “oriunda do processo de desigualdade na distribuição diferenciada dos bens socialmente produzidos, intensificada no modo de produção capitalista com a expansão e generalização da pobreza, ao mesmo tempo em que ocorre aumento da capacidade de produção de riquezas” (Netto, 2006, citado por de Medeiros & cols., 2020, p.2). Na sequência de Medeiros e cols., (2020, p. 2) destacam que “a história da América Latina é marcada por exploração e violência desde a colonização dos europeus sobre os povos nativos, gerando exclusão socioeconômica e político cultural, concentrações de terras, renda, expulsão e massacre dos indígenas e africanos colonizados.

Assim, os autores compreendem a “questão social” como “conjunto dos problemas políticos, sociais e econômicos postos pela emergência da classe operária no processo de constituição da sociedade capitalista. Em outras palavras, trata-se da manifestação, no cotidiano da vida social, da contradição capital-trabalho” (Yamamoto & Oliveira, 2014, p. 23, citado por de Medeiros & cols., 2020, p. 2). Por fim, Medeiros e cols. (2020, p. 13) alertam:

com o avanço da agenda neoliberal, urge a necessidade de aprofundar a discussão acerca da determinação produtora da desigualdade social, visando superá-la e avançar na construção de modos de sociabilidade mais justos e em que as pessoas possam acessar direitos sociais para uma vida com dignidade. É fundamental, ainda, o avanço na implementação de políticas sociais que visem possibilitar o real acesso aos direitos sociais pela PSR.

Discussão

A partir do decreto 7.053/2009, que institui a PNPSR, a “população em situação de rua” se consolida como categoria. Apesar dos avanços, sobretudo quando se pensa em termos de legislação, ainda se pode identificar uma tendência a considerar a situação de rua como responsabilidade do grupo que a vivencia, desconsiderando as condições econômicas, históricas, sociais e políticas concretas que a determinam.

A adoção de explicações reducionistas e naturalizantes, em relação à PSR, não é incomum em estudos sobre o tema, o que buscamos neste estudo foi investigar se explicações desta natureza estão presentes na produção científica da Psicologia sobre a PSR. Para tanto, algumas questões fundamentais nortearam as análises: as concepções sobre PSR por parte das (os) profissionais de Psicologia consideram a historicidade do fenômeno? A concepção adotada tem impacta a vida das pessoas em situação de rua? Qual a contribuição da Psicologia para garantia e efetivação dos direitos das pessoas em situação de rua?

A análise dos trabalhos mostra que a concepção de PSR nem sempre cita a dimensão estrutural do fenômeno, abordando a situação de rua como uma característica em si e por si. Estes trabalhos podem contribuir para naturalizar existência de pessoas em situação de rua ao não compreender suas causas estruturais. Conforme abordado nas considerações teórico-metodológicas, a expressão imediata compõe o fenômeno, mas é apenas um fragmento da realidade.

A tentativa de abarcar a sociedade capitalista e suas dimensões econômicas, sociais e políticas, se afastando de concepções simplistas, é fundamental para uma melhor compreensão sobre a PSR.

Um grupo significativo de trabalhos cita pontualmente a sociedade capitalista e os fatores econômicos, sociais e políticos em sua conceituação de PSR. Embora esses estudos contribuam para combater estereótipos, estigmas e equívocos relacionados à PSR, também podem ser problematizados. Apesar de reconhecerem que a sociedade, a política e a economia articulam-se com a PSR, não apontam a raiz do problema: o modo de produção capitalista.

Considerando aqueles trabalhos que adotaram só a expressão imediata sem sequer citar a dimensão estrutural e aqueles que mencionaram a influência da sociedade capitalista e dos fatores políticos, sociais e econômicos, são 77% de trabalhos que acabam ficando um pouco mais no reino da expressão imediata e não abordam a complexidade do fenômeno. Então, de modo geral, predomina na Psicologia uma concepção de PSR que não vai à raiz da questão e invisibiliza as condições sociais e históricas fundamentais para sua compreensão. A predominância da concepção fragmentada e naturalizante sugere relação com uma formação acadêmica que destoa da das demandas apresentadas pelas pessoas em situação de rua à (aos) profissional da Psicologia nas políticas públicas. O processo de naturalização da situação de rua tem implicações de ordem social e política.

A concepção que é mais complexa e realiza uma problematização crítica da PSR, aparece na categoria que agrupa os trabalhos que tratam a situação de rua como “questão social” com múltiplas determinações vinculadas à sociedade capitalista. Estes estudos totalizam 23% da produção científica analisada e representam um avanço quando comparados aos que se restringem a mencionar os fatores econômicos, sociais e políticos e a sociedade capitalista.

Um pequeno grupo de estudos classificados nesta categoria, especificamente três produções, se destacam por afirmar a dimensão estrutural do fenômeno, resgatar o debate sobre a “questão social” e explorar as mediações presentes nessa relação de determinação, buscando as condições objetivas para compreensão da historicidade da situação de rua, e, conseqüentemente, distanciando das concepções individualizantes e despolitizantes focadas nas expressões imediatas do fenômeno.

Em síntese, para o grupo que aborda a situação de rua como “questão social” com múltiplas determinações vinculadas à sociedade capitalista, é fundamental afirmar a dimensão estrutural da PSR e explorar esta dimensão, pois, só pode ser desvelada considerando as determinações econômicas, políticas e sociais que determinam sua historicidade. Portanto, a PSR é forjada por múltiplas determinações que se relacionam diretamente ao agravamento das condições de vida decorrentes da expansão do capitalismo; o aumento da PSR é associado à adoção da política neoliberal que acentua as profundas desigualdades sociais, o desemprego, a precarização do trabalho, a violência, a favelização, a pobreza, entre outras situações de iniquidades, ou seja, é expressão radical e contundente da “questão social” que se intercruciza com outras expressões da “questão social”, como desemprego, pobreza e ausência de moradia.

A análise da produção de conhecimento da Psicologia sobre PSR sugere que, em sua maioria, os trabalhos da Psicologia analisam a situação de rua a partir de uma concepção de realidade que desconsidera a historicidade, a materialidade e a dialeticidade que a forja. A adoção de concepções que contribuem para naturalizar a situação de rua pode estar relacionada a problemas conceituais e metodológicos que não situa historicamente a gênese, a consolidação e o desenvolvimento da PSR. No entanto, apreender a realidade concreta da PSR exige uma análise fundada na totalidade social.

O modo da psicóloga e do psicólogo conceber a PSR tem relação com o seu modo de intervir. Logo, a concepção fragmentada da situação de rua esvazia a categoria PSR de processos fundamentais na sua compreensão e impactam no tipo de relação que se estabelece com essa população nas políticas públicas. Na ausência de articulação entre

situação de rua e processos históricos, sociais e políticos, a Psicologia pode contribuir para o fortalecimento e ocultamento das violências e opressões que acometem a PSR.

Apesar da limitação no trato da categoria PSR, conforme apresentado na sistematização geral da produção de conhecimento analisada, a grande maioria dos trabalhos traz contribuições importantes para compreensão e trato da PSR, em especial, no que diz respeito aos modos de viver dessa população; à estigmas, discriminação e preconceitos e às políticas públicas.

Portanto, nossa intenção não se restringe a questionar os fundamentos teórico-metodológicos dos conhecimentos produzidos, mas, sim, problematizar a concepção de PSR predominante na Psicologia, contribuindo para ampliar o universo de mediações apreendidas, superar a concepção focada na expressão imediata da situação de rua, aprofundar o grau de compreensão da Psicologia acerca das múltiplas determinações da situação de rua e orientar práticas alinhadas com as condições concretas de vida das pessoas em situação de rua. Nessa direção, destaca-se a importância de novos estudos da Psicologia sobre a temática.

Considerações Finais

O presente trabalho objetivou explorar a produção de conhecimento da Psicologia sobre a PSR em Goiás e no Brasil, por meio da análise de dissertações produzidas nos programas de pós-graduação em Psicologia em Goiás e de artigos publicados na base de dados SciELO. No entanto, antes de discutir a produção de conhecimento um longo caminho foi percorrido para alcançar os objetivos estabelecidos.

O estudo de inspiração marxiana exigiu apreender a relação existente entre capitalismo, exploração, desumanização, classe trabalhadora, “questão social” e PSR na formação social brasileira. Também foi preciso identificar as principais características da PSR no Brasil, o que incluiu compreender as contraditórias funções do Estado e das PS no tratamento da “questão social” no contexto do capitalismo em crise. Argumenta-se que as transformações da sociedade capitalista contemporânea, marcadas pela crise sistêmica do capital e pelos rebatimentos do neoliberalismo (como o desemprego estrutural e a desestruturação de PS), provocaram a ampliação e expansão da PSR. Enquanto a ascensão da direita e extrema direita ao poder brutalizou o tratamento do Estado a essa população, aumentando a militarização e criminalização da pobreza.

Outro aspecto tratado, foi a relação da PSR com as PS, destacando a conquista e desenvolvimento da PNPSR como resultado do complexo processo de organização e luta

das pessoas em situação de rua como coletivo, o MNPR. A atuação da Psicologia nas PS e a inserção e atuação da psicóloga e do psicólogo nas PS para PSR, também foram estudadas, para então, se realizar estudo bibliográfico que busca analisar a produção de conhecimento em Psicologia acerca da PSR na interface das PS.

Assim, descreveu a produção de conhecimento da Psicologia sobre PSR que versa sobre revisão bibliográfica e os apontamentos feitos em uma pesquisa do CRP MG (2015) sobre a prática profissional da Psicologia junto às pessoas em situação de rua. Na sequência, descreveu as duas dissertações produzidas pela Psicologia sobre a PSR nos Programas de Pós Graduação em Goiás. A seguir, descreveu características gerais da produção de conhecimento da Psicologia em âmbito nacional. Por último, identificou e analisou as três concepções de PSR adotadas pela Psicologia em sua produção científica entre 2009 e 2024.

A análise dos trabalhos revelou a contradição entre a previsão legal e a materialização das políticas públicas. Entre eles estão, os impasses e os desafios das pessoas em situação de rua, ao tentarem acessar os seus direitos sociais, e o descompasso entre as necessidades concretas das pessoas em situação de rua e a atual oferta dos serviços públicos. Essa contradição concreta demanda da (o) profissional da Psicologia referenciais teórico-metodológicos e ético-políticos, que possibilitem atuar frente às demandas concretas das pessoas em situação de rua e dessa realidade objetiva. Nas palavras de Sousa e Macedo (2019, p. 10):

precisamos aprofundar nossas discussões na profissão não apenas sobre como escolhemos e desenvolvemos nossos pressupostos teóricos no campo do “bem-estar social”, mas como esta é apreendida, processada e utilizada como condicionante para a escolha das nossas ações práticas e implicada com os valores e projetos emancipatórios (dimensão ético-política). Ignorar esse exercício pode significar a manutenção das velhas práticas psicológicas no âmbito das políticas sociais.

Estamos no meio de uma barbárie corrente que se intensifica cada vez mais a tentativa de ocultar ou desviar a atenção daquilo que devemos conhecer para superar a situação de rua, a estrutura histórica da sociedade capitalista. O predomínio das concepções de PSR que não desafiam o contexto político mais geral (as condições sociais que produzem tal situação) e não desvendam a relação de determinância entre a situação de rua e a sociedade capitalista são funcionais ao capital.

Logo, a atuação da Psicologia junto à PSR não pode se restringir a uma ação estritamente técnica, reduzida ao reconhecimento e à prescrição de direitos. Tal atuação pode se caracterizar mais como uma estratégia de controle social dos pobres. A atuação da Psicologia precisa partir da realidade concreta das pessoas em situação de rua, do território e da política pública. Além disso, precisa ser uma atuação política, dotada de reflexão e crítica sobre as ações, que contribua para efetivação de direitos, formação e participação política das pessoas em situação de rua.

Por fim, o combate a práticas desumanizantes direcionadas à PSR, como a criminalização e a higienização social, e a luta pelo aprimoramento e fortalecimento das políticas públicas existentes para que garantam a efetivação dos direitos das pessoas em situação de rua, melhorando seu cotidiano, bem como, a luta pela formulação, criação e implantação de políticas públicas estruturantes devem nortear a produção científica da Psicologia sobre PSR e a atuação da psicóloga e do psicólogo comprometida (o) com o horizonte da emancipação humana.

Referências

- Alvarez, A. M. de S., Alvarenga, A. T. de, & Della Rina, S. C. de S. A. (2009). Histórias de vida de moradores de rua, situações de exclusão social e encontros transformadores. *Saúde e Sociedade*, 18(2), 259–272. <https://doi.org/10.1590/S010412902009000200009>
- Alves, G. (2007). Dimensões da Reestruturação Produtiva: ensaios de sociologia do trabalho. 2ª ed. Praxis.
- _____, G. (2021). A lumpenização das classes sociais no Brasil. Boitempo <https://blogdaboitempo.com.br/2021/09/16/a-lumpenizacao-das-classes-sociais-no-brasil/>
- Anderson, P. (2000). Balanço do Neoliberalismo. In Sader, E. & Gentili, P. (Orgs.), *Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o estado democrático*, (p. 9-23). 5.ed. Paz e Terra.
- Barros, P. C. M. de, Lima, A. de O., Frej, N. Z. & Vilar de Melo, M. de F. (2009). Era uma casa ...!? discurso, dinâmica familiar e contingências da rua. *Psicologia Em Estudo*, 14(3), 447–453.
- Behring, E. R. & Boschetti, I. (2009). Política Social: fundamentos e história. 6.ed. Cortez.
- Brecht, B. (1986). Brecht – Poemas 1913-1956. Brasiliense.
- Bittar, M., & Ferreira Jr., A. (2009). História, epistemologia marxista e pesquisa educacional brasileira. *Educação & Sociedade*, 30(107), 489-511. <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=87313702010>
- Bock, A. M. B. (2009b). Psicologia e sua ideologia: 40 anos de compromisso com as elites. In A. M. B. Bock (Org.), *Psicologia e o compromisso social*, (pp. 15-28). São Paulo: Cortez.
- Boechat, F. (2022). A psicologia entre a política social e o poder popular. In Oliveria, I. F. & Sousa, B. F. (Orgs.), *Psicologia e políticas sociais: conservadorismos em tempos de capital-barbárie*, (p. 25-37). ABRAPSO.
- Bottomore, T. (1988). Dicionário do pensamento marxista. Jorge Zahar.
- Brito, C. & Silva, L. N. da. (2022). População em situação de rua: estigmas, preconceitos e estratégias de cuidado em saúde. *Ciência & Saúde Coletiva*, 27(1), 151–160. <https://doi.org/10.1590/1413-81232022271.19662021>
- Camargo, P. de O., Oliveira, M. M. de., Raupp, L. M., Pereira, G. B. & Ramos, C. I. (2022). Políticas públicas e sociais frente à vulnerabilidade social no território da

- Cracolândia. *Saúde e Sociedade*, 31(1), e200969. <https://doi.org/10.1590/S0104-12902022200969>
- Cardoso, A. O. G., & Becker, M. A. d'Avila. (2014). Identificando adolescentes em situação de rua com potencial para altas habilidades/ superdotação. *Revista Brasileira de Educação Especial*, 20(4), 605–614. <https://doi.org/10.1590/S1413-65382014000400011>
- CFP (2025). Referências técnicas para atuação de psicólogas(os) em políticas públicas para a população em situação de rua [livro eletrônico] / Conselho Federal de Psicologia, Conselhos Regionais de Psicologia, Centro de Referência Técnica em Psicologia e Políticas Públicas.
- Cirino, D. C. da S. & Alberto, M. de F. P. (2009). Uso de drogas entre trabalhadores precoces na atividade de malabares. *Psicologia em Estudo*, 14(3), 547–555.
- Coldibeli, L. P., Paiva, F. S. de. & Batista, C. B. (2023). Itinerários terapêuticos de mulheres em situação de rua: as múltiplas faces do cuidado. *Psicologia & Sociedade*, 35, e264738. <https://doi.org/10.1590/1807-0310/2022v35264738>
- Costa, S. L. da., Vida, C. P. da C., Gama, I. A., Locatelli, N. T., Karam, B. J., Ping, C. T., Massari, M. G., Paula, T. B. de. & Bernardes, A. F. M. (2015). Gestantes em situação de rua no município de Santos, SP: reflexões e desafios para as políticas públicas. *Saúde e Sociedade*, 24(3), 1089–1102. <https://doi.org/10.1590/S0104-12902015134769>
- Couto, M. (02 de abril de 2019). A guerra na vida dos sobreviventes, dissidentes e residentes. Le Monde Diplomatique Brasil. <https://diplomatie.org.br/a-guerra-na-vida-dos-sobreviventes-dissidentes-e-residentes/>
- CRP-MG (2015). A psicologia e a população em situação de rua: novas propostas, velhos desafios / Conselho Regional de Psicologia Minas Gerais (CRP-MG), org. CRP 04.
- Cruz, J. da R. & Taquette, S. R. (2020). Viver na rua: vulnerações e a bioética da proteção. *Revista Bioética*, 28(4), 637–646. <https://doi.org/10.1590/1983-80422020284427>
- Cunda, M. F. & Silva, R. N. (2020). Me chamam rua, população, uma situação: os nomes da rua e as políticas da cidade. *Psicologia & Sociedade*, 32, e223876. <https://doi.org/10.1590/1807-0310/2020v32223876>
- Delfin, L., Almeida, L. A. M. de. & Imbrizi, J. M. (2017). A rua como palco: arte e (in)visibilidade social. *Psicologia & Sociedade*, 29, e158583. <https://doi.org/10.1590/1807-0310/2017v29158583>

- Demo, P. (2006). Pesquisa: princípio científico e educativo. 12a ed. São Paulo.
- Dias, F. E. (2005). Sobre o marxismo contemporâneo. In Abrantes, A. A., Silva, R. N. & Martins, F. T. S. (Orgs). *Método histórico-social na psicologia social*, (p. 52-59). Vozes.
- Diniz, B. F. (2016). O discurso sobre a vadiagem na praça da sé (SP). *Psicologia & Sociedade*, 28(2), 341–349. <https://doi.org/10.1590/1807-03102016v28n2p341>
- Duarte, N. (2013). A individualidade para-si: contribuição a uma teoria histórico-social da formação da individualidade humana. Autores associados.
- Engstrom, E. M. & Teixeira, M. B. (2016). Equipe “Consultório na Rua” de Manguinhos, Rio de Janeiro, Brasil: práticas de cuidado e promoção da saúde em um território vulnerável. *Ciência & Saúde Coletiva*, 21(6), 1839–1848. <https://doi.org/10.1590/1413-81232015216.0782016>
- Engstrom, E. M., Lacerda, A., Belmonte, P. & Teixeira, B. (2019). A dimensão do cuidado pelas equipes de Consultório na Rua: desafios da clínica em defesa da vida. *Saúde em Debate* [online]. v. 43, n. spe7, pp. 50-61. <https://doi.org/10.1590/0103-11042019S704>
- Esmeraldo, A. F. L. & Ximenes, V. M. (2022). Mulheres em Situação de Rua: Implicações Psicossociais de Estigmas e Preconceitos. *Psicologia: Ciência e Profissão*, 42, e235503. <https://doi.org/10.1590/1982-3703003235503>
- Faleiros, V. P. (2004). O que é política social. Brasiliense.
- Farias, T., Costa, P. H. A., & Vieira, A. (2022). É possível (e desejável) democratizar a barbárie? *Revista estudos de políticas públicas*, 8(2), 127-146. <https://dx.doi.org/10.5354/0719-6296.2022.68082>
- Farage, E. & Lacerda, F. (2024). Conjuntura, retrocessos e desafios na defesa de direitos. In Ramos, A., Silva, L. B. & Paula, L. G. P. (Orgs.), *Serviço social, política de saúde e conservadorismo: entre retrocessos e resistências*, (p. 3-19). UFJF.
- Félix-Silva, A. V., Sales, R. de C. M. & Soares, G. P. (2016). Modos de viver e fazer arte de pessoas em situação de rua. *Estudos de Psicologia (natal)*, 21(1), 46–57. <https://doi.org/10.5935/1678-4669.20160006>
- Fernandes, F. (2006). A Revolução Burguesa no Brasil: ensaio de interpretação sociológica. 5a. São Paulo.
- Ferreira, V. V. de F., Littig, P. M. C. B., & Vescovi, R. G. L. (2014). Crianças e adolescentes abrigados: perspectiva de futuro após situação de rua. *Psicologia & Sociedade*, 26(1), 165–174. <https://doi.org/10.1590/S0102-7182201400010001>

- Ferreira, R. S. L., Amorim, S. C., Firmino, L. G. & Gambaro, I. C. O. (2019). Oficinas de Criatividade: atendimento à população de rua. *Fractal: Revista de Psicologia*, Rio de Janeiro, Brasil, 31(2), 91–101. <https://periodicos.uff.br/fractal/article/view/5620>.
- Galeano, E. (2023). Ser como eles e outros textos. LePM editores.
- Gamboa, S. S. (2013). Projetos de pesquisa, fundamentos lógicos: a dialética entre perguntas e respostas. Chapecó.
- Gil, A. C. (2002). Como classificar as pesquisas? In Gil, A. C. *Como elaborar projetos de pesquisa*, (p. 41-57). Atlas.
- Gramajo, C. S., Maciazeki-Gomes, R. de C., Silva, P. dos S. da. & Paiva, A. M. N. de. (2023). (Sobre)viver na Rua: Narrativas das Pessoas em Situação de Rua sobre a Rede de Apoio. *Psicologia: Ciência e Profissão*, 43, e243764. <https://doi.org/10.1590/1982-3703003243764>
- Ianni, O. (1989). A questão social. *Revista USP*. p. 145-154.
- Ipea – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. (2022). População em situação de rua supera 281,4 mil pessoas no Brasil. Demografia e População. [População em situação de rua supera 281,4 mil pessoas no Brasil - Ipea](#)
- Kunz, G. S., Heckert, A. L., & Carvalho, S. V. (2014). Modos de vida da população em situação de rua: inventando táticas nas ruas de Vitória/ES. *Fractal: Revista de Psicologia*, 26(3), 919–942. <https://doi.org/10.1590/1984-0292/1192>
- Kohara, L. & Comarú, F. (2023). A moradia é a base estruturante para a vida e a inclusão social da população em situação de rua. Curitiba.
- Lacerda, F. (2013). Capitalismo Dependente e a Psicologia no Brasil: das alternativas à psicologia crítica. In *Teoria y crítica de la psicología*, 3, 216 – 263.
- _____ (2015). Podem as políticas públicas emancipar? In Lima, A., Antunes, D., & Calegare, M. (Orgs.), *Psicologia social e os atuais desafios ético-políticos no Brasil*, (p. 110-127). ABRAPSO.
- _____ (2022). Entre milícias, fé e família: o Estado brasileiro na contramão da democracia. In Oliveria, I. F. & Sousa, B. F. (Orgs.). *Psicologia e políticas sociais: conservadorismos em tempos de capital-barbárie*, (p. 12-24). ABRAPSO.
- Lanceloti, J. (2012). Vínculo no atendimento à população em situação de rua. In. *Manual sobre o cuidado à saúde junto a população em situação de rua*, (p. 27-28). Ministério da Saúde.

- Laurenti, C., Lopes, E. C. & Araujo, F. S. (2016). Metodologia da pesquisa conceitual em psicologia. In Laurenti, C., Lopes, E. C. & Araujo, F. S. *Pesquisa teórica em psicologia: aspectos filosóficos e metodológicos*, (p. 41-69). Hogrefe CETEPP.
- Lima, T. C. S. de., & Miotto, R. C. T. (2007). Procedimentos metodológicos na construção do conhecimento científico: a pesquisa bibliográfica. *Revista Katálisis*, 10(spe), 37–45. <https://doi.org/10.1590/S1414-49802007000300004>
- Londero, M. F. P., Ceccim, R. B., & Bilibio, L. F. S. (2014). Consultório de/na rua: desafio para um cuidado em verso na saúde. *Interface - Comunicação, Saúde, Educação*, 18(49), 251–260. <https://doi.org/10.1590/1807-57622013.0738>
- Londero, M. F. P., & Paulon, S. M.. (2018). Por um devir bicicleta no apoio à rede de saúde. *Psicologia & Sociedade*, 30, e169755. <https://doi.org/10.1590/1807-0310/2018v30169755>
- Macerata, I., Soares, J. G. N., & Ramos, J. F. C. (2014). Apoio como cuidado de territórios existenciais: Atenção Básica e a rua. *Interface - Comunicação, Saúde, Educação*, 18, 919–930. <https://doi.org/10.1590/1807-57622013.0210>
- Macerata, I. M., & Passos, E. (2015). Intervenção com jovens em situação de rua: problematizando cuidado e controle. *Psicologia & Sociedade*, 27(3), 537–547. <https://doi.org/10.1590/1807-03102015v27n3p537>
- Macerata, I., Soares, J. G. N. & Oliveira, A. M. de. (2019). A pesquisa-intervenção como pesquisa-apoio: o caso do POP RUA. *Saúde e Sociedade*, 28(4), 37–48. <https://doi.org/10.1590/S0104-12902019190703>
- Machado, M. D. G. G. (2016). Mulheres no contexto da rua: a questão do gênero, uso de drogas e a violência. Dissertação (Mestrado em Psicologia). UFG.
- Machado, M. P. M. & Rabello, E. T. (2018). Competências para o trabalho nos Consultórios na Rua. *Physis: Revista de Saúde Coletiva*, 28(4). <https://doi.org/10.1590/S0103-73312018280413>
- Mandel, E. (1982). Introdução ao Marxismo. Movimento.
- Marques, L. S., Costa, J. H. M. da. Gomes, M. M. & Silva, M. M. da. (2022). Saberes, territórios e uso de drogas: modos de vida na rua e reinvenção do cuidado. *Ciência & Saúde Coletiva*, 27(1), 123–132. <https://doi.org/10.1590/1413-81232022271.19542021>
- Martín-Baró, I. (1997). O papel do Psicólogo. *Estud. psicol.* (Natal), 2(1), 7-27. <https://doi.org/10.1590/S1413-294X1997000100002>
- Marx, K & Engels, F. (2005) Manifesto comunista. Boitempo.
- Marx, K. (2017). Miséria da filosofia. Boitempo.

- Matias, H. J. D., & Francischini, R. (2010). Desafios da etnografia com jovens em situação de rua: a entrada em campo. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, 23(2), 243–252. <https://doi.org/10.1590/S0102-79722010000200006>
- Matias, H. J. D. (2011). Jovens em situação de rua: espaço, tempo, negociações de sentido. *Psicologia & Sociedade*, 23(2), 237–247. <https://doi.org/10.1590/S0102-71822011000200004>
- Matias, H. J. D. (2013). Sedução e descaminho: narrativas e identidades de jovens em situação de rua. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, 26(3), 543–551. <https://doi.org/10.1590/S0102-79722013000300014>
- MDHC – Ministérios de Direitos Humanos e Cidadania. (2023). Relatório preliminar população em situação de rua: diagnóstico com base nos resultados e informações disponíveis em registros administrativos e sistemas do governo federal. [Relatório Preliminar População em Situação de Rua - Diagnóstico com base nos dados e informações disponíveis em registros administrativos e sistemas do governo federal](https://www.gov.br/mdhc/pt-br/publicacoes/relatorios-e-publicacoes/relatorio-preliminar-populacao-em-situacao-de-rua-diagnostico-com-base-nos-dados-e-informacoes-disponiveis-em-registros-administrativos-e-sistemas-do-governo-federal) — Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania (www.gov.br)
- Medeiros, F. C. (2020). No fio da navalha: entre a garantia de direitos e a higienização social nas políticas de atendimento à população em situação de rua. Tese de doutorado. UFRN.
- Medeiros, F. C., Matos, A. C. V., Pagnussat, E. & Oliveira, I. M. F. F. (2020). Entre a Benesse e o direito: as políticas públicas de atendimento à população em situação de rua na América Latina. *Psicologia em estudo*, 25, 1-17. <https://doi.org/10.4025/psicoestud.v25i0.45025>
- Medeiros, M. M. de., Coelho-Lima, F., Silva, D. V. L. da., Melo, B. P. de. & Silva, J. V. T. da. (2023). Geração de Renda para População em Situação de Rua: Relato de Experiência. *Psicologia: Ciência e Profissão*, 43, e255714. <https://doi.org/10.1590/1982-3703003255714>
- Melo, T. H. A. G. (2017). Política dos “improváveis”: percursos de engajamento militante no Movimento Nacional da População de Rua (MNPR). Tese de doutorado.
- Melo, T. H. A. G. (2011). A rua e a sociedade: articulações políticas, socialidade e a luta por reconhecimento da população em situação de rua. Dissertação de mestrado.
- Mendes, K. T., Ronzani, T. M. & Paiva, F. S. (2019). População em situação de rua, vulnerabilidades e drogas: uma revisão sistemática. *Psicologia & Sociedade*, 31, 1-15. <https://doi.org/10.1590/1807-0310/2019v31i169056>

- Mesquita, E. F. C. (2021). Violência com a população de rua: a clínica ampliada como possibilidade de transformação dessa realidade? Dissertação (Mestrado em Psicologia). UFG.
- Mészáros, I. (2012). Educação para além do capital. São Paulo: Boitempo.
- Minervino, C. A. da S. M., Dias, M. da G. B. B., Silveira, N. J. D. da. & Roazzi, A. (2010). Emoções nas ruas: uso do "Test of Emotions Comprehension" em crianças em situação de trabalho na rua. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, 23(2), 354–361.
<https://doi.org/10.1590/S0102-79722010000200018>
- Monteiro, M. (2024, 24 de outubro). *Morador de rua* [Vídeo]. Youtube.
<https://www.youtube.com/watch?v=fzx5HyNhc9>
- Montiel, J. M., Bartholomeu, D., Carvalho, L. de F. & Pessotto, F. (2015). Avaliação de Transtornos da Personalidade em Moradores de Rua. *Psicologia: Ciência e Profissão*, 35(2), 488–502. <https://doi.org/10.1590/1982-370301992013>
- Moraes, D. J. & Macêdo, C. M. V. de. (2020). Caminhos da Autonomia: Grupo Reflexivo com Ex-Moradores de Rua. *Psicologia: Ciência e Profissão*, 40, e192519.
<https://doi.org/10.1590/1982-3703003192519>
- Morais, N. A. de, Moraes, C. de A., Reis, S. & Koller, S. H. (2010). Promoção de saúde e adolescência: um exemplo de intervenção com adolescentes em situação de rua. *Psicologia & Sociedade*, 22(3), 507–518. <https://doi.org/10.1590/S0102-71822010000300011>
- Morais N.A. de & Koller S.H. (2012). Um estudo com egressos de instituições para crianças em situação de rua: percepção acerca da situação atual de vida e do atendimento recebido. *Estud psicol* (Natal) [Internet]. 2012Sep;17(3):405–12.
<https://doi.org/10.1590/S1413-294X2012000300008>
- Morais, D. R. D. & Silva, M. B. B. e. (2020). O que o crack tem a ver com a rua? Uma revisão narrativa com implicações políticas (2011-2017). *Physis: Revista De Saúde Coletiva*, 30(2), e300218. <https://doi.org/10.1590/S0103-73312020300218>
- Moura Jr, J. F. & Ximenes, V. M. (2016). A identidade social estigmatizada de pobre: uma constituição opressora. *Fractal: Revista de Psicologia*, 28(1), 76–83.
<https://doi.org/10.1590/1984-0292/1051>
- Moura, C. (2019). Sociologia do negro no Brasil. Perspectiva.
- Nardes, S. & Giongo, C. R. (2021). Mulheres em situação de rua: memórias, cotidiano e acesso às políticas públicas. *Revista Estudos Feministas*, 29(1), e66011.
<https://doi.org/10.1590/1806-9584-2021v29n166011>

- Nascimento, J. U. do. & Máximo, T. A. de O. (2021). Análise do trabalho junto à população em situação de rua. *Psicologia & Sociedade*, 33, e226443. <https://doi.org/10.1590/1807-0310/2021v33226443>
- Necrivi-UFG. (2015). Relatório censo e perfil da população em situação de rua na cidade de Goiânia.
- Netto, J. P. & Braz, M. (2006). Trabalho, Sociedade e Valor. In Netto, J. P. & Braz, M. *Economia Política: uma introdução crítica*, (p. 29-53). Cortez.
- Netto, J. P. (2006). O que é marxismo. Brasiliense.
- _____. (2011). *Introdução ao estudo do método de Marx*. Expressão Popular.
- _____. (2012). Capitalismo e barbárie contemporânea. *Argumentum*, 4(1), 202-222.
- Nobre, M. T., Moreno, N. S., Amorim, A. K. de M. A. & Souza, E. C. de. (2018). Narrativas de modos de vida na rua: histórias e percursos. *Psicologia & Sociedade*, 30, e175636. <https://doi.org/10.1590/1807-0310/2018v30175636>
- Oliveira, B. (2005). A dialética do singular-particular-universal. In Abrantes, A. A., Silva, R. N. & Martins, F. T. S. (Orgs). *Método histórico-social na psicologia social*, (p.25-51). Vozes.
- Oliveira, I. R. & Costa, A. L. F. (2018). O lugar do indivíduo na história. In Oliveira, I. F., Paiva, I. L., Costa, A. L. F., Costa, J. P. & Santos, L. I. C. (Orgs). *Marx hoje: pesquisa e transformação social*. (2), (p. 213-227).
- Oliveira, I. F. & Yamamoto, O. H. (2014). Definindo o campo de estudo: as políticas sociais brasileira. In *Psicologia e políticas sociais: temas em debate*. Ed.ufpa.
- Oliveira, I. F., Costa, A. L. F. & Yamamoto, O. H. (2022). A psicologia no Brasil: uma história em construção. In *Quem faz a psicologia brasileira?: um olhar sobre o presente para construir o futuro: formação e inserção no mundo do trabalho*, volume I: formação e inserção no mundo do trabalho / Conselho Federal de Psicologia. — 1. ed.— Brasília: CFP.
- Pacheco, M. E. A. G. (2014). Políticas públicas e capital social: o Projeto Consultório de Rua. *Fractal: Revista de Psicologia*, 26(1), 43–58. <https://doi.org/10.1590/S1984-02922014000100005>
- Patto, M. H. S. (2022). Psicologia e Ideologia: uma introdução crítica à psicologia escolar. USP.
- Pedrosa, T. B. & Cáceres-Serrano, P. (2022). Centro Pop e Intersetorialidade: o problema da articulação com a rede de saúde mental. *Ciência & Saúde Coletiva*, 27(1), 161–172. <https://doi.org/10.1590/1413-81232022271.19822021>

- Pinheiro, P. W. M. (2022). Entre os rios que tudo arrastam e as margens que os oprimem: as determinações ontológicas da unidade exploração-opressão. Tese de doutorado UNB
- Pinheiro, S. S. & Giongo, C. R. (2023). “A minha casa é na rua”: vivências da população em situação de rua de Novo Hamburgo. *Psicologia USP*, 34, e210096. <https://doi.org/10.1590/0103-6564e210096>
- Richwin, I. F. & Zanello, V. (2023). “Desde casa, desde berço, desde sempre”: violência e mulheres em situação de rua. *Revista Estudos Feministas*, 31(1), e77926. <https://doi.org/10.1590/1806-9584-2023v31n177926>
- Rizzini, I., & Couto, R. M. B. do. (2019). População infantil e adolescente nas ruas: Principais temas de pesquisa no Brasil. *Civitas - Revista de Ciências Sociais*, 19(1), 105–122. <https://doi.org/10.15448/1984-7289.2019.1.30867>
- Rodrigues, J. S., Lima, A. F. de. & Holanda, R. B. (2018). Identidade, Drogas e Saúde Mental: Narrativas de Pessoas em Situação de Rua. *Psicologia: Ciência e Profissão*, 38(3), 424–436. <https://doi.org/10.1590/1982-37030004912017>
- Rossi, C. C. S. & Tucci, A. M. (2020). Acesso ao tratamento para dependentes de crack em situação de rua. *Psicologia & Sociedade*, 32, e170161. <https://doi.org/10.1590/1807-0310/2020v32i170161>
- Santana, J. P., Raffaelli, M., Vezedek, L. & Koller, S. H. (2021). Adolescentes, Rua, Drogas e Substâncias Psicoativas: Um Estudo sobre Risco e Proteção. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, 37, e37448. <https://doi.org/10.1590/0102.3772e37448>
- Santos, C. F. dos. & Ceccim, R. B. (2018). Encontros na rua: possibilidades de saúde em um consultório a céu aberto. *Interface - Comunicação, Saúde, Educação*, 22(67), 1043–1052. <https://doi.org/10.1590/1807-57622017.0228>
- Santos, N. A. dos. & Zanella, A. V. (2021). Arte, Corpo, Cidade: Sobre Elefantes e Pessoas em Situação de Rua. *Psicologia: Ciência e Profissão*, 41, e222369. <https://doi.org/10.1590/1982-3703003222369>
- Sanz, R. (2022). Massacre da Praça da Sé completa 18 anos e continua sem solução. Fórum, 19/08/2022. <https://revistaforum.com.br/brasil/sudeste/2022/8/19/massacre-da-praa-da-se-completa-18-anos-continua-sem-solucao-121943.html>
- Sawaia, B. (2001). Introdução: exclusão ou inclusão perversa? In Sawaia, B. *As Artimanhas da Exclusão: Análise Psicossocial e Ética da Desigualdade Social*, (p. 7-13). Vozes.

Severino, A. J. (2013). Teoria e Prática Científica in Metodologia do trabalho científico. São Paulo.

Sicari, A. A., & Zanella, A. V.. (2018). Pessoas em Situação de Rua no Brasil: Revisão Sistemática. *Psicologia: Ciência e Profissão*, 38(4), 662–679.

<https://doi.org/10.1590/1982-3703003292017>

Sicari, A.A. & Zanella, A.V. (2020). Movimento Nacional de População de Rua: a complexa luta por direitos. *Psicologia em Revista*. Vol. 26, n. 3, 1058-1079.

Silva, L. F. (2005). Sobre o marxismo no capitalismo contemporâneo. In Abrantes, A. A., Silva, R. N. & Martins, F. T. S. (Orgs). *Método histórico-social na psicologia social*, (p.61-85). Vozes.

Silva, L. F., & Martins, S. T. F. (s/d). Linguagem e pensamento: a perspectiva marxista.

<https://silo.tips/download/linguagem-e-pensamento-a-perspectiva-marxista>

Silva, M. L. L. (2009). Trabalho e população em situações de rua no Brasil. Cortez.

Silva, W. V., & Hüning, S. M.. (2017). Dispositivo das drogas e governo da vida.

Psicologia & Sociedade, 29, e131525. <https://doi.org/10.1590/1807-0310/2017v29131525>

Silva, L. C. da. & Justo, J. S. (2020). Errância e nomadismo feminino: o caso de duas mulheres trecheiras. *Psicologia & Sociedade*, 32, e218518.

<https://doi.org/10.1590/1807-0310/2020v32218518>

Silva, W. V. N. da. Hüning, S. M. & Guareschi, N. (2020). Da Vulnerabilidade como Condição de Saber nas Pesquisas em Psicologia Social. *Psicologia: Ciência e Profissão*, 40, e213073. <https://doi.org/10.1590/1982-3703003213073>

Sousa, A. P., & Macedo, J. P. (2019). População em situação de rua: Expressão (im)pertinente da “questão social”. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, 35.

<https://doi.org/10.1590/0102.3772e35510>

Souza, S. E. F. de, Mesquita, C. F. B. & Sousa, F. S. P. de, (2017). Abordagem na rua às pessoas usuárias de substâncias psicoativas: um relato de experiência. *Saúde em Debate* [online], v. 41, n. 112. <https://doi.org/10.1590/0103-1104201711226>

Souza, W. A. de., Costa-Rosa, A. da. & Benelli, S. J. (2019). Possibilidades nos Modos de Tratar a População em Situação de Rua. *Psicologia: Ciência E Profissão*, 39, e189078. <https://doi.org/10.1590/1982-3703003189078>

Tiengo, V. M. (2021). População em situação de rua: integrantes da classe trabalhadora? *Emancipação*, 21, p. 1–17.

<https://revistas.uepg.br/index.php/emancipacao/article/view/13086>

- Tonet, I. (2013). *Método científico: uma abordagem ontológica*. Instituto Lukács.
- Vale, A. R. do. & Vecchia, M. D. (2019). “UPA é nós aqui mesmo”: as redes de apoio social no cuidado à saúde da população em situação de rua em um município de pequeno porte. *Saúde e Sociedade*, 28(1), 222–234. <https://doi.org/10.1590/S0104-12902019180601>
- Vale, A. R. do. & Vecchia, M. D. (2020). Sobreviver nas ruas: percursos de resistência à negação do direito à saúde. *Psicologia em Estudo*, 25, e45235. <https://doi.org/10.4025/psicolestud.v25i0.45235>
- Valle, F. A. A. L. & Farah, B. F. (2020). A saúde de quem está em situação de rua: (in)visibilidades no acesso ao Sistema Único de Saúde. *Physis: Revista de Saúde Coletiva*, 30(2), e300226. <https://doi.org/10.1590/S0103-73312020300226>
- Valle, F. A. A. L., Farah, B. F. & Carneiro Junior, N. (2020). As vivências na rua que interferem na saúde: perspectiva da população em situação de rua. *Saúde em Debate*, 44(124), 182–192. <https://doi.org/10.1590/0103-1104202012413>
- Wijk, L. B. & Mângia, E. F. (2017). O cuidado a Pessoas em Situação de Rua pela Rede de Atenção Psicossocial da Sé. *Saúde em Debate* [online], v. 41, n. 115. <https://doi.org/10.1590/0103-1104201711511>
- Yamamoto, O. H. (1987). A crise e as alternativas da psicologia. Edicon
- _____ (1994). *Marx e o método*. Moraes Ltda.
- _____ (2003). Questão social e políticas públicas: revendo o compromisso da psicologia. In Bock, A. M. B. *Psicologia e compromisso social*. Cortez.
- _____ (2007). Políticas sociais, “terceiro setor” e “compromisso social”: perspectivas e limites do trabalho do psicólogo. *Psicologia & Sociedade*, (p. 30-37).

Anexos

Roteiro de Caracterização do Texto		
Identificação da Obra		
Título		
Autoras / autores		
Referência		
Ano		
Estado e Região do trabalho		
Caracterização do Trabalho		
Tema central		
Como a Psicologia concebe a PSR neste trabalho?		
O trabalho discute “questão social”? Se sim, como discute		
Referencial teórico-metodológico utilizado		
Identificar presença de Projeto ético político de psicologia no texto		
Contribuições do Texto para o Estudo		
Tendências, problemas e contribuições do estudo		